

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS

Aline Alessandra Zimmer da Paz Pereira

ARPILLERAS CHILENAS E BRASILEIRAS:
práticas poéticas, práticas de luta

Volume II – Entrevistas

Porto Alegre
2023

Aline Alessandra Zimmer da Paz Pereira

ARPILLERAS CHILENAS E BRASILEIRAS:
práticas poéticas, práticas de luta

Volume II – Entrevistas

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Artes Visuais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Artes Visuais, com área de concentração em História, Teoria e Crítica de Arte, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Daniela Pinheiro Machado Kern.

Linha de Pesquisa: História e Teoria dos Processos Artísticos

Porto Alegre
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Aline Alessandra Zimmer da Paz
Arpilleras chilenas e brasileiras: práticas
poéticas, práticas de luta / Aline Alessandra Zimmer
da Paz Pereira. -- 2023.

318 f.

Orientadora: Daniela Pinheiro Machado Kern.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Programa de
Pós-Graduação em Artes Visuais, Porto Alegre, BR-RS,
2023.

1. Arpilleras. 2. Arte social. 3. Artivismo têxtil.
4. Ditadura chilena (1973-1990). 5. Movimento dos
Atingidos por Barragens (MAB). I. Kern, Daniela
Pinheiro Machado, orient. II. Título.

Aline Alessandra Zimmer da Paz Pereira

ARPILLERAS CHILENAS E BRASILEIRAS:
práticas poéticas, práticas de luta

Volume II – Entrevistas

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Artes Visuais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Artes Visuais, com área de concentração em História, Teoria e Crítica. Orientação: Prof.^a Dr.^a Daniela Pinheiro Machado Kern.

Aprovada pela banca examinadora em 22 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Daniela Pinheiro Machado Kern – UFRGS
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Marina Haizenreder Ertzogue – UFT
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Claudia Vicari Zanatta – UFRGS
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Joana Bosak de Figueiredo – UFRGS
Examinadora

SUMÁRIO

Volume I

INTRODUÇÃO - ÀS *ARPILLERISTAS* DE ONTEM E DE HOJE / 12

PARTE I

1. COMO IMAGENS DE VIOLÊNCIA: EXPOSIÇÕES DE *ARPILLERAS* / 20

1.1 12ª BIENAL DO MERCOSUL / 21

1.1.1 *As arpilleras a partir da História da Arte* / 39

1.2 *ARPILLERAS* DA RESISTÊNCIA POLÍTICA CHILENA (E BRASILEIRA) / 43

1.3 *ARPILLERAS* PERUANAS DIALOGAM COM QUILTS IRLANDESES / 55

PARTE II

2. NASCIDAS DO POVO: *ARPILLERAS* CHILENAS E SEUS POSSÍVEIS ANTECEDENTES / 64

2.1 LAS HERMOSAS *ARPILLERAS* DE ISLA NEGRA / 64

2.2 COMO CANÇÕES QUE SE PINTAM: AS *ARPILLERAS* DE VIOLETA PARRA / 81

3. ARTE E COMPROMISSO SOCIAL NO CHILE: ALGUNS APONTAMENTOS / 99

3.1 CONSTRUINDO IMAGINÁRIOS: A CULTURA NA UNIDADE POPULAR / 99

3.2 *ARPILLERAS* NA DITADURA CHILENA E SUAS REDES DE SOLIDARIEDADE / 109

PARTE III

4. AS *ARPILLERAS* BRASILEIRAS E AS MULHERES ORGANIZADAS NO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) / 135

4.1 “ENERGIA PARA QUÊ? ENERGIA PARA QUEM?”: AS PAUTAS DO MAB / 136

4.2 *ARPILLERAS* COMO MÉTODO DE EDUCAÇÃO POPULAR / 155

5. “MAS FOMOS NÓS QUE FIZEMOS ISSO?”: POSSIBILIDADES POÉTICO-PEDAGÓGICAS DAS *ARPILLERAS* / 174

5.1 O ESTÁGIO DE DOCÊNCIA / 176

5.2 A OFICINA COM O MAB / 185

CONSIDERAÇÕES FINAIS / 200

REFERÊNCIAS / 203

SUMÁRIO

Volume II

APRESENTAÇÃO / 6

ENTREVISTA COM DAIANE HÖHN, 37 ANOS, COORDENADORA NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) / 7

ENTREVISTA COM TATIANE PAULINO, 36 ANOS, COORDENADORA NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) / 30

ENTREVISTA COM LUCIELLE DE SOUSA VIANA, 29 ANOS, COORDENADORA NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) / 42

ENTREVISTA COM LOUISE LÖBLER, 32 ANOS, COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) / 58

ENTREVISTA COM ESTHER VITAL GARCÍA CONTI, 39 ANOS, ESPANHOLA, COLABORADORA NA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) / 79

CARTAS DE ANUÊNCIA / 94

APRESENTAÇÃO

Este volume apresenta cinco entrevistas semiestruturadas (elaboradas a partir de um roteiro prévio e com possibilidade de complemento a partir de novas perguntas durante a entrevista), realizadas por videoconferência, entre outubro de 2021 e abril de 2022, com quatro mulheres organizadas no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que ocupam tarefas de organização no movimento e que estão envolvidas no trabalho com as *arpilleras*. Havia a intenção, no início da pesquisa, de entrevistar mulheres que estão organizadas no movimento (não necessariamente como coordenadoras) e que tivessem participado de alguma oficina de *arpillera*. No entanto, no decorrer da pesquisa, isso não se mostrou possível por alguns motivos. Um deles foi a característica de anonimato das peças – elas são atribuídas ao Coletivo de Mulheres do MAB e não a nomes individualizados, de modo que, provavelmente, não seria possível localizar essas mulheres. O outro ponto foi a impossibilidade, no início da pesquisa, devido ao contexto de pandemia, de participar *in loco* como observadora de alguma oficina (o que se tornou possível somente em março de 2023, conforme relatado no primeiro volume, em momento posterior à realização das presentes entrevistas). Cabe aqui inferir também o contexto de vulnerabilidade de muitas dessas mulheres e eventuais dificuldades que poderiam ter no acesso a ferramentas virtuais para realizar a entrevista. Apesar disso, as entrevistas com mulheres que ocupam essas tarefas de coordenação se mostraram bastante frutíferas e suficientes para a pesquisa.

À época, as entrevistadas possuíam idades entre 29 e 39 anos. A primeira entrevistada foi Daiane Höhn e, através de sua colaboração, foi possível entrar em contato também com Tatiane Paulino, Lucielle Sousa e Louise Löbler. A quinta entrevistada foi Esther Vital, que colaborou com a introdução da metodologia das *arpilleras* no Movimento dos Atingidos por Barragens e com a qual entrei em contato diretamente. Todas as entrevistas foram gravadas com o auxílio da plataforma Jitsi e a transcrição revisada pelas entrevistadas, com envio das respectivas cartas de anuência. Eventualmente, foram feitos alguns ajustes, a fim de adequar a linguagem oral e escrita; também foram feitas algumas supressões (como, por exemplo, nas ocorrências de interrupção da conexão durante a entrevista), de modo a preservar a fluidez do texto e sem interferência no conteúdo da entrevista.

ENTREVISTA COM DAIANE HÖHN, 37 ANOS, COORDENADORA NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)

07 de outubro de 2021 | Plataforma Jitsi

Aline: Daiane, me conta um pouco de ti, da tua história e da tua relação com o MAB.

Daiane: Então vamos lá. Eu sou Daiane, sou militante do MAB, da coordenação nacional e integrante do Coletivo de Mulheres também do MAB. Bom, a minha história com o MAB começa em 2006. Antes disso, eu era estudante de um curso de Desenvolvimento Rural e Gestão de Agroindústria no Rio Grande do Sul. Na época de um governo popular, eu fui integrante de uma turma especial da Via Campesina. E aí a gente entrou na graduação, eu fiz a graduação entre 2002-2006 pelo Movimento de Mulheres Camponesas na época, porque minha mãe participava do movimento. Finalizada a graduação, o MAB me convidou para ir contribuir no Estado do Pará, organizar as populações que eram atingidas no estado. Inicialmente a Tucuruí, que é histórico já, desde os anos 1980, mas naquele período tinham ainda as ameaças de Belo Monte, a Usina de Belo Monte, a Usina de Marabá, as Usinas no Tapajós, então a minha tarefa, junto com meu companheiro, era ajudar a construir a organização dos atingidos naquele estado. E a gente topou. Então, no início de 2007, nós fomos para o Pará e ficamos lá por dez anos ajudando na organização das populações atingidas. E depois disso, em 2016, a gente veio para São Paulo, também o MAB definiu que nossa tarefa agora seria na Secretaria Nacional, então desde 2016 eu estou nessa tarefa da Secretaria e tenho contribuído desde então. Já se faz aí quase 15 anos que a gente está contribuindo com o MAB na organização das populações atingidas e nesse processo a gente vivenciou, de forma mais intencionalizada, o processo de organização das mulheres, enfim, e todo o processo que a gente vai contar aí das *arpilleras*.

Aline: Tu és do Rio Grande do Sul então? De qual cidade mesmo que tu és? E tua família já era também ligada a movimentos sociais do campo?

Daiane: Isso mesmo. Eu sou natural de Torres no Rio Grande do Sul, e a minha mãe era do Movimento de Mulheres Camponesas. Então é isso, a gente tem contribuído para o MAB nessas tarefas, enfim, na construção das referências dos direitos das populações.

Aline: Então me conta um pouco sobre as frentes de luta do MAB e como que o movimento tem atuado nesse contexto agora de pandemia. Eu imagino que muitos movimentos tenham uma atuação, mas imagino que tenham passado por um período, assim, mais restrito em função da rua, enfim, de não conseguir fazer manifestações, atos... Então me fala um pouquinho das frentes e como que ele tem atuado agora nesse momento.

Daiane: Só um minuto, me deixa tirar uma menina que entrou na sala.

Aline: Se ela quiser vir dar um oi, pode vir aqui.

Daiane: [conversa com a filha]

Aline: Que amorzinho!

Daiane: Desculpa.

Aline: Imagina, faz parte!

Daiane: Faz parte, exatamente, com a pandemia então, dois anos que estão dentro de casa. As lutas do movimento. Bom, as lutas do MAB, esse ano [2021] nós estamos completando 30 anos de história, de luta e organização. Então no início eram lutas ainda localizadas pelos direitos dos atingidos, ainda na época era ditadura militar, então época das grandes obras, tanto aqui no Sul, na região da Bacia do Rio Iguaçu. Na Amazônia, Tucuruí, Samuel; no Nordeste, São Francisco, tinha Sobradinho, Itaparica, então grandes obras, assim, na época do “período do desenvolvimento”, do período militar ainda, então lutas mais localizadas, isso aí em 1991 então se constituiu enquanto movimento nacional, enquanto Movimento dos Atingidos por Barragens, então, esse ano completou 30 anos em 14 de março. Muito bem, as lutas do MAB tem sido inicialmente pela reivindicação dos direitos das populações que são afetadas pelas obras, né? Direitos esses que foram negados na época, quando o Estado Brasileiro administrava e quando o Estado Brasileiro planejava as obras no Brasil. Nos anos 1990 a gente teve a privatização do setor, o neoliberalismo atuando fortemente no país, a política neoliberal, as privatizações de áreas estratégicas, entre elas, a energia, então a gente viveu um período de privatização de uma parte do setor elétrico, naquele período, muito mais as distribuidoras de energia e também algumas, algumas... Da geração, né? Então a gente

passou a ter muito forte ainda no final dos anos 1990, não apenas o Estado fazendo obras, mas também a iniciativa privada. Num primeiro momento, a iniciativa privada, a partir dos empresários nacionais, então, Camargo Correa, Odebrecht, enfim, grandes construtoras nacionais e num segundo momento também empresas internacionais vieram para construir as obras, para se apropriar desse bem natural e também para ficarem donas tanto na área da geração, quanto na área da distribuição. Então muitas distribuidoras foram vendidas naquele período e também essas empresas transnacionais começaram a se tornar acionistas e donas da geração de energia. Muito bem, então no final dos anos 1990, início dos anos 2000 a gente já começou a vivenciar a mudança, vamos dizer assim, dos padrões, de qual eram as relações que os atingidos estabeleciam, eram com o Estado, mas também era com as empresas. E as lutas cada vez mais intensas, porque se antes o Estado era difícil de reconhecer os atingidos, quando a empresa, a iniciativa privada toma conta do setor, cada uma assume, cada vai fazer as suas leis, no sentido dos direitos dos atingidos, então cada uma vai dizer: “olha, aqui eu reconheço, lá em outra obra eu não reconheço”. E poderiam ser as mesmas empresas, por exemplo, a ENGIE hoje, que antigamente era TRACTEBEL, quando ela chegou no Brasil, ela estava aqui nas usinas no Sul, e também era dona de uma das usinas no Rio Tocantins. E aqui ela tinha um tipo de relação com os atingidos e lá outra, aqui ela estabelecia alguns direitos e lá outros, então a mesma empresa aplicava uma política totalmente diferente ao tratamento dos atingidos. Muito bem, a gente passou por isso nos anos 2000 muito fortemente e inclusive é uma das lutas históricas do MAB era para a constituição de uma política nacional dos direitos das populações atingidas, que a gente chama de PNAB – Política Nacional dos Direitos das Populações, só que lá em 2010, no governo Lula, a gente teve reconhecimento de que o Estado Brasileiro tinha uma dívida histórica com as populações atingidas e foi-se constituído então, do ponto de vista jurídico, uma PNAB, uma política nacional de direitos. No entanto, ela não se efetivou na sua prática. Constitui-se a política, mas não necessariamente se garantiu os direitos a partir somente pelo estabelecimento da política. Então tem muito caminho ainda para ser andado, só pra tu teres uma ideia, uma noção das lutas dos atingidos, que nem o reconhecimento jurídico nós ainda temos, então nem o tratamento igualitário no Brasil a gente tem, então por isso da necessidade dessa política pelo menos nacional, para estabelecer um tratamento próximo, um tratamento justo às populações. Muito bem, nesse período também do início dos anos 2000, a gente começou a perceber que antes as populações atingidas pelas barragens eram as populações que viviam no campo, grandes obras que tiravam as populações do campo, precisava dos rios, enfim, alagava as comunidades, os territórios e deslocavam pessoas. No início dos anos 2000, 2010, as grandes

obras, Belo Monte; em Rondônia, Girau e Santo Antônio; Estreito no Tocantins, as novas obras mais recentes, sobretudo, as do PAC, PAC I e PAC II¹, ali a gente começou a perceber que as populações que estavam sendo atingidas não eram só as populações rurais, mas também população urbana, antes mesmo, e isso é uma parte do que eu queria te contar, mas uma outra coisa que no início dos anos... Foi em 2006, 2007, a gente começou a se fazer a seguinte pergunta: Energia para quê? Energia para quem? Quem que de fato estava se apropriando dessa energia e com que objetivos e tal... E ao fazer o estudo disso e a começar a aprofundar essas questões, a gente começou a compreender que a população brasileira como um todo é atingida por barragem. Então você aí em Guaíba é atingida, a população como um todo, por quê? Porque não é só atingido quem sai, quem é deslocado do lago, mas é atingido também quem paga uma alta taxa de energia elétrica no final do mês, então, em suma, toda população, de uma certa forma, é atingida por barragem. Claro que em dimensões diferentes, não temos que desconsiderar isso, mas o povo brasileiro é atingido por barragem quando paga por uma das tarifas mais altas, a segunda maior tarifa do mundo mais alta, sendo que a nossa base é hídrica, 65% hoje da energia do nosso país vem da fonte hídrica, água. Então por quê? Qual é a contradição desse modelo que foi planejado e executado no Brasil de que, mesmo a gente tendo um potencial e uma produção “barata”, é muito barato produzir energia no nosso país, por que a gente paga tão caro por essa energia no final do mês? E nós todos, todos os consumidores. Então, ao estudar o modelo energético, a gente foi entendendo essas questões, e as lutas que passam pelo MAB são para discutir isso, para discutir que energia, os direitos das populações, que a energia seja um direito também de todo brasileiro e de toda brasileira, e que essa possa pagar sim por uma tarifa justa. No último período, inclusive, a gente tem dito assim, e aí a gente começou a dizer que água e energia não são mercadorias, não deveriam ser mercadorias, talvez essa seja a mensagem que a gente gostaria, ao discutir com a população, por que a população paga tão caro? Em 2013 a gente fez o 7º Encontro Nacional, em 2017 a gente fez o 8º Encontro Nacional, nós começamos a tentar traduzir um pouco mais essas questões numa mensagem um pouco mais clara. Água e energia com soberania e a distribuição da riqueza e controle popular. Então para tentar discutir um pouco isso, sendo um país que tem um bem natural extraordinário, seja do ponto de vista da energia elétrica, água, seja do ponto de vista do petróleo, por exemplo, que também é uma fonte energética, então água e energia com soberania, a gente discutir de fato os rumos do nosso país a partir desses

¹ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – programa federal lançado em 2007, no segundo mandato da gestão Lula, e com uma segunda fase no primeiro mandato de Dilma Rousseff, visava o investimento em obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética. Vigorou até 2019.

bens que pertencem ao povo brasileiro, que a riqueza gerada a partir desses bens seja das usinas hidrelétricas, seja do petróleo, enfim, todas as fontes de energia do nosso país sejam, que a distribuição dela fique com o povo, que o povo brasileiro possa usufruir dessa riqueza gerada, então por isso a distribuição da riqueza, e o povo controlando a partir de um planejamento e de discussões populares, onde o povo possa discutir o futuro e os rumos do nosso país. Então assim, de forma muito breve, eu te conto que passa por aí o nosso debate com as nossas lutas das populações atingidas, pelos direitos da população, por uma tarifa justa, e por distribuição da riqueza e controle popular. Quando você fala em pandemia, nossa, imagina o que a gente tem vivido... Nós todos, como brasileiros e brasileiras, né? Nós estamos hoje vivenciando uma “crise hídrica”, a conta de luz está num patamar da bandeira... Não é nem bandeira mais vermelha, criaram um outro tipo de patamar. Eu posso buscar depois a informação correta, o nome da bandeira, é extra, né? R\$ 14,20 os 100 kW de energia. Num ano em que a gente está com baixo crescimento econômico, o desemprego está pegando, as empresas estão fechando, a energia não foi consumida e por que o povo está pagando tão caro? Talvez aqui é um outro capítulo e a gente poderia discutir isso, nós inclusive estamos dizendo que essa “crise hídrica” foi uma crise fabricada, foi uma crise intencional para secar os lagos porque os mesmos donos das hidrelétricas também são os mesmos donos das térmicas e aí, só para tu teres um exemplo, tem uma usina térmica no Mato Grosso do Sul, que está vendendo o Megawatt (MW) de energia a R\$ 2050, e a energia elétrica hoje está R\$ 500, R\$ 600 e pouco o MW, então se eu deixo de produzir na usina hídrica, e vou produzir na térmica, se eu sou o dono, eu vou ganhar mais dinheiro produzindo na térmica, então foi mais ou menos essa lógica que o governo atual adotou e isso vem pra a tarifa do povo brasileiro, nós que pagamos a conta, então intencionalmente, ano passado entrou, e aí o pessoal tem dito “ah, porque teve uma das maiores crises hídricas, porque teve seca no Sudeste e não sei o quê, as usinas estão baixas, que lá foi um período de pouca chuva”. Os dados que nós temos, dados do ONS [Operador Nacional do Sistema Elétrico], nós estamos pegando dados oficiais, não é dado que a gente imagina, ano passado [2020] foi o ano que mais deu chuva no Sudeste nos últimos 20 anos, entrou muita água, mas eles verteram a água, eles liberaram a água para não gerar energia, para, ocasionalmente, intencionalmente chegar nesse momento sem água e aí não ter, né, aí ter que acionar a térmica porque alguém precisa ganhar para isso, então a gente tem discutido isso inclusive no último período, como essa crise está sendo fabricada infelizmente e o povo está pagando a conta, então, isso é uma parte da tarifa, né. No ano passado, em 2020, porque teve baixo consumo de energia em abril, maio, no início da pandemia ali, nós tivemos decréscimo, não se consumiu tanta energia; todavia, como as

distribuidoras tinham essa energia já comprada, tem uma conta, tem uma parte na parcela na tarifa de energia que se chama conta de desenvolvimento energético, ali dentro é onde se colocam todas as tarifas, de tudo, do poste, do transformador, da pessoa que vai ali fazer a leitura, tudo, tudo é colocado na conta de energia, e inclusive essa sobrecontratação, as distribuidoras de forma geral tinham mais energia contratada, elas estavam com a energia, mas não conseguiam vender, porque a fábrica fechou, a escola fechou, tudo fechou, então houve baixo crescimento de energia, baixo, se consumiu menos energia naquele período, as distribuidoras foram até a ANEEL e disseram que estavam tendo “prejuízo”, porque não estavam vendendo energia. O prejuízo que elas estimaram, foram de R\$ 15 bilhões e com os juros que elas vão colocando, vai chegar a aproximadamente R\$ 25 milhões. Nos próximos 5 anos nós todos vamos pagar isso na conta da tarifa de energia, então veja, isso é o nome “conta covid”, o nome dessa parcela que nós todos vamos pagar, conta covid, então mais um tarifaço na conta de energia. Mas enfim, acho que são outros detalhes desse modelo energético implantado no nosso país que infelizmente massacra os trabalhadores e os atingidos por barragens e, sobretudo, os trabalhadores do campo e da cidade, enfim, os trabalhadores, a classe trabalhadora.

Aline: Interessante tu falares sobre isso, que foi gasto menos do potencial de energia, porque é num momento em que a gente está estudando de casa, trabalhando de casa, então às vezes a gente coloca [a culpa] no consumidor médio, que a gente está gastando mais luz com os computadores ligados ou com não sei o quê ligado em casa e não, né? Na verdade foi em função da indústria parar, essa coisa dos empreendimentos maiores.

Daiane: Exatamente.

Aline: Mas muito interessante, eu não tinha parado para pensar nisso. E isso que tu falaste, de que todo mundo é atingido, enfim, moro aqui na Região Metropolitana de Porto Alegre, mas eu fico pensando muito na qualidade da energia também que é uma coisa que vai atingindo todo mundo. Aqui em Guaíba ou Porto Alegre não pode dar uma chuva que cai a luz, cai a luz e às vezes pode estragar eletrodoméstico também em casa, enfim, Porto Alegre mesmo vira um caos quando chove, por questões urbanas e também por conta da energia. E também pensar nisso que tu falaste da privatização, o próprio apagão que deu no Amapá² agora...

² Em 3 de novembro de 2020, houve um curto-circuito e explosão de um transformador da Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE) durante uma tempestade, sobrecarregando um segundo equipamento, visto que o terceiro

Daiane: Exato. 22 dias lá, né, e olha que engraçado as contradições. A empresa tinha sido vendida para a iniciativa privada e quem foi lá reestabelecer o sistema foram os trabalhadores da Eletrobrás, da Eletronorte, porque eles não deram conta depois de arrumar os transformadores, então para tu veres, né, a experiência, o gabarito que as nossas empresas estatais têm, do ponto de vista da experiência técnica, da experiência e do acúmulo que têm nossos trabalhadores do setor é fantástico, é extraordinário, e a gente está vendendo, a gente está dando isso de presente pros caras, porque a privatização os caras estão vendendo a preço de nada, né? E as empresas estão comprando porque sabem que aquilo é uma fonte de lucro extraordinária. Então não é pra menos, só que eles não dão conta, compraram, deu apagão, 22 dias lá sem luz e foram lá os nossos trabalhadores da Eletronorte, Eletrobrás, que foram lá consertar os transformadores, é incrível, né, como é que é a lei do setor, como esse modelo está implantado.

Aline: Sim, e também agora a gente vive um momento em que muitos projetos de privatização mesmo, aqui no Sul da CEEE, da Corsan, da água, CEEE da luz, passam a toque de caixa nesse momento já tão terrível que a gente está vivendo. Enfim, não é só a crise sanitária, mas são crises que vão se somando.

Daiane: Exato, exatamente, isso mesmo.

Aline: Bom, Daiane, pelo que eu tenho pesquisado assim do MAB, eu vejo que a participação das mulheres no movimento é muito evidente, então eu queria que tu comentasses um pouco sobre a importância das mulheres para as lutas do MAB.

Daiane: Muito bem, acho que é importante ressaltar que as mulheres sempre estiveram muito presentes no histórico de luta e organização das mulheres atingidas, organizadas no MAB, talvez num primeiro momento, ainda na época das comissões, até pelos anos 1980, início dos anos 1980, final dos anos 1970, quando as comissões regionais ainda se reuniam, aqui no Sul era CRAB, no nordeste era CRACOHX, lá no Tucuruí, enfim, tinham outros nomes, Polo Sindical, no Nordeste, que depois tudo isso se fundiu para criar o MAB, muitas mulheres

também participavam das comissões, mas a grande parte delas estava em casa, dando esse respaldo nas tarefas domésticas, nas tarefas da casa, da propriedade, para garantir que os homens fossem para as reuniões, mas elas estavam lá, dando suporte, cuidando dos animais, cuidando da propriedade, para garantir que o homem pudesse se ausentar dois, três, quatro dias para organizar as populações para ir conduzindo o movimento de luta, de resistência nos seus locais e nos seus territórios. Muitas das mulheres estavam lá na cozinha, fazendo o almoço, fazendo as refeições para as reuniões, para os encontros, enfim, para as diversas atividades, ou lá nas cozinhas coletivas dos acampamentos na luta pelos direitos. Então às vezes não estava ali na linha de frente falando com o microfone na mão, mas estavam ali, contribuindo de alguma forma nas lutas gerais da organização. Eu acho que o MAB se insere dentro das lutas gerais da classe trabalhadora naquele período. E não é só no MAB que a gente vai ver isso, nas outras organizações, em outros sindicatos também era um pouco assim o “papel” das mulheres, era nas tarefas, nos serviços, que davam essas condições para os homens estarem à frente politicamente, vamos chamar assim. Então não éramos diferente, nós não fomos diferentes do caminhar do processo. Então ressaltar isso, as mulheres sempre estiveram com outras tarefas, mas sempre estiveram. E sim, tiveram muitas companheiras no período que estavam nas assembleias, que estavam nas lutas locais, regionais, que também desafiavam, né? Eu diria isso, desafiavam o poderio, e o momento em que se vivia, onde as mulheres não eram vistas, não podiam falar e falavam, tentavam, se desafiavam a falar. E eram vistas, inclusive, de repente na comunidade onde moravam como as estranhas, né, como assim essas mulheres falando? Mas a gente teve muitos casos. Nós temos um filme, *Arpilleras bordando a resistência*, que tem o depoimento de uma companheira que vai falar isso, como que ela era vista na comunidade, e dizia que “era bom porque eu tinha um banheiro para mim”, né, na assembleia que tinham vários homens, “eu tinha um banheiro só para mim, porque eu era a única mulher na reunião”. Então, pra tu veres assim, como é que participavam. Bom, então esse momento histórico foi importante, acho que as mulheres participaram, não com tanta presença política assim na voz e tal. Em 2007, de forma mais intencional, o MAB começa a pensar, a partir dos relatos que a gente ouvia nas comunidades, das violações que as barragens traziam na vida das mulheres, a gente começou a perceber que os relatos eram muito semelhantes e muito parecidos, independente de onde eles aconteciam, Sul, Norte, Nordeste, eram muitos semelhantes. O que nos intrigava e ao mesmo tempo nos fazia pensar o que é que acontece? Então aqui tem alguma coisa que a gente precisa aprofundar e entender melhor. Em 2007 a gente começou a reunir um grupo de mulheres a nível nacional, de quem fazia parte da coordenação para tentar pensar questões, o que unia, o

que de fato as obras e as contradições desse modelo afetavam a vida das mulheres, a gente pensava assim, como é que o modelo energético afeta de forma especial as mulheres? E começamos a tentar elaborar e a tentar pensar junto, enfim, trazer depoimentos e relatos do que acontecia. Juntando a isso, início de 2006, a gente... Em 2002, antes disso ainda, nossa, a história é longa, mas eu vou tentar resumir. A Comissão Mundial de Barragens, 2001, né, ela veio visitar o Brasil e identificou, né, que as barragens no Brasil afetavam muitas pessoas, mais de um milhão de pessoas no mundo, no Brasil, um milhão de pessoas no Brasil, e pessoas dessa comissão foram inclusive visitar Santa Catarina numa das obras e identificou algumas violações e tal, os relatos traziam as violações e tal... A partir da visita dessa comissária da ONU aqui em Santa Catarina, a gente tentou sistematizar isso em um documento e a gente conseguiu fazer na época com que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos fosse visitar algumas obras de barragens para identificar. Então a gente conseguiu, via Conselho Nacional dos Direitos Humanos que fossem identificados, fossem visitados pelo menos 7 barragens no Brasil. A gente fez uma lista de mais de 60 e eles escolheram 7 para ir visitar³: Tucuruí, Cana Brava, Aimorés, Cana Brava em Goiás, Aimorés em Minas, Tucuruí no Pará, no Sul... No Sul acho que foi Machadinho ou foi Barra Grande? Barra Grande acho que foi. Enfim, algumas obras, depois eu posso te passar o documento que tem isso. E essa comissão, que era mista, era da sociedade civil, mas também era institucional, então tinha Minas e Energia estava, a Secretaria Geral foi junto, Secretaria de Direitos Humanos, enfim, era uma comissão de representantes do Estado, junto com a sociedade civil e um integrante do MAB que foram visitar essas obras. E identificaram 16 barragens violadas, 16 direitos violados nas barragens, e ao sair o relatório em 2010, a Comissão disse de forma geral, as mulheres em especial são as vítimas que particularmente são agravadas, né, quando se constroem barragens. Então o relatório veio nos ajudar a traduzir e a materializar aquilo que os nossos relatos diziam, que a gente vinha tentando elaborar e identificar o que as barragens traziam na vida das mulheres. O relatório foi em 2010; em 2011 nós fizemos o primeiro encontro das mulheres a nível nacional. Em Brasília, nós reunimos 500 mulheres dos estados onde o MAB está organizado, estava naquela época, e a gente começou a discutir melhor isso e começamos depois... Porque a mulher chegou no encontro e viu e se encantou das possibilidades, e a potencialidade que é as mulheres ajudarem a dirigir e organizar o movimento, porque no fundo, no fundo, as mulheres é que nas regiões conduzem o MAB,

³ A Comissão visitou as seguintes barragens: Tucuruí (Pará), Acauã (Paraíba), Cana Brava (Goiás), Aimorés (Minas Gerais/Espírito Santo), Emboque (Minas Gerais), Fumaça (Minas Gerais) e Foz do Chapecó (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

conduziam o MAB naquela época, eram as principais referências e lideranças e tal, então o encontro serviu, imagina, uma troca de experiência fantástica em todos os locais e tal, o protagonismo das mulheres e tal. As mulheres voltam para as regiões depois, o encontro foi em abril de 2011, voltam empoderadas querendo discutir como é que nós vamos botar mais mulher no MAB, mais gente organizada e vamos discutir os direitos das populações e como é que a mulherada também se vê nisso. Aí a gente começou, foi assim, deu esse “ah!”, a mulherada foi, e começou a encontrar dificuldades inclusive, dificuldades concretas, porque a vida, nas comunidades e nas regiões que, olha, nós vivemos numa sociedade patriarcal e machista, machista e patriarcal, então, dá esse choque de realidade entre aquilo que a gente quer, mas aquilo que de fato a gente consegue tem um caminho a ser andado. E o MAB passou por isso e as mulheres do MAB também passaram por isso, então a gente começou a elaborar e a fazer encontros com as mulheres e tal, para tentar dizer como nós mulheres éramos duplamente violadas, pelo sistema patriarcal e machista, que deixa as mulheres dentro de casa e não quer que as mulheres participem e também como é que as empresas e o Estado tratavam as mulheres no caso das obras. E aí a gente começou a identificar alguns direitos violados. O que a gente conseguiu sistematizar inicialmente foi em 6 eixos, isso a gente tem até uma cartilha que traduz os 6 eixos, na questão do trabalho, na questão da participação política, na questão do trabalho é porque não reconhecia as mulheres como protagonistas que executavam alguma coisa do trabalho e de potencial de geração de renda também, então as empresas negavam que as mulheres trabalhavam e não reconheciam elas como atingidas. Na participação política, da mesma forma, quando as mulheres falavam, não se levava em consideração aquilo que as mulheres diziam, então, evitava-se inclusive que as mulheres fossem para as audiências públicas, fossem para as mobilizações ou nas negociações com as empresas e não queriam que as mulheres fossem e quando elas iam, não reconheciam o que as mulheres diziam, exatamente porque tem uma visão patrimonialista das coisas, patrimonialista e machista. Patrimonialista no sentido assim, o dono da propriedade geralmente é o homem, então, por que a mulher vai falar? E machista a gente já sabe por quê. Então não reconhece as mulheres como portadoras de direitos. Além disso, uma relação preconceituosa das empresas, então as empresas, quando iam nas regiões, nos territórios para fazer aquela primeira identificação das casas e dos atingidos e o primeiro levantamento de quantas pessoas são, de quantas famílias moram naquela comunidade e tal, negava conversar com as mulheres, não conversavam e queriam conversar com o homem da casa. E que chamassem o homem da casa e darará. Então, quando as mulheres diziam “aqui é eu e meus filhos, aqui quem mora é eu e meus filhos”, eles não reconheciam, eles queriam conversar

com o homem da casa. Muitos casos assim em Estreito, muitos casos em Rondônia passando muito por isso. E um outro eixo que a gente identificou foi a questão da prostituição muito forte, a mercantilização do corpo das mulheres, então, com a chegada das obras, também a chegada da indústria da prostituição, isso é muito forte em todas as obras, muitas, muitas e aí Machadinho, Barra Grande, Estreito, Belo Monte, Girau e Santo Antônio, Tucuruí também, Tucuruí também, a Foz do Iguaçu, né, a gente tem relatos agora de vídeos mais históricos que contam como que as mulheres eram usadas ali, então isso é meio que “intrínseco” aos projetos de barragem. E casos de prostituição, de meninas, de jovens, de adolescentes muito forte junto com isso, então a indústria da prostituição caminha junto com a indústria das barragens. Então a gente via, na época era Girau e Santo Antônio, na construção, quando vieram para Belo Monte, a indústria que estava lá veio para cá também e tinha o “cartão do amor”, enfim, acho que são detalhes que depois tu podes ir identificando, mas os funcionários recebiam R\$ 600 de um vale para gastar na casa de prostituição que ficava na porta da empresa, na porta da barragem, na entrada da barragem a alguns metros da barragem. Então, em tese, eles usavam isso onde? Nessa casa que estava muito próxima, para usar as mulheres, enfim, inclusive a Comissão de Direitos Humanos materializou isso assim, divulgou isso como caso de prostituição, então era nós falando, mas também tinha algo institucional falando e que validava essas informações que a gente dizia. Muito bem. Ah, e para além disso, um outro direito que a gente identificou em especial na vida das mulheres era com relação às políticas públicas, que quando se anunciava um projeto de obra, um projeto de barragem, aquela região ficava parada no tempo, então a estrada já não era feita, o postinho de saúde que tinha já não era mais reformado, a escola caindo aos pedaços, então assim, as políticas públicas cotidianas, da vida do povo, quando se anunciava um projeto, as coisas paravam naquela comunidade e os projetos podiam parar, podiam ter 30 anos. Nós tínhamos um caso de Sacos e Côcos na Bahia que nunca saiu o projeto, Panambi e Garabi aqui na Sul, o projeto também foi adiado, agora que está retomando, mas foi adiado. Marabá na época que eu estava lá, o projeto tinha sido anunciado, mas depois parou e imagina, e para, né, e aí as comunidades sofrem com isso. Para além disso, a questão da água e da energia tinham a ver também com isso que você dizia antes, o acesso à água e à energia, por fim, nós damos lugar ao lago que depois a gente não tem acesso a ele ou, quando tem, de forma precária ou paga muito caro por isso. Um exemplo, só pra tu teres noção, Tucuruí que foi construído nos anos 1983-84, lá se vão mais de 30 anos da barragem, até hoje, até hoje, passado todo esse tempo, ainda os linhões passam por cima das casas das pessoas nas ilhas e as pessoas não têm energia. Tucuruí formou mais de 1500 ilhas no lado do reservatório e muitas famílias permanecem nas ilhas e até hoje a energia não

chegou para essas famílias, então, tu imaginas a contradição desse modelo, que retira as famílias, desaloja e não dá energia para quem minimamente deu seu pedaço de terra para isso. Então, enfim, contradições do modelo que a gente começou a identificar que afetavam de forma especial as mulheres. Para além disso, nossa, a história é longa, mas vou tentar reduzir, nós tivemos o rompimento das barragens agora em 2015 em Mariana, 2019 em Brumadinho, dia 25 de março de 2021, esse ano, nós tivemos lá no Maranhão o rompimento também de uma obra⁴. E as violações dos direitos se renovam, elas se aprofundam e se renovam, porque os mesmos eixos de violação que eu estava te falando antes, a gente começa de novo a observar também nesses casos de rompimento, acrescidos ainda a essa questão especial da água, porque as pessoas não têm acesso à água de qualidade, tomam, acabam tendo que tomar água contaminada e aí os problemas de saúde de diversos graus, de alergia, de contaminação mesmo, química do organismo assim dos vários minerais, minérios que entram na corrente sanguínea, que afetam diretamente o organismo e que, provavelmente, os estudos estão dizendo que, provavelmente, isso indica problemas de saúde futuros, então, em crianças, em jovens, em mulheres, enfim, de forma bem geral. Então esses crimes que estão aí e que se renovam, essas violações de direitos que ainda acarretam outros novos que a gente não tinha parado para pensar e que de fato eles se materializam e a gente começa a ver. Em 2019 também a gente fez um relatório, a gente fez uma pesquisa, na verdade, com relação à Belo Monte, um estudo de caso assim, para tentar identificar os impactos de Belo Monte depois da construção da obra, né. O que é que tinha ficado e qual é a relação da violência, porque Altamira, onde fica Belo Monte, em 2019 foi considerada uma das cidades mais violentas do Brasil. Então Altamira tinha sido considerada um dos municípios mais violentos e aí a gente fez esse dossiê em 2019 para tentar analisar essa relação da usina com o aumento de violência contra as mulheres ali em Altamira e na região. E aí a gente identificou que o aumento de violência física, das agressões, ao aumento de agressões, de feminicídios muito grande, o aumento e a violência da exploração sexual também de forma absurda, violência psicológica, política e moral, violência patrimonial e aumento da criminalidade e do tráfico de drogas. A gente tem um dossiê específico disso, que vai dando mais elementos de cada eixo desses, então depois se tu quiseres olhar, fica à vontade, a gente pode te passar. Então vai dizer, depois de uma obra instalada, como é que as mulheres sofrem muito mais ainda as violências

⁴ Segundo o MAB, “uma das barragens da Mineradora Equinox Gold se rompeu na comunidade de Aurizona, em Godofredo Viana, no dia 25 de março de 2021. Os rejeitos contaminaram o Rio Tromai e deixaram 1500 pessoas sem acesso à água potável”. Disponível em: <https://mab.org.br/2021/11/25/aurizona-relatorio-sobre-o-caso-do-rompimento-de-barragem-em-aurizona-ma-e-aprovado-pelo-conselho-nacional-de-direitos-humanos/> Acesso em: 17 jul. 2023.

porque a comunidade fica extremamente violenta, mas as mulheres sofrem muito mais com isso. Então, de forma geral, acho que são essas as violações que a gente identifica na vida das mulheres.

Aline: Sim e aí, pelo que andei lendo, as *arpilleras*, elas entram no MAB também como uma maneira de fazer um diagnóstico e um registro têxtil, artístico de todas essas questões, dessas violações.

Daiane: Isso mesmo.

Aline: Mas as *arpilleras* surgem no MAB também como um projeto intencionado, né? Houve uma intenção de fazer um registro através dessa metodologia. Então tu podes me contar um pouco como que foi o processo de introdução das *arpilleras* no movimento?

Daiane: As *arpilleras*, esse instrumento político-pedagógico, a gente resgata ele em 2013 para nós usarmos no MAB. Ele é uma técnica chilena de resgate que as mulheres lá usavam para trazer os depoimentos e o que sofriam na época da ditadura de Pinochet, então bordavam sobre os desaparecidos políticos, sobre tudo que acontecia naquele período, naquele momento. Elas bordavam em 1973, mas as *arpilleras* começaram a ser construídas lá em Isla Negra...

Aline: A própria Violeta Parra também já fazia, né?

Daiane: Isso, isso mesmo, ela também fazia. E ela que levou para Paris, para o Museu do Louvre, umas peças, enfim, tem toda essa história por trás aí das *arpilleras*. Muito bem, então a partir desse resgate, dessa história desse sentido político que as mulheres lá no Chile faziam, nós trouxemos para o Brasil, para o MAB, pro Brasil não, porque no Brasil outras mulheres já faziam, mas a gente fez, trouxe então para o MAB, para bordar as violações que as barragens causavam na vida das mulheres. Então como que o relatório tinha saído em 2010, a gente começou a elaborar um pouco mais esses eixos de violação, 2011-2012, a gente tinha muito material na mão e esses relatos todos, de tudo isso que acontecia e como é que nós íamos traduzir isso, que mensagem que a gente ia falar para a sociedade de como é que as barragens impactavam a vida das mulheres. Então as *arpilleras* foram esse instrumento, assim, que chegou pra nós e a gente acolheu para poder traduzir aquilo que a gente vivia. A gente sempre

diz que as *arpilleras* traduzem aquilo que as palavras... Expressam aquilo que as palavras não conseguem dizer. Elas conseguem, elas têm esse poder de brilhantemente traduzir. Então, para nós, foi muito importante essa técnica. A gente em 2013 foi na Argentina fazer uma oficina com as companheiras que estavam lá fazendo e tal, fomos aprender, fomos resgatar essa técnica, junto com elas e tal, e aí trouxemos para o MAB, para poder pensar juntas como é que a gente vai... Então um grupo foi lá, aprendeu e depois a gente trouxe de forma coletiva, reunimos a mulherada da coordenação nacional e fomos explicar o que era a técnica, como é que elas faziam, a história dela e como é que a gente podia então, a partir dos nossos relatos e desses nossos documentos que a gente tinha construído, traduzir isso. Então foram muitas reuniões, oficinas e tal para a gente discutir. O interessante, talvez o diferencial, é que as *arpilleras* lá no Chile eram construídas de forma individual e aqui nós conseguimos, aqui no MAB, no MAB a gente sempre faz de forma coletiva. Então a gente reúne a mulherada, discute o assunto, quais as violações, o que a gente gostaria de expressar, o que a gente vive, qual a realidade das populações atingidas e das mulheres em especial, discute coletivamente e só depois de uma longa discussão coletiva do que a gente gostaria de traduzir, do que é importante, que mensagem a gente quer passar para fora, para a sociedade, a gente de forma coletiva constrói a peça. Então discute, depois desenha a peça no papel e aí vai colocando os elementos que é importante que sejam mostrados, traduzidos e aí depois vai para o tecido. E aí vai costurar aquilo que a gente quer traduzir, então é um processo coletivo. Todas as nossas peças partem desse princípio, a gente não faz a peça de forma individual no MAB, então as nossas peças são sempre coletivas e inclusive às vezes é até difícil de dizer, ah, mas quem é a autora de tal peça? A gente tem, muitas delas relatadas, mas como isso é tão intrínseco a nós, a gente bota mulheres atingidas do MAB, nós não fazemos questão de mostrar quem são as mulheres, sabe?

Aline: É algo maior, é algo coletivo de vocês.

Daiane: Exato, exato. Então cada peça tem a sua cartinha, que vai explicar o que é a peça e ao final, algumas às vezes a gente coloca, foi fulana, ciclana, beltrana, do coletivo de mulheres do Estado tal, sempre assim de forma muito coletiva. Então é isso, de forma muito breve, construímos e aí foram muitas reuniões e muitos encontros e muitos seminários para a construção. Exatamente quantas peças a gente tem agora eu não vou conseguir te dizer, mas passam de 200 peças que a gente tem produzidas no MAB, exatamente o número eu vou te dizer mais para frente. E passam de 2 mil mulheres que vêm se envolvendo no MAB nessa

construção, esse também é um número que eu quero ir aprimorando contigo. A gente tem e está num processo de sistematizar essas informações, então por isso que não vamos ter agora, daqui a uns dias a gente vai ter isso, e aí vai conseguir passar. Mas como o movimento é um eterno movimento, essas são informações que vão estar sempre sendo modificadas, porque mais mulheres entram, mais mulheres ajudam, mais mulheres se tornam protagonistas e ajudam a construir mais peças, então é algo sempre em movimento, nessa perspectiva de empoderar sempre mais mulheres. As *arpilleras* conseguem ser essa ferramenta que mobiliza as mulheres, organiza essas mulheres, politiza essas mulheres e fazem a denúncia, a denúncia do que está vivendo ou do anúncio do que a gente quer. As peças sempre traduzem essas coisas, ou a denúncia ou o anúncio, do projeto político, do projeto energético-popular, do projeto de sociedade que a gente quer. Então ele tem esse duplo caráter assim, e a gente sempre tentar abordar, dependendo do momento que a gente vive, do que a gente está fazendo, enfim, do que gostaria de traduzir ao público.

Aline: E tu participaste dessa comitiva que foi lá na Argentina para aprender a técnica ou não?

Daiane: Não, eu não, eu participei depois, quando as meninas chegaram de volta, eu estava aqui, eu estava no Pará, a gente se reuniu, enfim, e depois fomos aprendendo a fazer e aí a gente vai aprendendo. Ao mesmo tempo em que vai ensinando vai aprendendo. E aí a primeira coisa, ah, mas precisa saber costurar? Não, não precisa saber costurar. É o retalho e a agulha, e juntas a gente vai aprendendo a fazer os pontinhos ali, mas não precisa saber nenhuma técnica de costura, nenhum, nada, a gente vai com o retalho, o pano, a agulha, a linha e vai traduzindo a mensagem que a gente quer passar. É muito gostoso fazer as *arpilleras*, construir esse processo.

Aline: E foi bem aceito entre as mulheres das comunidades ligadas... Às comunidades das barragens que estavam ligadas ao MAB, foi bem aceito entre as mulheres que estavam ligadas ao MAB?

Daiane: Muito bem aceito, porque é algo novo, é algo novo, é algo que chama atenção. Então a mulherada, mas o que é isso? Da onde que vem? E a partir da conversa a gente vai elaborando e vai... E engraçado, Aline, porque às vezes a gente tem até um “receituário”, então primeiro a gente reúne as mulheres, discute com as mulheres e depois desenha no papel

e aí depois vai para o pano, a gente tenta fazer mais ou menos isso. Só que às vezes não é assim. O trabalho popular inverte as coisas. Então, por exemplo, quando a gente foi fazer lá no Tapajós, lá no meio da Amazônia, no Pará, esse debate com as indígenas, nos projetos que eram ameaçados pela São Luís do Tapajós, é um projeto ainda, não foi concretizado, como é que nós íamos desenvolver isso com as indígenas, que historicamente nunca apareceram na cena, quem aparece são os caciques, quem aparece são os homens nas aldeias, então como é que tu conversa com as mulheres e elas são atingidas, seriam atingidas pelos projetos, enfim, lá de portos, projetos de usina, de mineração, enfim, tem uma série de grandes projetos na Amazônia que impactam as mulheres de forma especial e a gente gostaria sim de produzir e de retratar. E aí com as mulheres indígenas foi diferente o negócio, primeiro a gente começou a fazer a peça e depois que a gente começou a conversar. Porque a gente começou a bordar a realidade das indígenas, como é que é a realidade, o que tem ali, como é que é a vida delas e aí depois e elas foram pegando confiança na gente, no sentido de saber que nós éramos uma organização séria e que queria discutir o impacto desses grandes projetos na vida das mulheres e como é que a gente ia juntas costurando essa mensagem que a gente gostaria de expressar. Então com as mulheres indígenas no Tapajós a gente começou a bordar e depois a gente começou a discutir que as barragens impactam a vida das mulheres em especial, trazia os elementos, que impactos a gente tinha visto lá em Rondônia, que impactos a gente tinha visto em Tocantins, em Estreito, ou em outras obras que já tinham sido construídas, Sobradinho, Itaparica, enfim, impactos na água, impactos na energia, impacto na vida das próprias mulheres, na relação, na comunidade, na perda dos laços comunitários, enfim. Tudo isso a gente ia discutindo, então o trabalho popular é isso, o trabalho de base é assim, ele começa da porta que se abre, então a porta que se abriu foi começar juntas com as mulheres indígenas a bordar, escrever a realidade delas e a partir disso a gente começou a fazer o processo de resistência, tanto que em 2012, senão me engano, a gente teve... Acho que foi 2012, salvo engano, posso te buscar a informação, o projeto de São Luís de Tapajós foi cancelado, a gente teve a paralisação do projeto. Claro que a gente sabe que mais para frente ele vai vir à tona, mas naquele momento ele foi paralisado e que a gente considera sim que foi uma grande luta em defesa da vida e ao direito de dizer não à barragem. Então uma grande conquista do povo atingido daquela região e do Brasil como um todo.

Aline: É, e isso que tu estavas falando que no início veio a Comissão da ONU para identificar os direitos violados, eu li no site do MAB que esse projeto das *arpilleras* que, no início, ele foi apoiado por algumas parcerias, com União Europeia, com outras aqui, DKA Austria,

Horizont 3000, Sei So Frei. Tu podes me contar um pouco como se dão essas parcerias, se elas ainda acontecem ou se hoje o projeto com as *arpilleras* já é mais autônomo, como é que é?

Daiane: Naquele período, acho que foi 2013, 2014, 2015, isso mesmo 2014 e 2015, porque 2015 a gente fez a exposição nacional no Memorial da América Latina em São Paulo. Então nesse período, 2013, 2014 e 2015 a gente tinha esse apoio pontual dessas organizações internacionais que apoiam as populações atingidas, mas elas apoiavam antes, inclusive de ter as *arpilleras*. Então é um processo mais histórico já de acompanhamento dos direitos, das violações e das populações. Então naquele momento foi fundamental porque nos ajudou, inclusive, a poder ter as condições de chegar nas comunidades, então, ter o combustível pra chegar nas comunidades, para fazer as reuniões, para comprar o lanche para a mulherada na hora da reunião, depois, pra comprar inclusive a agulha, a linha, o tecido, sabe? Essa parte que faz parte do processo, então esses apoios foram fundamentais para isso, para garantir que a gente conseguisse fazer, de sul a norte do Brasil, esse projeto com as mulheres, então funcionou esse processo. Então aí o resultado disso foi essa exposição em 2015 no Memorial da América Latina, onde a gente expôs 25 peças, mas foi muito lindo a escolha das peças, porque a gente tinha, a gente foi pra Brasília, a gente estava em Brasília num centro lá de formação e nós tínhamos muitas peças, muitas peças produzidas, 90 peças no mínimo a gente tinha. E aí como é que a gente faz a escolha, porque não dá pra botar 90 assim numa exposição, então foi muito lindo o processo de escolha das peças. A partir desses eixos que eu te relatei no início, a gente foi identificando, quais eram as peças que traziam de forma mais clara essas mensagens? E aí a gente foi coletivamente: essa peça aqui fala mais da participação política das mulheres, essa peça aqui vai tratar mais da perda dos vínculos comunitários, então vai para a exposição, essa aqui não está muito claro, então vamos deixar ela aqui quietinha. Aí escolhia, e gente foi fazendo assim, dividindo as 90 peças praticamente nos 6 eixos, então dividimos todas, estavam quase todas elas subdivididas e agora, como é que vamos escolher? Aí então tá, o segundo passo foi: quais dessas aqui que já estão subdivididas, quais traduzem melhor, quais expressam de forma mais clara e aí de forma, de novo, coletivamente. Nós estávamos com umas 60 mulheres naquele dia construindo e discutindo quais peças poderiam traduzir isso de forma mais clara.

Aline: Ainda que tu não tenhas números exatos, tu já conseguiste me dar um panorama, tu já me disse que passam de 2 mil mulheres que já produziram *arpilleras* junto com o MAB, tu

me falaste que são cerca de 200 peças o acervo de vocês, e tu tens ideia de mais ou menos quantas oficinas vocês já fizeram, quantas exposições vocês já fizeram? Assim, cerca de tanto... Ou não?

Daiane: A gente fez em 2015... Eu vou pontuar aqui contigo juntas, vamos ver. 2015 no Memorial, depois em 2017 a gente fez no Encontro Nacional no Rio de Janeiro. A gente fez em 2018 na Justiça Federal no Rio, a gente fez em 2018 no FAMA [Fórum Alternativo Mundial da Água], em Brasília, e estou falando de exposições nacionais, tá? Exposições nacionais. A gente fez em 2020, em março de 2020 em Brasília na Câmara dos Deputados. É, de forma nacional, são 5. Aí, muitas exposições foram feitas, por exemplo, a nível de Amazônia, no SESC no Pará em 2016, isso pegando os estados da Amazônia, então as peças eram específicas que foram produzidas na Amazônia, sabe? Também foi uma experiência muito linda, muito bonita. Agora, nós estávamos na pandemia, em março de 2020, a gente estava com uma exposição no Museu de Artes da Bahia, no MAB lá, bem isso, Museu de Artes da Bahia. Que tinha peças das companheiras, das mulheres da Bahia e também peças nacionais. Mas assim, cada estado fez muita exposição, seja em centro acadêmico, em universidade, nas universidades, nas assembleias legislativas, em espaços públicos, museus...

Aline: Em assentamentos também, né? Pelo que andei lendo...

Daiane: Também. Nas faculdades, nos seminários, enfim, essas coisas muito regionalizadas, então cada local, por exemplo, no Tapajós, lá no Pará, a gente fazia muita atividade mais específica em Santarém, Itaituba, em Altamira, enfim, muitas exposições locais que traziam a pauta local das mulheres, então, dependendo do tema, a gente faz exposições. Aqui no Rio Grande do Sul, na UFRGS já foi feito, em Porto Alegre, em Erechim, bom, em várias regiões. Então posso te dizer assim, muitas exposições e aí cada região, cada estado vai organizando as suas, dependendo, mas essas mais nacionais que eu fui te contando. No Memorial da América Latina, na Justiça Federal, no Rio... Aí junto com isso a gente fazia, quando a gente fez o filme, em 2017 que a gente lançou o filme, junto com o filme, com a exibição do filme, a gente fazia exposição de *arpilleras* também junto, então era uma coisa muito junta, mesclada. Então, por exemplo, a gente fez o lançamento do filme lá no Cine Odeon, no Rio, então na porta do Cine Odeon tinha exposição de *arpillera*, que foi às vésperas do nosso encontro nacional em 2017. Quando a gente foi no Belas Artes em São Paulo, no Cinema Belas Artes fazer a exibição do filme, na porta do Belas Artes tinha exposição de *arpilleras*. Então é

muito junto e a gente foi andando com esse processo. Foram muitas exposições. Do ponto de vista das oficinas, foram muitos encontros, muitos encontros, porque imagina, para produzir... Porque uma peça, a gente começa a fazer ela num encontro, mas a gente não termina num encontro. Geralmente é um encontro de três dias. Um dia a gente debate bem e mais dois para fazer a peça. Então tu imagina, estamos com mais de 200 peças, acho que está chegando... Passam de 250, mas enfim, deixa eu catalogar bem certinho isso, para cada uma dessas tem que ter sido feita uma reunião, uma atividade de formação, no mínimo uma. Mas foram muito mais do que isso, muito mais. Porque na primeira vez que tu reúnes as mulheres, tu podes reunir as mulheres pra falar, pra discutir o tema, a problemática local, aí tu vais contar da experiência das *arpilleras* chilenas, que a gente sempre faz isso junto, não fazemos *arpilleras* sem contar da onde elas vieram, o processo. Então, num primeiro momento, vai contar, o resgate, do que era, de repente na segunda vez que tu for fazer o encontro com essas mesmas mulheres é que daí sim a gente começa a produzir a peça, porque é um processo, não é algo estanque. Para nós, ela está intrínseca ao processo de organização, ela é um instrumento, é uma ferramenta que nos ajuda no trabalho organizativo das mulheres e de auto-organização das mulheres no MAB. Então é diferente, né? Pode ser que em outros lugares, para outros grupos ela seja o fim. Para nós ela é o meio, é o instrumento que vai potencializar o processo organizativo, de luta pelos direitos das populações.

Aline: Interessante. Então me conta um pouco o que vocês estão pensando para esse acervo. Tu me contaste por telefone que agora dia 30, enfim, vocês já tem uma programação, me conta um pouco sobre isso.

Daiane: Pois bem, esse é o desafio agora de juntar tudo isso, assim, como é que a gente sistematiza. E aí nós nos colocamos na tarefa de ir juntando essa história toda de organização das mulheres com a construção das *arpilleras*. Então nós estamos fazendo o processo de sistematização dessas informações, inclusive para saber quantos encontros já foram feitos, quantas mulheres a gente já reuniu, quantas peças a gente já produziu, quantas exposições de filme a gente já fez, quanto público já assistiu o nosso filme, tudo isso nessa perspectiva. Quantos trabalhos acadêmicos já foram feitos, que estudaram as nossas peças, enfim, quem são essas pessoas, onde que estão, cadê os trabalhos, pra gente, inclusive, ajudar na publicização disso. Então é tudo isso, a gente está no desafio de juntar essas informações para poder colocar dentro do site do MAB, numa parte específica das mulheres lá essas informações. Aí nós começamos a fazer esse processo de sistematização já faz algum tempo,

e agora no dia 30 de outubro a gente vai fazer o lançamento de pelo menos uma parte dessa catalogação que a gente está fazendo, em especial algumas peças. A gente não vai conseguir botar as 250 ainda ao vivo, ao público, mas uma parte delas para que o pessoal possa ver, possa apreciar essa beleza. Então a gente vai colocar, vai fazer esse ato de lançamento digital agora, virtual assim, porque uma parte das nossas peças estão com a gente na secretaria nacional, algumas, algumas mostras...

Aline: É em São Paulo a Secretaria Nacional?

Daiane: É, em São Paulo, mas boa parte delas estão nos estados onde foram produzidas. E aí cada uma delas é identificada, *arpillera* paraense construída em julho de 2015, então tem sua data e a gente sabe de onde é. Então grande parte delas está nos estados e uma partezinha pequena, a gente tem algumas, nós temos 25, 15... Nós devemos ter umas 50 com a gente na Secretaria Nacional que é, mais ou menos, as que a gente tem feito a divulgação do nosso trabalho. Mas, de qualquer forma, elas pertencem ao coletivo de mulheres, ao MAB, às mulheres atingidas e aí a gente quer trazer assim ao público. Acho que o acervo digital, virtual dentro do site possibilita isso. Mesmo que eu não esteja ali em São Paulo pra ver elas, eu posso conhecer elas pelo site. E se eu quero conhecer uma específica que foi construída lá no Pará, não preciso ir ao Pará, posso ir ao site e identificar. Então acho que é uma forma de facilitar um pouco mais o trabalho e conhecer o trabalho do MAB, conhecer o trabalho das mulheres tendo essa exposição digital. Tomara, é essa a expectativa, é para isso que a gente tem trabalhado e no dia 30 a gente vai fazer o lançamento. Estamos organizando ainda o roteiro, o ato, com todos os vídeos que vamos mostrar, enfim, e aí quando eu tiver mais detalhes eu vou te passando pra tu ajudar a gente na divulgação.

Aline: Passa sim, eu acho que é um tesouro para pesquisadores e para quem quer se engajar também nessas lutas e nessas frentes que atingem a todos como a gente vem conversando aqui hoje. Então tu estavas me contando que as mulheres participam da escolha das peças nas exposições e essa era uma outra pergunta, de que modo que elas se engajam na escolha das peças que vão ser mostradas... E eu queria também perguntar se essas mulheres também desenvolvem alguma ação educativa nas exposições. Saiu um TCC da Unifesp, do curso de História da Arte até, da Unifesp em São Paulo, sobre as *arpilleras*, que eu li, e lá a autora contava que foi numa exposição em São Paulo e conversou com uma *arpillerista* do MAB

que estava lá como educadora na exposição. Então eu queria saber como que ocorrem essas ações educativas também, essa programação paralela com as exposições.

Daiane: É, a gente sempre parte do princípio que tem a exposição, as peças para serem visitadas e observadas, enfim, mas junto com elas a gente sempre faz atividades ali paralelas que vão complementar a exposição. Então, a gente faz roda de conversa para debater algum assunto específico, faz, inclusive, oficina de *arpillera* para construir uma *arpillera* específica com quem vai visitar, faz visita guiada para explicar cada peça, faz visita das escolas, com as escolas, com os maiorzinhos, claro, para explicar o significado das peças, o que a gente faz, quem é que faz, quem é o MAB, quem são as mulheres e tal. Faz a exibição do filme e faz a participação de alguma mulher que vai lá fazer algum depoimento para explicar por que o filme foi feito e como que foi feito e da onde que veio esse filme, né? Porque ele é produto, ele é resultado desse processo todo das *arpilleras*, então faz roda de conversa, roda de debate, enfim. Então além da exposição em si, sempre a gente procura organizar o roteiro de atividades que estão em torno disso, ato de lançamento da exposição e aí tem música, enfim, tem uma série de atividades no entorno que propiciam que as pessoas conheçam um pouco mais da gente e que conheçam um pouco mais da nossa história e a gente possa trocar experiências, porque acho que é nessa perspectiva, né, se a gente conseguir influenciar que outros também pensem sobre seus cotidianos, sobre suas organizações, também consigam empoderar novas mulheres também para se organizar, também para pensar e refletir sobre o que está acontecendo e propor outras coisas, denunciar o que está acontecendo também, fazer proposições, acho que a gente está articulando e fazendo caminhos para a transformação que a gente precisa, não é sozinho, não somos só nós, então é nessa perspectiva de incentivar que outros também façam. A gente tem conversado muito com as meninas da Linhas de Sampa, Linhas de Minas, Linhas do Horizonte, que é as meninas lá de Belo Horizonte, que também fazem bordados, bordados políticos, bordados mais pequenos, assim, pequenos bordados, elas chamam de... Como é que elas chamam? Tem um nome bem específico, acho que é panfletos senão me engano, acho que elas chamam de panfletos, que elas bordam, bordavam sobre o momento político que o Brasil estava vivendo, e a questão do golpe no Brasil, enfim, os dilemas da democracia... E as meninas também inspiradas na gente e a gente nelas, como é que a gente vai juntos construindo processos que mobilizem mais mulheres, organizem mais mulheres, que possam refletir sobre o que está acontecendo. Acho que é muito interessante, as Linhas de Sampa, as Linhas do Horizonte, Linhas do Rio e aí cada local, elas têm construído

assim um grupo de mulheres, de esquerda, que pensam e que reflitam sobre isso e eu acho que isso são sempre possibilidades.

Aline: Legal. E aí, minhas últimas perguntas, a gente já está se encaminhando para finalizar a entrevista, mas eu queria saber qual é a tua percepção sobre o impacto das *arpilleras* nessas mulheres, que participam das oficinas, que participam das exposições. Qual tua percepção agora que já passou um tempo de 2014 pra cá, como é que é a tua percepção desse impacto?

Daiane: Eu acho que as *arpilleras* tem um potencial grandioso. Elas são fantásticas, do ponto de vista de mobilizar, de organizar, de politizar as mulheres, as mulheres que antes se achavam fechadas, que não conseguiam traduzir, que não conseguiam falar, que não conseguiam se expressar, elas conseguem, elas se veem empoderadas, protagonistas das lutas, protagonistas das possibilidades. Então me parece, me parece não, é algo que a gente percebe, as *arpilleras* são sim esse instrumento que é possível, que dá essa condição para que as mulheres se tornem protagonistas, sujeitas do processo político, do processo das suas vidas, acho que é muito importante, acho que é muito empoderamento, as mulheres sim conseguem elevar o nível de consciência, compreender os problemas do mundo, não é o meu problema só, mas é um problema coletivo, da classe trabalhadora, da humanidade inclusive, e que é possível fazer transformações de forma coletiva. Acho que esse empoderamento que esse instrumento das *arpilleras* consegue fazer na vida das mulheres. Ele nos ajuda muito, muito, muito, muito no processo organizativo. Porque a gente tem percebido, depois que a gente começou a usar as *arpilleras* no MAB, mais mulheres começaram a querer estar junto com a gente, a querer também fazer parte dessa organização, também querer traduzir as suas angústias, traduzir o que está acontecendo nas suas comunidades, então ela é sim a ferramenta, não tenho dúvida assim, que tem um poder extraordinário de organização.

Aline: E por fim, Daiane, tem algo que tu gostarias de acrescentar e que não foi dito aqui na nossa conversa talvez? Acho que a gente conversou bastante já, mas não sei, [risos] sempre tem alguma coisa, algum ponto... Acho que foi, né?

Daiane: Acho que foi, se faltar alguma coisa depois eu te digo assim, se eu esqueci de alguma coisa, mas a priori... Era isso.

Aline: Então eu queria te agradecer, Daiane, tua participação, de dedicar um pouquinho da tua tarde conversando comigo, acho que foi ótima a nossa conversa e depois, se tu puderes, eu queria te pedir indicações de mulheres *arpilleristas*, não necessariamente da coordenação do MAB, mas mulheres que participaram dessas oficinas, dessas exposições, para ouvir delas também, conhecer as histórias delas e conhecer como elas compreendem essa prática da *arpillera*. Então, tomara que tu possas ser uma ponte para essa pesquisa. Porque a ideia da minha dissertação também é trabalhar com História Oral, também é trabalhar ouvindo, conhecendo e publicizando a história dessas mulheres, então se tiver indicações, aceito, são bem-vindas.

Daiane: Muitas! De Sul a Norte, de onde tu precisar, se tu preferes mais relacionadas à região sul, posso te passar alguns nomes...

Aline: Pode ser uma de cada, uma de cada região [risos] seria ótimo!

Daiane: Então pronto, pronto, é muito possível, a gente te passa, acho que é até interessante para a gente ter esse retorno assim de como é que a mulherada está vendo e como é que está fazendo.

ENTREVISTA COM TATIANE PAULINO, 36 ANOS, COORDENADORA NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)

18 de novembro de 2021 | Plataforma Jitsi

Aline: Então, Tati, me conta um pouco de ti e da tua relação com o MAB.

Tatiane: Talvez vá trazer elementos bem gerais, até porque nessa perspectiva, nós do MAB temos um princípio em relação a essa produção e construção do conhecimento, e a gente no MAB, até quero explicitar isso, não sei se a Dani⁵ comentou contigo, mas nós temos muito cuidado com esses temas nossos, de falar e de publicizar muitas coisas, em relação aos próprios ataques que a gente tem sofrido enquanto movimentos que fazem uma contraproposta na construção do conhecimento e estamos sendo duramente atacados, né? Então, quem eu sou e muitas das coisas, não que a gente esconda nada, mas que a gente entende que nós precisamos conhecer o outro lado, até para a gente também ter mais ciência de fazer a denúncia de muitos daqueles que nos atacam, porque às vezes eles pegam nossos dados e nossas coisas para também nos atacar e essa é uma forma. Mas de maneira bem geral, eu quero falar disso, porque é um cuidado que a gente tem tido, até pela nossa integridade física mesmo, pelo que vem ocorrendo aí, os massacres às pessoas, às famílias, aos movimentos. Então sou Tatiane e eu venho de uma construção longa assim do MAB nesse tema de construir o movimento. Eu não sou natural aqui do Rio Grande do Sul, eu venho do nordeste, sou do Ceará e sou atingida pela Barragem do Castanhão no Vale do Jaguarari do Ceará, então, essa barragem é uma barragem que foi construída ali em 2000, mas é um projeto dos anos 1980, então foi um processo muito doloroso, de muita luta, de muita resistência, mas acabou que ele saiu, ele foi construído, bem a música do Luiz Gonzaga, que o sertão vira mar e o mar vira sertão, então é um dos maiores lagos que foi construído no sertão para atender o agronegócio, o agro e o hidronegócio. Essa barragem do Castanhão tem todo um canal que leva água, por exemplo, para a siderurgia, então esse canal passa pelas terras e pelos povos que não têm água e que as pessoas não podem acessar. Então eu venho dessa trajetória, dessa luta e resistência ainda muito jovem, ainda aos 15, 16 anos, aos 14, 13, 12 anos, mas eu ingresso no MAB mesmo propriamente dito já muito a frente dessa luta a partir dos anos 2000, mas dedicada mesmo ao movimento ali por 2005, 2006, 2007. Então eu venho dessa trajetória dessa construção em que a gente vai construindo caminhos coletivos e esses

⁵ Apelido de Daiane.

caminhos me trouxeram ao Rio Grande do Sul e eu tenho 7 anos que moro aqui, construindo o movimento aqui no Estado, com diversas tarefas. A partir da trajetória a gente vai assumindo muitas coisas e nesses últimos anos eu tenho me dedicado no movimento a ajudar a fortalecer e construir o movimento no Rio Grande do Sul. Dentro disso, a gente assume uma tarefa nacional nessa coordenação e direção nacional do movimento e com isso também a gente assume, nos últimos 10 anos, eu tenho ajudado a construir o Movimento dos Atingidos por Barragens no continente. Era latino-americano, mas agora é no continental porque a gente organiza desde a região do Cone Sul, aos Estados Unidos e Canadá, todo o continente, então são 21 países⁶ em que a gente constrói essa luta, essa resistência no continente, que se chama Movimento dos Afetados por Represas [MAR]. Então é nesse espectro da luta, da resistência, da construção, enquanto sujeitos coletivos que permeio e construo caminhos, não sozinha, com todos, e com isso também a gente vai adentrando os espaços onde também se sente mais cômoda em construir e colocar mais energia, nesse caso específico falando, é o Coletivo de Mulheres também, a gente permeia por esse espaço que a gente ajuda a construir. Não é um movimento de mulheres do MAB, mas são as mulheres organizadas no MAB para fazer a resistência e as *arpilleras* entram nessa construção. Assim, de maneira bem rápida, se eu for falar da trajetória, essa trajetória se confunde com a academia, sou formada em Serviço Social, sou bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, a UECE, e há uns anos atrás comecei, tive um desafio de um pouco a estudar essas políticas latino-americanas, uma experiência de compreender esse processo, um curso mais de extensão nessa perspectiva de compreender as teorias que permeiam, que permearam nosso continente, que dão base à formação do conhecimento e incide diretamente nos nossos povos, na cultura, em todos os aspectos econômicos, políticos e sociais. Isso é um pouco de mim e da trajetória dentro do movimento.

Aline: Eu tenho pesquisado sobre o MAB e eu entendi que, no caminhar na luta e nos estudos sobre os impactos das barragens nas comunidades, se chegou à conclusão de que elas afetam, sobretudo, as mulheres. Então me conta como que isso é discutido entre as mulheres do MAB. A Daiane comentou que ali por 2006, 2007 vocês passaram a aprofundar mais essas discussões, então me conta como é esse processo de entendimento de que as barragens afetam, sobretudo, as mulheres.

⁶ Segundo o site do MAB, na América Latina, há a atuação desde 2016 como Movimiento Afectados por Represas (MAR), reunindo 12 países (México, Colômbia, Brasil, Chile, Honduras, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Argentina, Peru, Brasil e Cuba), em prol das populações afetadas pelo mesmo problema. Possivelmente, o número de 21 refere-se à articulação com outros países aliados.

Tatiane: Sim, são dois fatores que eu acho que são bem importantes da gente compreender, que a gente vive numa sociedade capitalista e patriarcal, então, os rebatimentos disso automaticamente recaem sobre as mulheres quando o trabalho doméstico é um trabalho invisibilizado, em que as mulheres não são vistas enquanto sujeitas construtoras de processos, e que é como se fosse nato, então você nasceu para servir, né? Olhando para essa sociedade machista, patriarcal e capitalista. E nisso, nós não estamos em uma ilha, e nesse contexto das barragens, isso se reproduz numa velocidade ainda maior e por que se reproduz? Se reproduz porque, dentro do conceito patrimonialista da construção das barragens, primeiro só tem direito à indenização, a discutir qualquer coisa quem é proprietário, quem tem a posse da terra e quem tem a posse da terra são os homens, não são as mulheres quem tem a posse da terra, então automaticamente elas são excluídas de qualquer espaço de decisão, qualquer espaço de discussão, qualquer espaço de consulta porque formalmente não são elas, as mulheres, as proprietárias. Então quando se discute, quando se fala desse conceito patrimonialista, é indenizado, quem tem direito à indenização é o homem porque ele é o proprietário, as mulheres automaticamente são excluídas de fazer qualquer aporte nesse sentido de propriedade de posse porque elas não têm, né? As empresas não reconhecem as mulheres como sujeitas desse processo e por isso elas não são convidadas para as audiências públicas, esses espaços legais são espaços meramente formais para dar uma formalidade e dizer que “ah, o povo foi consultado”, né? Os sujeitos que habitam nesse território foram consultados no empreendimento, eles tiveram direito de opinar, o que é uma balela isso, mas eles oficialmente justificam, porque houve as consultas, houve os convidados, mas quem foram os convidados? São os homens, que vão lá para ouvir, não para falar. Além disso, desse conceito patrimonialista, em que as mulheres não são consideradas, vem toda a carga de violações de direitos que essas sujeitas sofrem com esses empreendimentos. Aí eu falo da questão da cultura: quem é na comunidade que participa de clubes de mães, quem ajuda a organizar a comunidade, quem é a pessoa que cuida dos idosos, quem é que cuida das crianças, quem? Que falam miudeza, mas pra nós é a grandeza, quem produz a grandeza da base da soberania alimentar nessas comunidades? São as mulheres, elas que plantam as batatas, as mandiocas, as saladas, elas que cuidam do pomar, elas que cuidam dessa grande produção que é a base da alimentação e que não é contabilizado quando se fala em perdas, que são as terras mais dobradas, as terras menos agricultáveis, e elas se desdobram para que isso gere produção de alimento para colocar na mesa, então essas mulheres, isso não é contabilizado como perda em território na construção das barragens, essas mulheres não são vistas como um ser social que

contribuem nesse desenvolvimento do todo da comunidade. Um outro aspecto é a enxurrada de gente que chega nessas comunidades e cometem um monte de violações, inclusive, doméstica, inclusive exploração sexual, quem tá ali? Quem são as jovens, por exemplo, que estão nas comunidades e que há muitos exemplos. Aqui no Rio Grande do Sul, tem muito o exemplo de Barra Grande, dos prostíbulos que foram construídos ao redor dos canteiros de obras e que vêm mulheres do Brasil todo se prostituírem e até jovens sendo acoçadas a ir, as filhas dessas mulheres e os filhos também, desse povo que está ao redor, esse povo também sofre essas violações. E, ainda mais do que isso, é que com esse desmonte, só com a informação da chegada desses empreendimentos já há também uma desestruturação dessas comunidades, dessas famílias, já há um rompimento de laços comunitários e familiares que acaba que a mulher tem que ser a responsável de ajudar a resolver, do idoso que começa a ter problemas de Alzheimer, da jovem que começa a se envolver com esses que chegam de fora, com as ISTs [Infecções Sexualmente Transmissíveis] que chegam, com o enchimento, com o grande nível de número de populações que chegam, que isso tem rebatimentos na questão das políticas públicas de saúde do SUS, que os municípios não estão preparados para receber uma grande massa de população que começa também a acessar essa política pública que é o SUS e que isso já traz um rebatimento imenso nisso que se fala desse tema da saúde; com essa questão do alcoolismo, com esse tema das drogas que chega, não é que não exista, mas aumenta o consumo, então, nossos territórios não estão sanos disso, não estão fora desse contexto, mas isso aumenta 100% com esse aumento e com esse povo que chega e que traz novas culturas, traz novos jeitos de viver e de se relacionar. Então as mulheres, nós no MAB a gente comenta que somos duplamente violadas, em relação a todo esse – vou usar até uma palavra em espanhol – *despojo* que há sobre nossas vidas, sobre nosso território, sobre o nosso corpo, sobre a nossa produção de alimento, porque com a incerteza vai se perdendo também o gosto, tipo assim, vou trazer um exemplo bem claro que nós estamos vivendo hoje que é as incertezas do projeto binacional Garabi-Panambi. Quem está ali olha para os pomares e fala: “não vou mais plantar nada, porque não sei se vou colher, eu não vou cuidar do meu jardim com o cuidado que eu tinha porque eu não sei até quando vou ter esse jardim, eu não vou mais embelezar minha casa, eu não vou mais fazer uma reforma”, porque vive uma incerteza. Essas incertezas têm gerado doenças psicológicas e muita depressão, em especial, nas mulheres. Isso não tem dado científico, porque assim, porque nós no MAB ainda não aprofundamos, mas é nítido quando a gente vai conversando com as mulheres de dizer: “eu já tomo antidepressivo, porque sou eu que vou fazer a consulta, mas meu marido toma e não vai consultar, ele toma os meus”, porque, imagine, é uma carga, eu que tenho que me consultar

para pegar os remédios para partilhar com ele, entende? Então veja o quanto isso é opressor, o quanto isso é deprimente, o quanto isso viola nossos direitos, viola nossos princípios. Quando se fala em violação de direitos, quando se fala na mulher, mas também fala dessa mulher que luta, que resiste, que ela não tá fazendo “mimimi” e que não tá parada no tempo, ela está a todo tempo se mobilizando, ela está a todo tempo fazendo enfrentamento, ela vai no clube de mães, ela vai também discutir isso, ela vai também trazer essas pautas, então não é um tema somente de que estão paradas no tempo dizendo: “ah, nós temos nossos direitos violados”, mas também nós estamos buscando alternativa, nós estamos estudando e inclusive compreendendo conceitos para a gente trazer elementos teóricos para debater com estes e nós não estamos somente discutindo gêneros, porque gênero se tornou uma categoria tão ampla que cabe tudo dentro do gênero, nós estamos discutindo patriarcado, estamos discutindo classe, estamos discutindo raça, estamos discutindo sujeitos que são LGBTQIA+, que entram nessa perspectiva. A gente está discutindo direitos da criança, por isso no MAB a gente constrói a ciranda, a gente constrói a ciranda não como um espaço de guardar as crianças, mas como um espaço em que as mulheres precisam estar organizadas e para organizar as crianças precisa ter um espaço em que as crianças possam estar e que não seja somente um espaço do cuidado, mas um espaço em que as crianças comecem desde pequenas a compreender esse ambiente no qual elas estão inseridas. E é uma luta bem bonita, é uma luta de resistência, mas uma luta de construção coletiva, é uma luta de apropriação de conteúdos e de conceitos, é uma luta de construir pautas, é uma luta de avançarmos e, para isso, as *arpilleras* vêm como uma mão na luva, porque é uma coisa que as mulheres já um pouco... E não estamos dizendo que as mulheres são delicadas que gostam de bordados, mas as mulheres um pouco já veem, chamamos de pedagogia, né? É uma ferramenta pedagógica de que elas podem colocar seus anseios, suas lutas, seus desejos, suas denúncias ali, em uma peça, que para nós não é um artesanato, é uma peça de denúncia, é um bordado pedagógico. Então as *arpilleras* para nós é isso, a nossa luta permeia toda essa dimensão imensa, mas que a gente entende que ela precisa ser fortalecida, não estar somente num espaço só de homens ou só de mulheres, tem que estar num espaço misto e que não se encerra em si, na denúncia, a gente precisa construir alternativas a esse modelo.

Aline: Tu me falaste agora dessa apropriação de conceitos e da parte da teoria, e eu li que o MAB define as *arpilleras* como um projeto popular, de educação popular, então me fala mais sobre isso, como é que é o entendimento do MAB sobre a relação entre as *arpilleras* e a educação popular.

Tatiane: Quando você está pensando a educação popular, é que muitos saiam e compreendam e possam fazer, muitos fazer, né? O que é isso na prática? Não há os que sabem e uns que têm conhecimento e outros que não têm e que vão em busca desse conhecimento, mas como é que a gente constrói esse conhecimento juntos. Nós não somos muitos adeptos disso de “ah, assessor X para tal coisa, assessor Y para isso”. A gente entende que tem um vasto conhecimento construído coletivamente e que tem muitos companheiros pesquisadores e teóricos valorosos que contribuem num aspecto e no outro, isso que nem todo mundo sabe tudo, a gente partilha e constrói o conhecimento coletivo, mas a gente não pode também só depender dos que vêm de fora dizer para nós as coisas, mas como é que a gente constrói esse conhecimento coletivo, com essa ferramenta, essa ferramenta pedagógica. Então a gente vai construindo esse conhecimento coletivo. Um exemplo, para discutir o patriarcado. Então têm as teóricas feministas exemplares que ao longo de suas caminhadas foram construindo conhecimento nesse tema do patriarcado, mas que as nossas mulheres, nós precisamos compreender o que é esse patriarcado e como é que a gente vai traduzindo isso em ferramenta popular e que nós possamos compreender desde a pescadora que está lá na barranca do rio possa compreender o que a gente está falando quando fala o que é o patriarcado em miúdos, quando a gente está falando de apropriação, quando a gente está falando de violação, quando a gente está falando de um sistema que oprime, quando a gente está falando de um modo de produção capitalista, o que é esse modo de produção? Quando a gente está falando nas *commodities*, o que é isso? Quando a gente está falando dessas multinacionais que se apropriam da energia, que se apropriam dos territórios, o que é isso assim? O que é isso em miúdos? As *arpilleras* então são uma ferramenta popular que a gente consegue traduzir isso de uma forma sem perder a dimensão do que são esses conceitos, mas de uma forma de que essas que estão desde a base possam compreender e possam traduzir no bordado. Então que a gente possa discutir esses temas que são tão caros a nós e que, por vezes, são tão teóricos, são tão acadêmicos, mas sem perder o rigor teórico, sem perder de vista o que esses conteúdos querem dizer e nos encaminham para construir de forma mais simples, de forma mais popular mesmo, de forma mais didática. Porque às vezes uma palestra de uma hora com uma teórica falando sobre o patriarcado, que vai dialogando com outras teóricas, que vai trazendo outras teorias, vai debatendo outras teorias, às vezes é difícil de compreender para uma pessoa que muitas vezes não tem nem o ensino médio, mas que tem uma caminhada histórica imensa, que pensa a partir do chão que pisa e que seus exemplos concretos é isso, é pensar que a teoria tem base material, então foi a partir da luz de um conhecimento que se elaborou uma teoria,

então como que faz esse movimento que a gente chama de via de mão dupla, né? Então essa ferramenta popular nos possibilita isso, nos possibilita discutir patriarcado, nos possibilita discutir violações de direitos humanos, discutir alternativas de uma forma simples, de uma forma em que não é simplista, simples, de uma forma em que possa ser melhor compreendido, em que eu possa dizer em uma *arpillera*: “aqui está a hidrelétrica de Itá, que ela é de uma empresa, da ENGIE, uma empresa que rapina todo o nosso território, eu vivo ao lado dela e eu passo uma semana sem ter energia elétrica de qualidade, que eu sou uma mulher que tenho vacas de leite, que eu tiro leite e que eu não posso usar minhas ordenhas, porque se eu usar minhas ordenhas a chave cai e meu tanque de resfrição de leite desliga e eu posso perder todo o leite da produção de dois, três dias”. Como é que eu explicito isso? Eu explicito nos leões da energia, eu explicito num imenso paredão do imenso lago, e eu explicito trazendo minha propriedade, trazendo minha comunidade que eu passo uma semana sem ter energia elétrica de qualidade. “Eu não tenho internet de qualidade, ela chega via rádio que, sei lá, tem um dia e dez não, quando começa um temporal já desligo todos os equipamentos que é para não perdê-los, porque, se queimar tudo, esqueça que vai ser indenizado, porque tem 50 protocolos para fazer e nunca se paga”. Então é trazer esses debates de uma forma que possam ser melhor compreendidos e que elas possam dizer: “ah, bom, eu dei lugar para essa grande empresa construir esse grande lago que produz não sei quantos megawatts por mês de energia, que tem X valor anualmente e que, para mim, não retorna nada, nem água e energia de qualidade”. Porque a tarifa cara pagamos, não deixamos de pagar uma tarifa cara porque nós produzimos uma quantidade imensa de energia. E é assim que a gente constrói essa ferramenta mais popular e fazendo esse enfrentamento, construindo com rigor teórico, mas também fazendo essa dinamização de compreender o teórico, de conhecer, nós não vamos deixar de discutir a [Heleieth] Saffioti, nós não vamos deixar de discutir a Angela Davis quando a gente discute feminismo e raça e classe, a [Beth] Lobo e tantas outras feministas que foram construindo ao longo de sua trajetória, a Sueli Carneiro, e tantas outras que a gente vai... A Cisne, do Serviço Social, eu gosto muito do debate da Mirla Cisne, tantas outras que têm vários aportes, né, por ser uma ferramenta popular. Mas a gente vai... Não é a palavra simplificando, mas é trazendo de uma forma que seja mais entendível, que o conceito seja melhor compreendido e assim a gente vai construindo. A gente trabalha no tripé formação, organização e luta, porque são essas três coisas que faz com que a gente enquanto movimento tenha... Aqui no Rio Grande do Sul a gente tem 40 anos de construção. A nível nacional esse ano a gente completou 30 anos e nós temos 10 anos que nós fincamos essa bandeira do feminismo popular, nos reivindicar enquanto mulheres atingidas por barragens que constroem

o feminismo popular. Porque também não é simples chegar dizendo nas comunidades e “ah, nós somos feministas”, aí quando as mulheres vão dizendo o que fazem, elas constroem o feminismo, mas muitas vezes a palavra assusta, né? Mas a gente vai construindo da forma e da maneira que cada uma pode, porque a gente diz assim, não se pode dar a uma mulher 40 kg se ela só pode carregar 20, mas quem pode carregar 40, vai carregar 40. Então, aos poucos, a gente vai se fortalecendo e vai construindo, porque essa é a dinâmica da construção coletiva dos movimentos.

Aline: Na *live* que vocês fizeram no dia 30 de outubro, a Esther Vital tinha contado que já tinha contato com as *arpilleras* e apresentou esse tipo de bordado para vocês, certo? Tu fizeste parte dessa movimentação desde o início, por exemplo, tu visitaste a exposição das *arpilleras* chilenas em São Paulo ou participou, por exemplo, da oficina que as mulheres do MAB fizeram na Argentina com a Roberta Bacic?

Tatiane: Da oficina na Argentina sim, mas presencialmente não, mas assim, houve toda uma construção anterior para chegar ali na Argentina, então esse processo da tomada de decisão da gente utilizar a ferramenta, a pedagogia das *arpilleras*, ele é tomado antes mesmo da gente ir para a oficina, a oficina já foi um resultado. Então dentro do coletivo a gente foi construindo esse caminho. Como eu havia falado para ti, a gente vem há 10 anos construindo, eu estou desde esse início construindo esse processo. Eu tive a oportunidade de conhecer um pouco dessa técnica dos bordados propriamente ditos no próprio Chile, porque acaba que nós no movimento a gente constrói a Via Campesina Internacional e nesse longo período de construção eu acabo também participando desses espaços místicos de mulheres da própria Via Campesina Internacional, no qual tem mulheres que são históricas nesse processo de luta e de resistência contra a ditadura chilena do Pinochet. Então elas têm muito presente na memória esse processo das *arpilleras* chilenas, esse processo que as mulheres fizeram no Chile como um todo. Então conheço esse processo também, além da Bacic, que vem trazendo toda essa experiência, a gente aprofundou, a gente vem aprofundando a partir da Bacic, mas a gente conhece esse processo também a partir do próprio processo chileno que vem desse processo de organização ali no Chile a partir da própria Via Campesina, que é um espaço que eu ajudo a construir, e que dentro do MAB a gente constrói, eu pessoalmente participo, sou desse grupo do coletivo de mulheres da própria Via Campesina Internacional e a gente acaba permeando esse espaço. E aí, dentro disso, a gente foi permeando, teve essa oficina, essa participação que as meninas foram ali na Argentina junto com a Esther, e a partir disso a

gente foi construindo esse processo a nível de Brasil. À época eu ainda morava no Ceará e eu ajudei a construir as primeiras oficinas de *arpilleras* ali no Ceará, o encontro das mulheres não era só... A construção das *arpilleras* em si é o resultado dos encontros de mulheres, do debate que depois se expressa no bordado. Então a gente participou, eu ajudei a construir os primeiros espaços das mulheres ali no Ceará, por volta de 2012, 2013, no Ceará, das primeiras construções ali no Ceará e, depois disso, a partir de 2015, eu venho morar aqui no Rio Grande do Sul e eu dou continuidade a esse processo a nível local aqui no Estado. Aqui no Estado a gente já fez diversos encontros de mulheres resultando em construção de *arpilleras*, porque a síntese, como eu havia falado para ti, são as *arpilleras*, então a gente tem um acervo tratando e aí a gente tratou muito a hidrelétrica de Itá, porque é um marco no Rio Grande do Sul de luta e de resistência e também de violação de direitos e, mais recentemente, a gente tem feito esse processo na fronteira noroeste com relação à Garabi e Panambi, então a gente tem um acervo de *arpilleras* construídas fazendo toda essa denúncia de Garabi e Panambi. A gente tem construído esse processo e mais do que esse processo aqui no Rio Grande do Sul, mais do que esse processo no Brasil, outros movimentos que constroem a resistência contra as barragens, construindo outras perspectivas a nível de continente têm produzido as *arpilleras*. Colômbia é um exemplo, movimento Rios Vivos, as mulheres do Rios Vivos têm produzido também *arpilleras* fazendo essa denúncia que acaba também permeando esse espaço e ajudando a construir esse debate. Inclusive quando a gente fez a exposição em São Paulo, no Memorial da América Latina essas mulheres latino-americanas também estavam construindo esse espaço, presencialmente participando dos seminários, participando dos debates, mas também elas voltaram para os seus territórios nos seus países, para construir essas *arpilleras*, esse debate também em seus países. E a Colômbia tem feito processos lindos organizativos de mulheres também construindo *arpilleras*. Tem sido um processo bem bonito.

Aline: E como é que funcionam as oficinas de *arpilleras* no MAB? Como vocês apresentam a proposta para as comunidades, como que essa proposta é recebida, como se escolhem os temas que vão trabalhar nos bordados? Como que é?

Tatiane: Olha, é como eu havia falado, a gente não reúne para bordar *arpillera*, a gente reúne para construir a organização do movimento e a organização das mulheres. E nisso, a discussão é da violação dos territórios, dos direitos, primeiro o debate teórico, a gente vai debater a questão do patriarcado. Então dentro do patriarcado que eixos a gente discute do processo organizativo? Como é que a gente está nesse território, como é que é esse processo das

mulheres, como é que está? Por exemplo, a gente vai falar de Itá, as mulheres de Itá vão remeter ao seu passado, né? Como foi todo o processo de construção da barragem, como elas eram vistas, o que ocorreu, como é que a gente acentua esse debate teórico e aí a gente chega no hoje, como é que estamos hoje? Traçado isso, os nossos encontros são encontros de dois, três dias e traçado isso a gente vai elaborar a peça, teoricamente falando, a gente elabora a peça. E a síntese desse debate o que deu? Se faz uma síntese disso e a partir da síntese é que faz a *arpillera*. E a partir disso a gente vai confeccionar a peça, então a peça é uma síntese do debate que é escrito, a gente vai falar da comunidade Poço Preto em Alecrim, são mulheres valorosas que são organizadas em clubes de mães e trabalham com agroecologia e produzem, têm seu pomar, que são pescadoras também e aí elas vão falar de tudo isso e a gente vai fazer um arcabouço, a gente traz um conteúdo da resistência, um processo organizativo, discutir patriarcado, né? E aí elas vão fazendo toda a denúncia da violação de direitos, das incertezas do momento em que elas vivem. Então qual é a síntese disso? Sistematiza isso, a partir da sistematização, depois de toda a síntese o que se pode explicitar na *arpillera*? Porque não dá para fazer tudo, né? Então vamos fazer por tema, por eixo, vamos fazer um eixo em que a gente possa discutir perda dos laços comunitários e familiares, por exemplo, então o que pode dizer, o que a gente está perdendo com isso, então assim, as mulheres que estão indo embora estão querendo vender suas terras com a incerteza de não saber o que vem pela frente e indo embora, então como é que a gente vai explicitar isso? Como é que a gente vai explicitar, por exemplo, que tem sete barragens, tem sete barramentos antes já, o rio Uruguai já tem sete barramentos que elas já sofrem o rebatimento com relação à pesca, os pescados que elas tinham anteriormente elas já não têm mais, perda dos peixes, por exemplo, é essa síntese que a gente chega na construção das *arpilleras*, então é um processo lento, é um processo de formação para posterior a gente fazer a peça propriamente dita, então são encontros que duram dois, três dias que a gente desdobra em oficinas posterior para a própria confecção da peça. E a partir da confecção da peça, quem confeccionou elabora-se uma carta, uma carta punho mesmo, à mão, “nesta *arpillera*, discutimos isso, isso, essa peça explicita esse, esse e esse debate”, então elas discorrem o que esse desenho representa pra elas, então é bem assim, bem à grosso modo que estou falando, porque o debate é bem longo.

Aline: E qual é a tua percepção sobre o impacto das *arpilleras*, dessa síntese desses debates nessas mulheres que participam das oficinas?

Tatiane: São várias coisas, eu até sou suspeita pra falar porque eu sou muito apaixonada pela proposta das *arpilleras*, eu sou muito apaixonada por esse debate do feminismo, eu gosto muito disso, mas o que a gente vê? A gente percebe, eu vou dizer para você assim, como é que a gente simplifica, como é que essas mulheres se percebem enquanto feministas sem dizer que são? Defensoras dos direitos humanos sem dizer que são defensoras dos direitos humanos, educadoras populares, como é que elas se sentem donas de si, donas de seu território a partir disso. Quando a gente finaliza uma peça das *arpilleras*, elas dizem: “mas fomos nós que fizemos isso?” Porque muitas vezes quando a gente pede pra falar, “não, mas eu não sei escrever a carta, escrever direito, escreva você”, “não, eu não sei escrever, eu também não sei”, então se nós não sabemos, então vamos fazer juntas. E esse processo é tão lindo que tem cartas que são escritas por quatro, cinco mãos. Ou seja, são quatro ou cinco mãos que vão escrevendo, “ai, mas eu não, não vamos escrever”, depois a gente organiza onde é que vai botar o ponto, organiza onde é que vai botar a vírgula, mas vamos fazer aqui e são cartas lindas, a síntese disso é o empoderamento, essa é a palavra que eu acho que a gente pode utilizar, o empoderamento, como é que elas se sentem empoderadas de uma coisa que para elas está tão distante. Nós temos uma formação nacional que a gente está discutindo as teóricas feministas, qual o nome do livro? A gente está discutindo *A Mulher na Sociedade de Classes*⁷. Como é um livro muito denso, a gente está discutindo por capítulos e aí elas dizem para nós, “mas é tão difícil entender, tenho que ler quatro ou cinco vezes para entender o que a Saffioti está falando” e aí quando a gente vai discutir numa peça “é isso aqui, ó!” Mas assim, ficam surpresas, né? Porque parece ser uma coisa tão difícil, mas quando a gente vai fazendo aos poucos, vai construindo o processo, se torna uma coisa leve, se torna uma coisa importante, se torna uma coisa, se empoderam. E aí vem outras consequências também, né? Quando as mulheres se empoderam, a gente sabe que vem outras consequências, mas que... Por isso a gente faz espaço também misto, porque o empoderamento das mulheres dá condição de elas fazerem o enfrentamento e dizerem: “não, eu não quero ser mais do que vocês homens, nós não queremos estar a frente, nós queremos estar junto”. E estar junto não é ir pra reunião para fazer a comida, para limpar o salão da comunidade, mas como é que é limpar o salão da comunidade, mas também como é que é discutir a pauta da reunião, como é que é coordenar a reunião, como é que é determinar os pontos que sejam prioritários para estar nessa reunião? É começar a decidir em casa se eu quero plantar soja transgênica ou se eu quero plantar milho crioulo, por exemplo. Se eu vou na comunidade, se eu quero continuar

⁷ Saffioti, Heleith. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976. A primeira edição é de 1969.

sendo da eucaristia da comunidade ou se que não quero, se eu quero cantar na missa ou se eu não quero cantar na missa, entende? São essas coisas que a gente vai colocando o dedo na ferida muitas vezes e que a gente vai se fortalecendo uma na outra. Muitas vezes uma vem na reunião e a outra já não vem, procurar saber por que não veio, né? E a gente vai construindo. Não é um processo linear que está tudo perfeito, que é tudo de acordo com o que se é planejado, não é. É um processo que a gente constrói dia a dia. Dentro do todo da organização, então as mulheres é uma parte e uma parte importante e determinante, porque no MAB nós fizemos, no último encontro nacional, que foi em 2017, a gente constatou que 70% de quem constrói o MAB são jovens e mulheres. Nós somos um movimento de juventude e de mulheres, assim, na sua grande maioria. Aqui no Rio Grande do Sul destoa um pouco disso em relação de onde nós estamos, em comunidades mais históricas, mais antigas, mas nós temos organizações na [região] metropolitana, em Porto Alegre e no bairro, no trabalho do bairro da Lomba do Pinheiro. Quem é que mais participa? Na sua grande maioria, as mulheres. Se a gente vai olhar aqui pra região do Alto Uruguai, nas comunidades atingidas ribeirinhas ainda são mais homens de idade. Mas se a gente for para as sedes, nas regiões polo daqui é Erechim, é o maior município, tem 105 mil habitantes, quem é que mais participa? As mulheres e os jovens. Então é um movimento jovem, é um movimento de mulheres, é um movimento em construção, que tem muitos limites, como qualquer outra organização, pela própria pauta que a gente debate de enfrentamento direto ao Capital, então o movimento que também sofre rebatimentos em relação a isso, mas estamos para construir, e temos a clareza e a certeza que outros não farão por nós se não for nós mesmos, então por isso que é o desafio grandioso.

ENTREVISTA FEITA COM LUCIELLE DE SOUSA VIANA, 29 ANOS, COORDENADORA NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)

06 de dezembro de 2021 | Plataforma Jitsi

Aline: Lucielle, me conta um pouco de ti e da tua relação com o MAB.

Lucielle: Meu nome é Lucielle, sou Lucielle de Sousa Viana, moro na região de Itaituba, no Estado do Pará, a gente chama de região Tapajós, por conta do rio e tudo mais. E eu faço parte do MAB há dez anos, minha a relação com o MAB veio a partir da Pastoral da Juventude, da PJ. Eu participava da Pastoral da Juventude e, basicamente, o MAB surgiu a partir dessa necessidade de construir o movimento contra as barragens. Nessa época que começou essa especulação de que se construiria uma barragem na região, foram deslocados militantes da região do Ceará para essa região do Estado do Pará, então assim, as pessoas que vieram do Ceará foram para construir o movimento na região. Tinham pessoas de fora, mas com articulação e aliança com outras pastorais e movimentos para formar o Movimento dos Atingidos por Barragens, criar, até então, alianças para a construção do movimento na região, que os meninos não conheciam nada na região. Então o meu primeiro contato foi esse e eu venho de uma linha da Pastoral da Juventude que é essa linha muito pé no chão, muito política, sempre muito enraizada na luta. Os meus pais são de comunidades da beira da estrada e essa relação com o político dentro da Igreja, dessa parte mais social, sempre existiu, porque sempre existiram essas Comunidades Eclesiais de Base, que são as CEBs, que ajudam a pensar e construir politicamente pautas para as regiões, então eu venho muito dessa linha, então quando eu conheci o Movimento dos Atingidos por Barragens, eu estava na Pastoral da Juventude como coordenadora e, a partir de então, tiveram vários processos de construção a partir e dentro da Pastoral da Juventude, e que eu já fui saltando essas barreiras, tipo assim, eu saí da coordenação e já comecei dentro do movimento, era uma linha que eu sempre gostei muito, essa parte mais social, e basicamente foi isso, assim que eu comecei a caminhar como movimento social mesmo na região.

Aline: Nas minhas pesquisas sempre aparece muito o nome da Esther Vital, como alguém que teria apresentado a técnica das *arpilleras* para o MAB e eu queria saber se tu participaste dessa movimentação desde o início, por exemplo, da oficina na Argentina com a Roberta Bacic, como que foi isso.

Lucielle: Não, não participei da oficina na Argentina, eu participei da primeira reunião, da primeira formação da construção das peças no Rio... Não foi no Rio de Janeiro, foi em São Paulo, que foi nossa primeira atividade, porque as meninas vieram da Argentina, e a partir daí começou a discussão de que precisaria construir oficinas, trabalhar com as mulheres, mas primeiro a gente tinha que formar o coletivo, né? Dentro do coletivo do Movimento dos Atingidos por Barragens, a gente começaria a trabalhar com essas mulheres, para também elas aprenderem a técnica, como que faz, toda a história e a gente voltar para as comunidades para trabalhar com as mulheres. Essa seria a ferramenta de trabalho. E aí eu conheci, eu não me lembro, mas acho que foi em 2014 ou 2015, que a gente começou, conheceu a técnica das *arpilleras*. No encontro de mulheres que era justamente para isso, né? Para a gente começar a trabalhar.

Aline: A Tatiane comentou comigo que ela já conhecia as *arpilleras*. Essa é uma movimentação antiga, que as mulheres do MAB vêm fazendo reuniões, encontros, percebendo que as mulheres são as mais atingidas pelas barragens e vêm criando estratégias para fortalecer o movimento. As *arpilleras* entram nisso, e a Tatiane comentou comigo que já conhecia as *arpilleras* também da construção da Via Campesina. Eu queria que tu comentasses um pouco comigo sobre isso, se essa técnica é feita também por outros movimentos sociais, de algo mais amplo, sei que tem a ver com o histórico no Chile, mas se em outros movimentos contemporâneos essa técnica aparece... Como é?

Lucielle: Para te falar a verdade, eu conheço a partir do MAB mesmo, porque quando eu fui para a oficina, eu era muito jovem ainda, muito nova na organização, então eu conheci a partir do MAB, mas tinha muito isso da história das mulheres chilenas de que elas que começaram a técnica e a partir do resgate da história, e as meninas sempre contavam que, em outras regiões, as mulheres já trabalhavam assim com a técnica da *arpillera* e depois da exposição mesmo, em 2015, que a gente trouxe outras mulheres para também conhecer, outras companheiras inclusive dos Afetados por Represas, que fazem parte do MAB, elas começaram a trabalhar com isso, inclusive, elas fazem, constroem *arpilleras*, colocam em bolsas, fazem a arte em bolsas, elas começaram a trabalhar diretamente com isso. No caso das *arpilleras* nossas, do movimento, era mais essa questão da denúncia, denunciar o modelo energético, denunciar os eixos que a gente trabalhava. Eu não tenho muito conhecimento a partir da prática de outras organizações, mas eu sei que existem, existem outros coletivos que também trabalham a

técnica das *arpilleras*, mas mais pensando para outra linha, né? Não nessa que a gente também trabalha, que é mais essa questão da denúncia mesmo.

Aline: É, eu vi que o MAB também define as *arpilleras* como uma pedagogia popular. Podes comentar um pouco mais sobre isso?

Lucielle: Sim, é porque nós discutimos dentro do movimento que essa não é uma formação individual, ela é coletiva, e ajuda muito a nós, enquanto mulheres que estamos na organização, vamos para as comunidades e lá a gente aprende com as mulheres, né? Então assim, essa pedagogia popular é muito importante. Eu acho muito importante, porque você vai com aquilo que você aprendeu. “Ah, eu sei a técnica, vou lá, vou ensinar”, beleza. E eu chego lá e encontro as mulheres que elas sabem outros pontos, elas sabem outra costura, de outro modelo, de outra forma, e assim a partir da costura e do debate, a gente vai começar a entender a história das mulheres, a gente vai começar a perceber que a partir da costura ali no grupo, as mulheres vão fazer... A gente vai conhecendo melhor elas. Costurando, comentando, falando sobre a vida, falando sobre os direitos que são negados, sabe? Elas são um aprendizado muito importante que a gente tem dentro da organização é esse, que o que eu levo, essa troca de saberes, de compartilhar os conhecimentos, a troca de experiência é muito importante, né? Essa parte assim eu basicamente gosto muito de trabalhar com as mulheres, ir lá e conversar com elas, ensinar o pouco que eu sei e aprender com um pouco do que elas sabem também.

Aline: Tu comentaste no início da nossa conversa que entrou jovem no MAB e que conheceu as *arpilleras* através do movimento e qual é que é teu papel hoje em relação a esse trabalho com as *arpilleras*? Como é que funciona?

Lucielle: Então, hoje eu faço basicamente as mesmas coisas que eu fazia, só que hoje a gente está mais a frente de coordenar os grupos, coordenar as reuniões para quando a gente vai fazer as oficinas, por exemplo, a gente vai lá mediar as reuniões, os encontros, as rodas de conversa, eu estou mais nessa linha de também ensinar as meninas que também já entram pra gente começar a trabalhar com as mulheres. Outro dia teve um encontro, que as meninas do Espírito Santo estavam começando a fazer as oficinas lá, elas iam começar a fazer as oficinas com as mulheres, mas que elas não tinham a técnica ainda, não dominavam muito a técnica, aí como é que a gente ajuda as companheiras do Espírito Santo para também elas conhecerem e

começar a fazer esse trabalho? E no nosso íntimo o que a gente faz ainda é muito pouco, é como se a gente não soubesse mesmo, eu considero que eu não sei a técnica totalmente, mas eu estou ali para ajudar e também compartilhar o que eu sei, né? Então acho que é isso, é dessa parte de coordenar mesmo os espaços, ajudar essa parte de curadoria também que a gente faz, uma hora ou outra quando precisa, quando tem as exposições a gente precisa retocar uma peça, eu já ajudei também a construir, a fazer uma réplica de uma *arpillera*, então a gente faz de um tudo, né? A partir das necessidades que vão surgindo dentro da organização, a partir da técnica da *arpillera* do trabalho com as mulheres.

Aline: Legal. E sobre as exposições, eu ia justamente te perguntar, fala mais sobre elas, fala se outras mulheres de outros países latino-americanos também participaram da exposição de vocês em 2015, como que é esse trânsito entre países, entre companheiras de várias nações.

Lucielle: Tiveram participações de mulheres, eu não me lembro, acho que da Bolívia, teve do Chile também, algumas companheiras que participaram, eu não me lembro muito, porque assim, quando eu fui, a gente já estava quase no final da exposição, porque foi dividido os grupos das meninas que também iam ajudar lá, a guiar as peças para as pessoas que chegavam e nesse primeiro processo eu fui mais para também entender melhor como é que funcionava, como é que estava acontecendo na exposição. Então foram outras meninas de outras regiões. Das exposições que a gente já fez, eu fiquei mais um pouco a frente, ajudando as meninas também nas regiões daqui do Estado do Pará e as exposições na cidade. Então assim, essa relação do MAB com as companheiras internacionais, ele vem um pouco dessa parceria que tem o MAR, que é o Movimento dos Afetados por Represas, então essa relação internacional existe a partir daí, porque é o MAB, né [risos], mas também não é... Não existe barragens, a palavra barragens, então assim, a gente chama o nome é MAR, então é diferente, é essa relação que a gente tem mesmo entre companheiras. E tiveram peças internacionais também na exposição.

Aline: Quer comentar um pouco sobre isso? Dessas peças internacionais da exposição?

Lucielle: Sim, aí a gente começa a ver que as nossas peças tinham essa característica de usar dos retalhos, né? Só que como a gente estava no início, a gente ainda estava aprendendo a técnica, porque antes a gente falava assim: “ah, mas não precisa saber costurar, não precisa saber exatamente costurar”, e aí a gente percebia de como os pontos das mulheres chilenas,

das *arpilleras* que chegaram e que também estavam na exposição, elas eram um pouco mais detalhadas, né? A costura bem mais detalhada, e que elas usavam muito a linha para detalhar os desenhos, as histórias ali contadas. Tinham algumas peças que contavam, tinha uma que eu achava muito bonita na exposição, que falava sobre uma mãe e um filho, a mãe cuidando ali, acho que lavando roupa, estendendo alguma coisa assim, e a criança brincando⁸. E perto de onde a criança brincava tinha uma bomba e eles, a família morava num campo que era minado, então, eu sempre recordo muito essa *arpillera*, e os detalhes eram tão... Muito bem feitos, assim, não que as nossas também não sejam, não tenham os detalhes feitos, mas como elas queriam retratar aquele momento, as peças para se tornarem bem realistas, para contar a história que elas queriam contar ali, primeiro na peça, para depois na carta. Eu me lembro muito dessa, ela me chamava muito atenção pela riqueza dos detalhes que tinha na peça. Eu lembro muito bem dessa.

Aline: E tem alguma *arpillera* brasileira que te marcou?

Lucielle: Muitas! Das *arpilleras* nacionais que a gente escolheu para a exposição, tem a da Boate Xingu, que ela é muito forte, que ela conta essa relação, essa história, de quando se construiu a barragem de Belo Monte, e que tinham as boates, que as mulheres eram levadas para trabalhar na Boate Xingu, eram garotas muito jovens, e elas eram mantidas em cárcere privado para trabalhar ali, ali forçadas, né? E tinham os trabalhadores que ganhavam um vale, que era um vale-boate que eles tinham para... Como eles ficavam longe da família, então assim, o “atrativo” que eles tinham, a empresa dava, era esse tíquete, que dava direito para eles o direito de ir e ter uma noite de prazer numa dessas casas de boate. Então assim, essa é uma peça muito forte, porque tem lá o desenho do retrato dos homens todos de farda, uniformizados, indo em fileira para a boate, e tem lá a mulher deitada numa cama, com o corpo violado e mantida em cárcere privado, então assim, o que a peça retrata a partir do nosso olhar é isso, e são peças muito fortes. Tem também a última exposição que a gente fez, que falava muito sobre violência, que foi um trabalho que a gente fez aqui na região de Itaituba, que ela falava muito sobre o tema da violência que a gente falava com as mulheres, e a partir daí a gente fez também uma exposição com esse tema, o eixo da violência. E tinham relatos muito fortes, que eram peças que às vezes as mulheres costuravam a partir de uma história que elas ouviam ou também de coisas que foram, que aconteceram realmente. Tem a

⁸ Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/conflictextiles/search-quilts2/fulltextiles1/?id=332> Acesso em: 20 jul. 2023.

peça dos meninos emasculados⁹, tem também uma peça que fala das mães que choram, que eram as mães que perderam seus filhos a partir do tráfico, a partir da chegada da barragem de Belo Monte, que elas também perderam de certa forma seus filhos, seja por violência, seja pelo tráfico, seja também por outro motivo, filhos que desapareceram e que elas nunca mais encontraram, então tem peças muito fortes. Das que a gente produziu em Itaituba, que foram muitas [risos], bastantes, acho que a região que mais produziu peças, do Pará, foi a de Itaituba, tem algumas que marcam muito a nossa vida, tem as Mulheres em Luta¹⁰, que a peça original a gente doou para a Dona Marisa, que estava ainda hospitalizada...

Aline: Dona Marisa Letícia?

Lucielle: Sim, foi, e aí a gente fez uma réplica, que tem as mulheres em volta, em uma ciranda e no meio tem “mulheres em luta”. Eu acho ela muito marcante. Tem uma que a gente fez da Vale também, que é quando aconteceu o crime em Mariana, o crime em Brumadinho, aí a gente fez uma, teve que fazer uma de última hora, assim, pra compor a exposição, e as que a gente fez aqui no último período, que eu acho que ela não está ainda na... Ela apareceu no lançamento do site das *arpilleras*, mas ela não está no acervo ainda, não deve estar, que fala sobre a Amazônia¹¹, que a gente fez, que é um pulmão que a gente fez, em que um lado que é verde e o outro lado que está queimado, e aí tem um moço de terno, bem vestido, que é os olhos que os grandes capitalistas têm sobre a Amazônia, que é considerada também... Ela foi feita durante a pandemia, em que a gente estava vivendo um período muito difícil, e aí a gente construiu ela, com o pulmão, para representar também o principal órgão que é afetado com a Covid, então tem uma representatividade muito forte, e fala um pouco das nossas campanhas, campanha Plantando Vida, e Defender a Amazônia, Defender a Vida.

Aline: Tu comentaste sobre o acervo, sobre o site, fala mais sobre esse projeto do MAB, o que vocês esperam dele, se já está todo pronto, se vão desenvolver ainda mais, se vão colocar novas peças ali...

Lucielle: Ele está muito bonito [risos]. E, assim, foi um resgate mesmo, há muito tempo a gente pensava, já estava dentro do nosso horizonte pensar de que forma a gente ia fazer esse

⁹ Disponível em: <https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/travessa-niteroi/> Acesso em: 20 jul. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/mulheres-em-luta-2/> Acesso em: 20 jul. 2023.

¹¹ Disponível em: <https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/defender-a-amazonia-e-defender-a-vida/> Acesso em: 20 jul. 2023.

acervo digital e aí surgiu agora, a gente ficou três meses praticamente, dois meses a gente teve que correr contra o tempo para fazer o resgate de todas as peças, ver quais eram as peças que estavam documentadas, se tinha cartinha, se não tinha... Então ele ainda está em construção, ainda tem muita coisa para acrescentar ali no acervo digital, mas tá ganhando muita coisa, está do jeito que a gente pensou, está se construindo da maneira como a gente estava pensando, valeu muito a pena a gente fazer essa força tarefa para o resgate de todas as peças, saber onde estavam, as historinhas e tudo. Porque eu acredito que as histórias que as mulheres contaram nessas peças têm que ser mostradas para o mundo mesmo, as pessoas precisam conhecer, porque tem muita história, não é só a história que está ali na peça. Porque quando a gente vê uma peça num site, no site do movimento, por exemplo, a gente está reconhecendo que o trabalho foi feito com sucesso, porque para além de organizar as mulheres e ser uma ferramenta de luta que o MAB usa para também fazer com que as mulheres se posicionem mais, para fazer com que elas contem a história, é também bonito saber que as mulheres fazem a sua história a partir dos relatos que saem.

Aline: Eu tinha perguntando antes sobre as *arpilleras* que te marcaram e eu queria saber sobre as oficinas de *arpilleras*, se teve algum momento entre as mulheres, algo que te marcou, alguma história contada por elas, ou se quiser me contar também como que funcionam as oficinas.

Lucielle: As oficinas geralmente a gente faz com grupos, por exemplo, vamos eu, Joelma e Rejane, que são as meninas da coordenação do MAB aqui na região do Tapajós, então assim, vamos nós três, aí, se vamos nós três, então ficam cinco, três grupos de cinco mulheres cada uma acompanha um grupo, numa oficina com quinze mulheres. Geralmente é formado por cinco mulheres os grupos, que é mais fácil de trabalhar na peça e, a partir daí elas vão começar a fazer o desenho, o rabisco do que elas querem colocar na peça e aí elas vão desenhar, elas vão dizer a história que elas querem contar. E a partir do desenho elas vão começar a se dividir em quem corta, quem faz os bonequinhos, quem costura, quem faz as bordinhas, qual é o fundo que vai colocar e aí vai construindo, vai se construindo a peça e vai se transformando nessa obra de arte. E uma das histórias que mais me marcam nesse período todo de trabalho com as mulheres é o trabalho que a gente fez nas aldeias, que Itaituba tem as aldeias urbanas, tem duas aldeias dentro da cidade, e tem numa delas, que se chama Praia do Mangue, não, Praia do Índio, a gente foi fazer o trabalho, assim, nossa primeira vez fazendo o trabalho com as mulheres e a gente falar sobre os grandes empreendimentos na região, os

projetos que vem na região e que destroem e que acabam com o meio-ambiente e como é que a gente vai começar a falar com as mulheres sobre violações, né? E a gente sabe que historicamente a realidade das mulheres indígenas é muito diferente da nossa, até por conta dessa submissão que elas são sujeitas a viver, né? Porque o trabalho, os homens sempre acompanhando elas, elas não tinham voz, elas não tinham... Elas só falavam se fossem autorizadas pelos maridos e tudo mais, e mesmo assim a gente não conseguia de primeira fazer um debate para que elas entendessem a ideia que a gente queria fazer. Então assim, como que a gente vai fazer? Vamos mudar a metodologia, vamos trabalhar direto para as peças, vamos direto para a peça, invés de começar pelo debate. E aí no momento em que a gente começou pelas peças, aí a gente foi colocando a conversa, fomos falando sobre os empreendimentos, como é que elas sentiam isso enquanto mães, mulheres, como é que elas estavam sentindo a chegada desses grandes projetos para a região, projetos de portos, de construção de barragens, como é que elas estavam sentindo. Então a partir daí o debate foi fluindo, fomos conversando, e aí no final, que a gente passa o dia lá com elas, que elas precisam apresentar a peça pra nós, elas foram contando a história, e aí começou a sair as preocupações, o que elas veem, como elas sentem a vida delas a partir do anúncio dos projetos de hidrelétricas e de portos, saíram muitos relatos, então assim, a metodologia foi mudada, mas no final deu tudo certo, foi uma experiência muito boa pra gente.

Aline: Teve algum relato nessa ocasião que te marcou mais entre as peças que foram produzidas?

Lucielle: Relatos de forma geral?

Aline: É, das mulheres dessas aldeias urbanas. Teve algum nessa ocasião que te marcou mais?

Lucielle: Na verdade, a gente fez três oficinas, né? Uma em uma aldeia, e duas oficinas na mesma aldeia, então os relatos eram parecidos, inclusive, as peças eram muito parecidas, que era a mesma preocupação que elas tinha, como a vida delas era antes de anunciar que existiria uma barragem, que ia barrar o rio e elas contam o depois, o que elas imaginam que podem acontecer, elas perderem os laços familiares e comunitários, o povo ficar dividido, então saiu muito isso, esses relatos saíram bastante. E a preocupação com os filhos, porque apesar de elas não terem feito uma peça específica, por exemplo, a gente mora na aldeia urbana, mas a

nossa vida mudou a partir de quando chegou a especulação imobiliária para cá; elas não contaram isso na peça, mas elas contavam nos relatos, “porque eu tenho preocupação com meu filho que atravessa a rua, porque a aldeia é tanto de um lado como do outro, a preocupação com os filhos em atravessar a rua e sofrer um acidente”, sempre reforçavam muito isso, o perigo com as drogas também, porque a aldeia fica muito exposta dentro da cidade, então os filhos correm o mesmo risco que o morador de uma periferia, que é ir para o tráfico e viver essa realidade que é muito constante na nossa vida.

Aline: E qual é a tua percepção do impacto nessas mulheres que participam das oficinas? As outras militantes do MAB com quem eu conversei falaram muito sobre o empoderamento, como tu vê isso.

Lucielle: A gente avalia muito isso, de o que falta para as mulheres é a escuta, as mulheres têm muita coisa pra falar, mas elas não são ouvidas, e essas oficinas ajudam muito, principalmente nessa parte da oficina que você vai debater como é que você vai fazer a peça e a partir da costura, como é que você... A partir da costura quais os relatos que saem. E o importante de tudo isso, quando elas estão numa exposição e a gente diz, não, vamos lá, vamos mostrar que vocês fizeram, então assim, elas ganham, elas ganham não, elas fazem o nome delas, eu ajudei a construir essa peça e aí elas já se sentem, foi eu que fiz essa peça, e a gente fez assim, assim e assim, a gente fala disso, disso e disso, porque é importante a gente colocar esse tema, porque nossa comunidade tem isso, aí elas vão contando a história e elas vão sendo parte dessa história e vai ganhando um poder nessas mulheres, elas vão se empoderar de um tema que elas antes não discutiam. Por exemplo, é certo que nas comunidades as mulheres precisam de uma atividade financeira, uma oficina de algo que vai gerar um capital para elas, mas essas também são muito importantes, porque de fato às vezes, em algumas comunidades, têm muitas oficinas de como você fazer isso para vender, mas não tem essa parte política e falta, isso dá para elas, ajuda a fortalecer, de certa forma, como é que a gente via as mulheres antes nas comunidades e como a gente vê hoje a participação delas nos espaços de decisão.

Aline: E pelo que eu conversei também com as outras meninas, essas oficinas são sempre um espaço bastante acolhedor para a realidade das mulheres, principalmente das mulheres mães, tem a ciranda das crianças, tu podes comentar um pouco sobre isso?

Lucielle: Eu acho que para além dessa discussão da ciranda, é também uma preocupação, porque a gente, enquanto mulheres, nós estamos sempre preocupadas, como é que as mulheres vão para as oficinas, a gente articula o melhor horário que elas possam falar, para elas não perderem aquilo que elas já fazem, então vamos fazer na parte da tarde, porque na parte da manhã elas estão ali cuidando de tudo, a vida corrida é mais durante a manhã, na parte da tarde, elas estão mais livres, é melhor fazer mais à noitinha porque é o horário que elas estão mais livres, mais descansadas e quando não tem muito com quem deixar os filhos, aí tem o espaço da ciranda, e geralmente nesses espaços são as outras mulheres que cuidam, né? E a gente levanta muito esse debate de que os homens também precisam estar nesses espaços, principalmente nas cirandas, para estarem ajudando as companheiras, para estarem ajudando mesmo, porque assim, enquanto nós estamos ali fazendo o debate, não vai ser preciso tirar uma mulher pra estar lá na ciranda, cuidar das crianças, sendo que pode ter um homem lá fazendo esse trabalho, fazendo essa tarefa, que é importante também. Porque, já pensou você estar na oficina com dez mulheres, em que seis são mães, são crianças com idades diferentes, como é que fica o ambiente? Fica muito alegre! Então assim, é uma coisa maravilhosa você ter um espaço em que você está sossegada, enquanto mãe num momento em que você quer prestar atenção, você quer entender o que está acontecendo ali, você quer fazer parte daquela oficina, mas que de certa forma você não pode, por causa da criança está ali, e a criança também não está confortável, porque você está o tempo todo impedindo que a criança fale e se expresse, então quando elas estão num ambiente que é delas, que elas estão entendendo o que a mãezinha delas está fazendo ali, num outro espaço, isso é muito importante, ajuda muito, fortalece muito o trabalho.

Aline: Tem algo importante sobre as *arpilleras* que tu achas relevante que eu saiba, algo que não foi dito na entrevista e que tu queiras me contar, mais específico sobre as *arpilleras*...

Lucielle: Uma coisa importante no trabalho com as mulheres é que as *arpilleras* chegaram no movimento para ajudar, de certa forma, a organização com as mulheres, o trabalho com as mulheres, mas para além disso, ela é uma ferramenta, uma ferramenta de luta muito importante, que ele fez um debate de denúncia, a partir da arte você está expressando ali uma indignação, uma indignação que ela te toca profundamente, a partir daquela costura que você vê, da forma como as mulheres contam, da carta que elas escrevem, o modo como elas veem aquela história que elas estão contando, é um sentimento muito forte, muito forte. O primeiro contato que eu tive com as peças foi um contato muito íntimo, ele invade um sentimento que

você não sabia que existia, que é esse sentimento do olhar, do respeito pela história que aquela mulher está contando, da dor que ela está vivendo, que são histórias muito fortes, e que você se toca também, e muitos relatos são relatos, por exemplo, são relatos que às vezes eles chegam e você percebe que você não conhecia aquela história, você não sabia que existia aquilo ali, e você sabe, você sente. Outra coisa importante que eu acho sobre as peças: é uma coisa que eu não gosto de fazer, que é fazer réplicas, porque eu acho que a réplica muda, ela não traz, ela traz um pouco da história que as mulheres contaram, mas ela não vai trazer o sentimento daquele momento, ela não traz, a gente só vai reproduzir o que as mulheres fizeram ali, mas a gente não vai trazer a história com a gente, está tirando uma cópia daquilo que as mulheres fizeram, e a réplica geralmente é uma ou duas pessoas fazendo, o negócio já tá pronto, você só vai copiar e colar, né? Não gosto muito de fazer, porque eu sinto que estou invadindo uma história que não é minha, é das mulheres, e é só delas e essa história não precisa ser invadida. Mas a gente precisa fazer, porque às vezes a gente doa uma peça e como é que vai ser? Só uma lembrança do nosso acervo, da nossa história. Então não gosto de fazer, mas às vezes é necessário, porque a gente precisa de uma outra ali para dizer que as mulheres fizeram uma peça muito linda, e essa aqui está representando, mas não é a mesma coisa, mas ela está aqui para dizer que as mulheres fizeram uma história e essa história viajou o mundo, né? É muito lindo também ver que as mulheres se reconhecem naquilo que elas fazem. E eu acho que se a gente pudesse trazer todas as mulheres que construíram as peças para contar a sua história, contar as histórias que estão ali nas peças, sairiam coisas muito lindas de resgate.

Aline: Eu ia perguntar justamente o papel dessas réplicas, e você falou no caso de uma peça ser doada e que depois vocês precisam para alguma exposição... E para quem são doadas essas peças? Como que funcionam essas doações do acervo do MAB?

Lucielle: Geralmente, a primeira doação que a gente fez foi para o Memorial [da América Latina], no Salão de Atos a gente doou a primeira peça. Geralmente não tem muito isso de a gente doar as peças porque essa pessoa é importante e tal, não, geralmente, quando tem projetos que são voltados para trabalhar com as mulheres, geralmente a gente doa uma peça para um desses projetos, um desses financiadores de projeto, por exemplo. E às vezes doa por essa relação mais política mesmo. No Ceará tem uma experiência muito boa que são as minirréplicas, as miniarpillerinhas, as meninas produzem umas pequenininhas, e essas são como se fossem uma replicazinha das maiores e aí elas são doadas para personalidades, para escolas também... A gente doou aqui em Itaituba uma peça para uma professora, que ela fazia

parte da reitoria de uma faculdade inclusive, de um espaço privado, mas que ela abria as portas muitas vezes para os debates do MAB, ela era muito apaixonada pelo trabalho das *arpilleras* e a gente vai fazer o quê? Vamos doar uma peça. E aí como a gente faz? Foi toda uma discussão, vamos doar, vamos doar uma peça, aí doamos, ela ficou muito feliz em receber, porque geralmente as pessoas pensam assim, “ah, vamos comprar, quanto é?” Então a gente não discutiu politicamente o que fazer, porque para nós não é vendável, você está contando uma violação de direito e você vai vender uma peça que está contando uma história assim, muito importante, e a gente geralmente não tem muitas doações, são poucas as doações que a gente fez, mas é toda uma discussão para ver se vamos mesmo doar, porque é quase um parto fazer, tirar algo que você ajudou a construir para doar, eu sinto muito, eu fico muito triste quando a gente precisa doar uma peça, porque é um sentimento de invadir o seu íntimo, e eu não consigo ver. A gente tem uma que a gente doou para o Ministério Público e ela fica emoldurada lá, bem bonitinha numa sala junto com outras peças e aí a gente fica contando nos dedos, foram uma, duas, a gente não vai mais fazer isso, porque eu sinto uma profunda dor quando tem que fazer.

Aline: Interessante isso, porque antes tu tinhas me falado das réplicas que você fazem por terem doado a original, e aí vocês fazem as réplicas para vocês, para poder expor, e agora tu estás me contando de réplicas que vocês fazem para doar, para doar a réplica, né? As arpillerinhas pequenas, não é? É interessante, é uma outra relação, fazer a réplica para não doar a original.

Lucielle: Sim [risos], e dá mais trabalho as pequenininhas!

Aline: Imagino! E sobre as cartas que também acompanham as *arpilleras*, elas também estão disponíveis no acervo, vocês têm registros disso? Como que funciona?

Lucielle: As cartas é uma questão que às vezes elas se perdem por conta que a gente produz, faz as peças, costura e aí vamos fazer a cartinha, se a gente não fizer naquele momento, fica para depois, e aí você vai ter que pensar como é que era que as mulheres estavam contando a história, mas elas ficam sim, no acervo, a gente tem algumas, a gente também tirou, algumas têm fotos delas, tiradas, outras não têm, a gente só digitalizou, não tem a foto da cartinha. Eu tenho até uma aqui, produzida pelas mulheres...

Aline: Quer me contar?

Lucielle: Sim. “Aldeia Praia do Mangue. Nosso trabalho mostra a importância dos rios e das florestas e dos animais que neles vivem. Enquanto a barragem não for construída, os peixes e os animais continuam vivendo e nós também e nós também temos o que comer. Mas depois que a barragem for construída, tudo vai desaparecer, ou seja, os peixes e os animais vão desaparecer e nós não teremos o que comer. O rio e a floresta são nossa fonte de sustento e alimento”. Aí tem o nome das mulheres que construíram a peça e a data. Essa é uma carta de 2014, eu achei outro dia mexendo nas minhas coisas e eu encontrei. Eu até pensei em mostrar uma peça, só que aí eu viajei, como eu te falei... Eu falei pra você? Não? Eu estou em outra cidade, aí não tinha como mostrar a peça. Aí eu tô falando como se eu estivesse em Itaituba, mas não estou em Itaituba, aqui em Itaituba. Mas eu posso te mandar um vídeo que a gente produziu, para mostrar o que a gente já fez.

Aline: E uma outra dúvida, já que a gente está falando desse acervo tanto das *arpilleras* como das cartas, como que ele fica armazenado esse acervo? Sei que ele está um pouco espalhado, sei que estão digitalizadas muitas coisas no acervo digital, mas como ficam as peças originais, físicas, como vocês cuidam dessas peças que são produzidas?

Lucielle: A gente pensou várias maneiras, porque, de fato, é muito material e aí geralmente está nas capitais, por exemplo, as nossas do Pará estão em Belém. E aí a gente tem, a gente comprou uma mala enorme e aí coloca as peças espalhadas e coloca um papel bem fininho, acho que é papel seda o nome, que a gente coloca entre eles, aí vai amontoando, vai colocando uma por cima da outra aberta, para não amassar, para também não desgrudar os fiozinhos e aí a gente consegue, porque geralmente é bem difícil você conseguir guardar, por exemplo, deixar elas penduradas. Aí tem que achar a melhor forma de guardar elas, porque quando a gente vai fazer exposição tem tudo que cuidar e não pode manchar, porque não pode lavar o tecido, por causa da juta e aí tem todo um trabalho... Mas a ideia é que a gente queria deixar elas mais perto [risos]. As de Itaituba ficam lá, porque quando tem exposição a gente tem que fazer uma ponte, precisa trazer, aí manda de volta, que tem que selecionar também.

Aline: E como funciona esse processo de seleção das peças quando são expostas?

Lucielle: Geralmente, a gente trabalha com eixos, eixos temáticos. Para o Memorial da América Latina, a gente tinha eixos: a mulher e o mundo do trabalho, o eixo da violência, da exploração sexual, tinha o eixo da relação comunitária, a perda dos laços familiares e comunitários, aí a gente tinha, a partir das peças que foram trazidas das regiões, foram várias, mais de cinquenta peças e tínhamos que escolher, porque na exposição só ia ter 25, 27, não lembro a quantidade, e a gente tinha que escolher a partir do eixo 3 ou 4 [peças], e aí, por exemplo, no Pará a gente escolheu 5 peças. 3 foram da região de Itaituba, que era a região que produziu mais peças, então foram 3, uma que era o tema da energia, uma peça que era uma peça indígena, que a gente queria colocar, que era a única região que trabalhou também com as indígenas, e uma outra que era essa, Mulheres em Luta. Eram três peças. E aí tinha o eixo da violência, e quando a gente vai selecionar é bem isso, é bem trabalhoso, porque você não quer descartar nada, mas você também não tem que incluir tudo, aí é mais complicado e você vai mais pelo visual, o que está mais, por exemplo, se for uma exposição de um mês, a gente tem que costurar, reparar os danos de algumas peças e dá mais trabalho, é melhor a gente escolher as que já estão mais trabalhadas e é isso que a gente tem feito em Itaituba a gente produziu bastante e tem muita coisa que precisa olhar de novo, ver se o fundo é aquele mesmo, mudar o tecido, porque com o tempo ele vai desfiando, então como é que a gente vai fazer? Então a gente começou a trabalhar assim, vamos fazer uma peça? Vamos, mas a gente vai fazer uma peça que a gente não precise mais fazer retoques, tem que ser uma peça bem costurada e escolher os tecidos bem escolhidos para poder ficar bem fixo, pra não precisar fazer a manutenção e é bem complicado mesmo você ter que escolher. Perda dos laços familiares e comunitários, tem muitas peças com esse tema, então se você vai ter que escolher duas, por exemplo, e tem 20, aí é bem complicado, porque você quer colocar aquela lá, que ela está nítida o que você quer contar, mas ela não está... O tecido não está com um material muito bom, não tá costurado bem, mas aí você precisa escolher outra.

Aline: Entendi, e é sempre uma escolha coletiva de vocês essas peças?

Lucielle: Sim, geralmente a gente faz a partir da coordenação, né? Nós que estamos acompanhando mais o dia a dia do movimento do que a gente ir na comunidade para escolher o que dá mais trabalho, porque é uma comunidade lá não sei aonde, lá no São João, que é longe, o acesso é difícil, não tem como ir lá escolher, não tem acesso à internet também, aí fazemos nós mesmas as escolhas coletivamente.

Aline: E sobre o material, tu estavas comentando que, assim como algumas *arpilleras* chilenas trazem material da história dessas mulheres, para além da linha, da juta?

Lucielle: Sim, no começo a gente pedia muito para as mulheres trazer, quando fazia oficina na comunidade, para elas trazerem um tecido, um retalho, uma linha, uma tesoura, uma agulha, também faz parte. Ou às vezes elas também ficavam com as peças, “ah, eu vou fazer a borda dela, tem uma linha aqui em casa e eu posso fazer, essa linha vai ficar legal com essa cor, então eu vou usar”, a gente tinha muito isso. Hoje, quando a gente vai fazer nas comunidades, a gente pede ajuda delas mais em relação a tesouras, agulha, linha, mas elas sempre levam também um tecidinho para colocar, tem sempre algo delas dentro da peça.

Aline: O que delas?

Lucielle: Roupa, blusa. Às vezes uma cor, por exemplo, blusa de uma cor mais florida, “ah, mas na minha casa tem”, ou então um jeans, geralmente, por exemplo, se você quer construir prédios, ou desenhos de prédios ou um grande empreendimento, por exemplos, silos dos portos, aí como é que a gente vai fazer? Talvez um jeans, ou uma cor mais forte, ou mais desbotada, aí ela vai e fala assim, “não, mas eu tenho uma perna de calça, eu vou trazer para colocar”, aí ela traz e a gente recorta e coloca, tem algo dela ali, um tecido preto, rosa, branco, ou a cor. Às vezes falta uma corzinha aqui ou até mesmo... Porque algumas mulheres gostam muito de fazer crochê, “ah, eu vou fazer uma coisa aqui, um chapeuzinho”, aí elas vão lá e fazem rapidinho e coloca.

Aline: É algo já do conhecimento prévio delas ali naquele processo. Acho que a gente já está finalizando a entrevista, mas quais são os planos do MAB para esse projeto das *arpilleras*? Já colocaram o acervo digital no ar, quais são os planos para o desenvolvimento desse projeto?

Lucielle: Eu acho que ainda é terminar mesmo o acervo, porque tem muita coisa. A gente colocou as peças, falta ainda detalhar algumas coisas do que foram feitas, e acho que ainda precisa digitalizar muita coisa, tem muita peça, mas a gente precisa continuar. Acho que o trabalho com as *arpilleras* não se encerra no acervo digital, que a gente ainda usa a técnica em algumas oficinas, em alguns projetos que vêm, que são voltados para as mulheres, e a ferramenta que a gente usa é as *arpilleras*, se vai debater temas sobre os portos, você quer fazer para além da denúncia, para além da conversa você também faz. Eu acho que o trabalho

do MAB ganhou uma visibilidade muito grande assim, com o trabalho com as mulheres. A gente saiu de um... Das mulheres que também acompanhavam o MAB, que estavam ali nas decisões, mas para um reconhecimento de que o trabalho das mulheres vai além disso, a gente produziu filme, ganhou prêmio do documentário, o trabalho com as mulheres hoje em dia é muito reconhecido, a gente quer ainda fazer muitas exposições, muitas exposições, porque têm trabalhos que ainda não foram expostos, têm umas que ainda não foram expostas, e a gente pretende trabalhar muito as exposições, as exposições também uma das coisas que a gente precisa avançar muito, ir para além do que a gente imaginou. Tem coisas que a gente pensou para o ano passado e não concluiu por conta da pandemia. Eu lembro que a exposição que a gente estava fazendo em Brasília não deu certo e não deu certo porque foi no início da pandemia, e aquela “muvuca” toda de começar a fechar tudo, as pessoas ficaram trancadas e a gente tinha que tirar as peças e não tinha como entrar por causa do acesso e na Bahia também foi a mesma coisa, as peças ficaram no espaço e o prédio entrou em reforma, não chegamos a tirar as peças e aí a gente precisa, sabe? Dar continuidade de onde a gente parou, começar outra história, produzir mais coisas, produzir mais peças, acho que está só começando o trabalho. Já avançou bastante, mas o que a gente tem pra fazer ainda é muita coisa.

ENTREVISTA COM LOUISE LÖBLER, 32 ANOS, COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)

Plataforma Jitsi | 28 de fevereiro de 2022

Aline: Louise, me conta um pouco de ti e da tua história com o MAB.

Louise: Bom, eu sou natural aqui do Rio Grande do Sul, da cidade de Nova Palma, é uma cidadezinha aqui da região de Santa Maria, da comunidade rural chamada Caemborá. Nós fomos atingidos pela usina hidrelétrica de Dona Francisca, em 1996, que começou a construção, e a construção terminou ali em 2001, tiveram as comunidades vizinhas que ficaram debaixo d'água por conta da construção, mas a comunidade de Caemborá existe até hoje e está uns dois quilômetros para baixo da barragem, assim, seguindo o rio Jacuí. Então a partir daquele momento que iniciou a construção, o canteiro de obras, parte da minha família morava nessa comunidade que foi uma das comunidades que foram alagadas pela barragem, e parte da minha família mora até hoje na comunidade de Caemborá. Então, com a vinda do Movimento dos Atingidos por Barragens para organizar as famílias, por conta da reivindicação de direitos, enfim, a gente começou a se organizar nos grupos de base do MAB então desde o começo, desde 1996. Ali na região tiveram alguns reassentamentos, bastante gente conseguiu a indenização, os reassentamentos foram nos municípios de Joia e de Tupã, só que a minha família optou pela indenização. Porém, não foi de comum consenso, né? Parte da família teve o direito de indenização e a outra parte ficou sem, tanto sem a indenização quanto sem o direito de reassentamento. Porque houve ali uma falsificação, dá para se dizer assim, uma falsificação de assinaturas por parte dos irmãos homens que fizeram um documento e fizeram a negociação das terras que a gente tinha com a empresa, desconsiderando as irmãs mulheres, na época, que eram da família da minha avó, então, a família das mulheres, da parte das irmãs, ficaram sem direito nenhum. E foi a partir disso que a gente começou a se organizar no MAB, né? Pra reivindicar esses direitos que foram negados dentro do processo da própria família. Depois da construção da barragem, a comunidade continuou por muitos anos ainda ativamente no movimento, organizada nos grupos de base. Eu, depois quando fiz o ensino médio, fui estudar numa escola do movimento, fui fazer o técnico em agropecuária agroecológica, pelo movimento, numa escola chamada FUNDEP, que era no município de Ronda Alta, na região norte no estado, e já a partir disso então eu [Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa] comecei a me inserir mais ativamente nas atividades, a contribuir mais nos processos, assim, de luta, de ajudar nos encontros, de

ajudar nas místicas, de ir para as mobilizações, né? Porque já estava grande também. E aí, em final de 2009, eu recebi a proposta da coordenação estadual de ir contribuir em São Paulo para ajudar na construção do MAB lá. E eu fui, fiquei até 2018 lá, final de 2017, início de 2018, com essa tarefa de construção do Movimento dos Atingidos por Barragens no Estado de São Paulo e, no último período, assumi um pouco algumas tarefas nacionais, né? A partir disso então eu também fiz também a licenciatura em História, pelo PRONERA [Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária], e aí nós, no dia a dia, assim, já entrando um pouco nessa questão do trabalho com as mulheres, de ir pensando como que a gente ia fazer enquanto processo de luta pra dar conta de construir espaços para as mulheres dentro do movimento, que aí até você colocou ali numa das perguntas, que isso foi antes das *arpilleras*, né, as *arpilleras* foram um processo que surgiu a partir dessa necessidade, né? Não sei, dá pra ser por ali?

Aline: Uhum, eu queria só entender mais um pouquinho: então, o processo de organização da tua família no MAB começou a partir das mulheres?

Louise: Sim.

Aline: Foram as mulheres as primeiras a se organizarem?

Louise: Isso, foi. Na verdade, foi a partir da violação dos direitos que aconteceu com as mulheres da família, mas foi, vamos supor, foi a partir da violação dos direitos que os irmãos da minha vó fizeram com ela e com as irmãs, porém, toda a família – eu, meu vô, minha mãe, meu padrasto –, nós nos organizamos nos grupos de base. E assim, as irmãs da minha vó também. Então... Que é isso, né, a gente sempre costuma dizer, que as pessoas só se organizam num movimento social por dois motivos: ou para não perder alguma coisa que tu já tens, ou para ganhar alguma coisa que tu ainda não tens. Então foi a partir dessa violação direta, o fato de ter excluído do processo de negociação das terras, como se as mulheres da família não fossem um sujeito de direito, mas também da necessidade de garantir essa conquista, seja de indenização, seja de reassentamento, e que naquele momento o Movimento dos Atingidos por Barragens era a única alternativa, a única alternativa possível, a única alternativa que nos dava esperança de que a gente iria conseguir. Claro, visto que era lá na década de noventa, e toda a conjuntura, enfim, a família nunca foi reconhecida até hoje e não vai ser nesse processo de negociação. Porque, afinal de contas, com a negociação da

indenização que os irmãos, os homens conseguiram fazer com a empresa na época, eles ganharam bastante dinheiro. E, infelizmente, historicamente quem tem dinheiro manda mais do que aquele que não tem, né? Então, claro, a luta no movimento nos possibilitou outras coisas, possibilitou a organização, digamos assim, da parte mais social, sabe? Porque quando veio a barragem, a comunidade lá do interior, veio um monte de gente de fora, vieram os prostíbulos junto, que é o pacote que vem junto sempre, veio um monte de criança nova estudar na escola, a comunidade não está preparada para receber tanta mudança. E também ninguém pede pra gente se a gente quer, né? Ninguém vem pedir: “Olha, será que dá pra fazer uma barragem aqui? Será que dá pra vir prostíbulos junto para uma comunidade que fica a 30km da cidade?”. Então, o movimento também se tornou um espaço de sociabilidade possível, sabe, naquele momento. Um espaço que ia para além da igreja, né? Porque lá na comunidade, tem a Igreja Luterana e tem a Igreja Católica, e os mais de idade não iam numa ou na outra, sabe? Iam só na sua. E o espaço do movimento, os grupos de base eram o espaço que juntava as famílias, independente de qual religião elas eram, porque elas estavam se organizando por conta da luta e dos danos causados que a barragem e aquele pacote todo que vem junto com a barragem estava causando na comunidade.

Aline: Entendi. E pelo que eu tenho pesquisado, o entendimento do MAB é de que as barragens atingem, de modo mais duro e por vários fatores, a vida das mulheres, como também aconteceu na tua família. Então, tu podes comentar um pouco sobre isso, principalmente como o MAB vinha discutindo essas questões antes mesmo do projeto com as *arpilleras*? Que já estavam presentes, né?

Louise: Eu acredito assim, que independente se é o MAB ou se é outra organização, outro movimento, seja movimento do campo ou da cidade, ainda tem muito o que avançar nesse aspecto do papel da mulher dentro da organização, sabe? Não dá pra se dizer que isso já tá solucionado. Existe um lugar de direito, porém, ele ainda está em construção. E dentro do MAB, a gente vinha discutindo isso antes assim, antes da vinda das *arpilleras*, principalmente em relação à violação de direitos humanos. Por quê? Porque tem processos históricos que quando as famílias são atingidas, quando a gente vai fazer, por exemplo, a negociação, seja da indenização, seja do reassentamento, o nome do lote ou a carta e crédito da indenização, vamos supor, não ia no nome das mulheres e isso foi uma pauta muito importante, sabe? Teve poucos lugares que passaram a reconhecer a mulher como um sujeito capaz de ter o nome no lote, ou de ter o nome do marido, mas de ter o nome da mulher também, de não ser só o nome

do homem. Então essa também foi uma pauta que, com o passar do tempo, foi se colocando dentro das pautas do movimento, de garantir que a mulher tenha também o nome, quando vai fazer o processo de indenização, o nome quando vai fazer o processo de reassentamento. E aí também a gente vinha discutindo, vamos supor assim, o lugar que a mulher ocupava nas coordenações do movimento, nos grupos de bases, se eram coordenadoras, nas outras instâncias a nível nacional e aí, com isso, a gente também foi também fomentando esse trabalho de que as mulheres deveriam e poderiam ocupar esses outros espaços de decisão, de tomadas de decisão. Esses espaços políticos, né? Não somente os espaços organizativos que a gente diz assim: “Olha, quando a gente vai dividir as tarefas, as mulheres ficam com o quê? Ah, com a ciranda infantil, que vai cuidar das crianças e com a secretaria, que é para organizar o material”, vamos supor. Nunca é com a infraestrutura, com as relações políticas, quando vai fazer uma análise de conjuntura, quem é que faz? Então, a gente começou a se perguntar e, a partir disso, que é aquilo, a partir disso da realidade concreta e do incômodo que aquilo estava gerando nas mulheres, porque quem pautou isso foram as mulheres, não dá para esperar que um homem pautar e dê lugar para uma mulher, parte da necessidade concreta das mulheres e as mulheres pautarem isso dentro do movimento. Foi o que aconteceu, né? E que também teve casos simbólicos assim de violação de direitos humanos principalmente quando a barragem está sendo construída. Se não me engano, a Ivanei Farina Dalla Costa escreveu o TCC dela sobre a violação dos direitos das mulheres na construção das barragens em Rondônia e ela traz isso, assim, de que, como esse modelo de exploração, esse modelo de desenvolvimento viola, sobretudo, a vida das mulheres. Porque é a mulher que cuida da casa, é a mulher que cuida dos idosos, é a mulher que cuida das crianças, e é a mulher que é desconsiderada quando ocorrem as negociações. Só que daí, quando tem a luta, quando você tem que sair de casa para fazer uma marcha, por exemplo, a mulher não pode ir. Porque a mulher tem a casa pra cuidar, porque a mulher tem a criança pra cuidar, porque a mulher tem os idosos pra cuidar. Então como que a gente vai criando condições dentro da organização, acho que foi esse o debate mais na essência, digamos assim, o primeiro, sabe? Acredito que as demais companheiras também falaram algo parecido assim, né? E aí tem os casos de Belo Monte, das barragens de Rondônia, que aí é tudo, neste caso, a mesma coisa da violação na questão da prostituição. Começaram a surgir aqueles vales... Vale-prostíbulo, né, que as empresas davam aos empregados pra irem nos prostíbulo, então isso também foi causando uma indignação porque a mulher era considerada apenas um produto, um produto de uso. Então como que a gente vai encarando essas diferentes realidades, mas que em todas elas a violação dos direitos humanos, para a mulher, é muito mais forte. E ao mesmo tempo em que

ela é forte, ela é desconsiderada pela sociedade. Porque, em tese, a mulher não pode reclamar que está sofrendo, ou a mulher logo é louca, ou a mulher logo precisa se tratar, ou a mulher logo precisa ir num psiquiatra, num psicólogo, porque a sociedade não considera possível de encarar o que levou aquela mulher a ser assim. Que foi o que aconteceu na comunidade que eu me criei e acontece até hoje nas comunidades que tem não só a construção das barragens, mas a própria mineração e outras formas de violação de direitos.

Aline: É uma desumanização muito grande da mulher, né?

Louise: Sim. Desconsideração, como se ela não fosse um sujeito, assim, ela apenas serve pra garantir que a vida do homem se reproduza e mais nada, né?

Aline: Louise, me conta um pouco como foi o processo de introdução das *arpilleras* no movimento, como que essa ideia surge, a partir desses debates que vocês já vinham fazendo, como é que foi a oficina na Argentina, que capacitou o MAB pra usar essa técnica e como é que foi o início dos trabalhos com as mulheres.

Louise: Bom, você vai fazer a entrevista com a Esther [Vital], então [risos], acho que quase nem precisava eu estar falando...

Aline: Mas é importante, é importante ter alguém do MAB para trazer essas informações e acho que deixar registrado essa história, a entrevista também serve pra isso, pra gente poder registrar essa memória que é tão importante.

Louise: Então, as *arpilleras* nós conhecemos através da Esther. Nesse processo, a Esther já trabalhava antes com as *arpilleras* ali com alguns grupos de mulheres em São Paulo, no Vale do Ribeira, então já tinham algumas outras experiências no Brasil, sabe, antes do MAB se apropriar disso. Nós fomos pra Argentina fazer uma oficina com a Roberta Bacic em dois mil e...

Aline: Treze?

Louise: Eu não sei se 2012 ou 2013. E então fomos em quatro, cinco, seis... Não sei se nós estávamos numas sete, oito mulheres, acho que éramos sete, oito e a Esther. Fomos então para

Buenos Aires e lá nós passamos alguns dias tendo oficinas diárias com a Roberta Bacic naquele museu... Do Memorial da Ditadura? Acho que é esse o nome. Foi lá a oficina com ela e primeiro a gente conheceu um pouco a história. Ela tinha a exposição lá das *arpilleras* chilenas, de algumas *arpilleras*, e era muito interessante, porque primeiro ela nos explicou, eu lembro até hoje, que a gente entrou e primeiro ela explicou como pode ser... A primeira impressão que a gente teve das *arpilleras*, sabe? De você entra no museu e olha o que te parece, né? E aí depois ela foi explicando uma por uma: a história, mostrando as cartinhas que tinha no verso, algumas *arpilleras* tinham uma parte que você abria, que tinha uma parte escondida na *arpillera*. E aí depois a gente foi para um outro espaço pra fazer a oficina prática com ela, que nós saímos da Argentina naquela vez com uma *arpillera* pronta, que foi a primeira *arpillera* feita pelo movimento, pelas mulheres do movimento dos atingidos por barragens, que eu acho que você já deve ter... É uma que tem o muro de uma barragem assim por trás...

Aline: Que tem um mapa do Brasil.

Louise: Isto! Aquela foi a primeira, que, a partir disso então, a gente levou essa *arpillera*, essa nossa primeira *arpillera* para uma reunião nacional das mulheres que aconteceu na Escola Nacional Florestan Fernandes. E aí com a coordenação das mulheres, né? Que era uma reunião nacional, só que só da coordenação. E ali, então, nós socializamos a experiência, socializamos a história das *arpilleras*, como foi esse processo de oficina com a Roberta Bacic e nos propusemos então a usar deste método, das *arpilleras*, como um potencial para organizar outras mulheres no movimento. Então ali a gente fez outras *arpilleras* nesta oficina, no encontro da coordenação das mulheres. Nós nos dividimos em grupos, cada uma de nós que tinha ido pra Argentina ficou em um grupo e aí, a partir disso, então sugeriram as *arpilleras*. Claro que, depois, teve nos estados, né? Que daí a ideia sempre foi essa, assim, da gente nunca pensar que o conhecimento era *meu*, ou era de fulana, que esse conhecimento de construir as *arpilleras* deveria ser nosso, deveria ser de todas as mulheres. Por isso que a gente fez, a intenção era de multiplicação e acredito que isso deu certo, né? De a gente ir dizendo, “olha, primeiro que a gente não precisa saber costurar, não tem um padrão, você não precisa se preocupar”. O fazer a *arpillera* não tem um padrão. O fazer a *arpillera* é muito mais transformar o que tu não podes dizer em documento político no tecido. Então o fato da gente chegar da Argentina, socializar com as mulheres da coordenação, e as mulheres da coordenação se apropriarem disso e levarem para os estados e nos estados fazerem a partir

daqueles eixos... Acho que você tem aquela cartilha feita da exposição no Memorial da América Latina, que a consequência disso foi a exposição, a partir daqueles eixos que a gente escolheu, então, a gente fez as *arpilleras*, porque naquele momento a gente acreditava que precisava direcionar, né. De fazer com que... Porque diferente da época do Chile, lá existia a violação da ditadura sobre a vida, naquele momento, das mulheres, e aqui a gente teria que, bom, o que agora está violando os nossos direitos? E, a partir disso, propiciar espaços para a costura coletiva das *arpilleras* e aí, claro, foram surgindo outros produtos, não só a exposição do Memorial da América Latina, mas também o filme e outras exposições que foram acontecendo nos próprios estados, né?

Aline: E como aconteceu, só voltando um ponto assim, como que aconteceu esse contato do MAB com a Esther, vocês chegaram a ver aquela exposição das *arpilleras* chilenas que teve também em São Paulo? Como que foi, assim, esse contato?

Louise: Eu não lembro se na época a Esther já estava contribuindo no MAB, porque ela contribuiu um tempo, né, ou se ela veio depois... Eu não lembro direito, assim, mas... Nossa, não lembro mesmo se ela já estava... Eu só lembro que ela nos trouxe uma vez lá na secretaria nacional uns panfletos e uma cartilha do trabalho que ela estava fazendo com as *arpilleras* lá no Vale do Ribeira¹², porque uma das regiões que eu atuava para construir o movimento lá em São Paulo era o Vale do Ribeira, né. E aí ela trouxe isso e socializou conosco. Eu acho até que tem a cartilha online. Depois tiveram alguns outros locais lá em São Paulo, acho que teve até naquele museu... Aquele lá que tem do DOPS, né?

Aline: O Memorial da Resistência?

Louise: Isto, no Memorial da Resistência acho, teve uma exposição das *arpilleras* uma vez, mas eu não me lembro de ter ido. Mas é que é isso, eu não ir não significa que outra companheira do MAB não foi, né? Que esse processo é isso, é coletivo, né? E como eu estava no período da licenciatura, minha licenciatura foi em regime de alternância, eu passava alguns meses na escola do movimento e alguns meses eu passava em São Paulo, né?

¹² Disponível em: <http://partonobrasil.blogspot.com/p/projeto-parteiros-caicaras.html> Acesso em: 20 jul. 2023.

Aline: Sim, é, é essa exposição mesmo, acho que ela foi em 2011, 2012, por ali, que teve no Memorial da Resistência... Aí um pouco antes do trabalho, pelo que eu tenho pesquisado, um pouco antes da introdução das *arpilleras* no MAB e queria saber se teve algum contato, talvez tenha tido com alguma outra mulher, né, organizada no MAB.

Louise: É, que é isso, eu só me lembro desse outro trabalho que a Esther trouxe e que estava fazendo no Vale do Ribeira, né? Mas é que é isso, talvez tenha sido, talvez outras companheiras tenham conhecimento justamente para depois a gente já ter ido já fazer a oficina com a Roberta, então eu acho que já vinha essa construção de antes, né?

Aline: Então me conta um pouco da exposição depois com as *arpilleras* brasileiras que você ajudou a organizar e também sobre a tua participação no lançamento do filme.

Louise: A exposição no Memorial da América Latina, salvo engano, foi em 2015, que então a gente conseguiu ocupar um espaço muito importante no país, o Memorial da América Latina, a Esther fez toda a curadoria da exposição, senão me engano, foi ela e a Tchenna [Maso], porque eu estava em período de aulas, né? Tinha eu, a Fernanda, a Flávia e a Laís, que estudávamos na mesma turma, então, a gente conseguia contribuir com as coisas enquanto a gente não estava em aula. Mas a exposição foi pensada, assim, nossa, foi muito, muito bonita, para além da exposição que aconteceu no Salão do Memorial da América Latina, tiveram seminários que aconteceram junto, alguns curtas-metragens do próprio movimento que aconteceram sessões de filmes e curtas-metragens que aconteceu junto, de debates, não foi só a exposição, né, tiveram oficinas de *arpilleras* que aconteceram durante a exposição. Tem uma das *arpilleras* que ficou de presente pro Memorial da América Latina, uma bem colorida que parece um cata-vento no fundo¹³, aquela ficou lá no Memorial, assim como um presente nosso para o espaço, mas também pela importância política que tem a *arpillera*, era um das *arpilleras* nacionais que a gente diz, que foi criada lá naquela oficina da Escola Florestan Fernandes. Ah, sim, eu não contei antes, o processo de escolha das *arpilleras* para a exposição também foi coletiva, porque além das *arpilleras* nacionais que a gente tinha feito, eu acho que foi em Minas Gerais um encontro que depois a gente fez com as mulheres da coordenação, aonde todas tinham levado as *arpilleras* que tinham sido feitas nos estados e aí a gente separou elas por eixos assim. Tem a *arpillera* principal, que é aquela que tem o muro da

¹³ Disponível em: <https://mab.org.br/2015/10/23/mab-doa-arpillera-para-memorial-da-am-rica-latina/> Acesso em: 20 jul. 2023.

barragem e o mapa do Brasil, aí tem as *arpilleras* que foram feitas uma para cada eixo a nível nacional, e tem as dos estados e aí a partir disso a gente então fez, separou por eixo e escolhemos coletivamente qual que... Porque nós não podíamos colocar na exposição do Memorial todas as *arpilleras* que a gente fez [risos], então a gente teve que criar um jeito de escolher algumas e foi nessa reunião também coletiva que a gente fez. Lembro também do processo de construção da arte para a divulgação no Memorial, que foi um menino que fez o desenho, o Vitor [Teixeira], acho que é o nome dele, que fez o desenho a pedido nosso, que ele era amigo dos nossos jornalistas. Porque precisava ser uma coisa especial, sabe? Precisava ser uma coisa única, vamos supor assim, e que atendia aos nossos desejos porque, afinal de contas, não é sempre que a gente consegue fazer [risos] uma exposição das mulheres atingidas por barragens com as *arpilleras* no Memorial da América Latina em São Paulo. Então foi muito bonita toda a construção, assim, quando nós estávamos fazendo o catálogo, os panfletos, a escolha da arte, toda arte tem esse tom de marrom, que lembra um pouco a cor da juta, que foi o tecido base usado para as chilenas e que o MAB também usou ele como tecido base, por ter essa essência camponesa também na história, de ser um tecido onde se guardavam alimentos, mas também que nas regiões a gente conseguiu colocar os tecidos nossos, digamos assim, nas *arpilleras*, né? O pedaço de roupa de alguém que já havia falecido, o pedaço do pano da bandeira, algumas coisas que remetiam a isso, né? E lá no Memorial foi muito bonito, assim, muito simbólico, com visitas de escolas, que a gente foi construindo durante o processo, tiveram as outras organizações, do campo e da cidade, sindicatos, o Movimento Sem Terra, que também participaram junto conosco de alguns momentos, da abertura, de seminários que a gente fez foi bem simbólico, assim, bem bonito, e todo o material é muito bonito, o material produzido lá. Porque foi isso, foi feito coletivamente, né? E foi feito coletivamente a partir de uma luta concreta, da necessidade concreta, do objetivo concreto. A gente sabia o que a gente queria, a gente sabia para que a gente queria e nós naquela época debatíamos assim, o levar as *arpilleras* nesses espaços de exposição, historicamente não ocupados pelo povo camponês nos coloca em lugares que, sozinhas, a gente não conseguiria. Que é esse o debate que eu, particularmente, faço quando entrei no mestrado, né. De que uma atingida por barragem sem-terra camponesa ocupar o espaço de ser mestre não é porque ela foi sozinha, porque a sociedade não nos permite ocupar esses espaços, porque esses espaços são espaços ocupados por quem tem mais dinheiro, são espaços ocupados por quem detém o poder, então, ao mesmo tempo em que a gente estava, no caso do Memorial, e no caso do filme também, porque o filme foi no Cine Odeon, no Rio de Janeiro, são espaços historicamente que não são lugares dos camponeses, né? Os camponeses

não acessam a cultura nesse sentido, deste modo. E foi bonito, tanto no Memorial da América Latina quanto no Cine Odeon, no Rio de Janeiro, trazer as mulheres dos estados, que nem a Lucielle, a Lucielle foi e ajudou na construção lá no Rio de Janeiro pra fazer o depoimento e ajudar na construção é muito importante, porque elas se empoderaram de um tanto, que você dá lugar a esses sujeitos mulheres, você coloca elas no lugar que elas deveriam estar sempre e a gente conseguiu propiciar isso através das *arpilleras*. Que é o que eu sempre digo, assim, no MAB eu aprendi que a *arpillera* não é só a *arpillera*, que a *arpillera* é um espaço que você pode falar o que em outros espaços não te deixam falar porque você é mulher e que ninguém vai te julgar, porque você vai sair de casa pra costurar, você não vai sair de casa pra fazer política. Então são esses espaços que coletivamente a gente consegue e conseguiu ir criando por conta das *arpilleras*, né? E a *arpillera* é o produto final daquilo, mas não é o que aconteceu durante a costura, durante a costura você estava com suas companheiras, você estava relatando as violências domésticas que você poderia ter sofrido, você estava se percebendo enquanto sujeito capaz de decidir sobre sua própria vida. A *arpillera* é uma consequência, não é um meio. Ou também é o meio e é a consequência, porque afinal de contas tu estás ali produzindo. Durante a minha pesquisa, eu cheguei à conclusão de que a *arpillera* não é uma coleta de dados, é uma produção de dados, porque você produz os dados individualmente e coletivamente e que ela é a memória social do nosso povo. Lá no Rio de Janeiro então a gente construiu o lançamento do filme, no Cine Odeon, foi em preparação ao Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens em 2017. Antes do lançamento, nós fizemos uma exposição das *arpilleras* no hall do segundo piso do Cine Odeon. Claro, foi uma exposição muito mais sensível, com poucas peças, mas para ir convidando as pessoas e mostrando o que seria, porque foi um evento fechado, com convidados apenas, um dia, para depois o filme ser lançado também nos estados, então lá foi o lançamento nacional, digamos assim, a primeira exibição do filme. Durante esse processo então, aquela atriz, a Dira Paes contribuiu conosco para fazer a narração do filme, ela não estava no lançamento, mas ela contribuiu durante as gravações ali, da narração, e a gente pôde convidar então todos os nossos companheiros dos sindicatos, dos movimentos sociais do campo e da cidade, a base do MAB ali do Rio de Janeiro para estar participando desse evento, foi um evento, um evento de lançamento do filme a nível nacional.

Aline: Eu queria te perguntar várias coisas, achei ótima essa tua última resposta assim, tem vários desdobramentos que a gente pode fazer, mas uma coisa que eu queria te perguntar é o seguinte: muitos movimentos sociais utilizam estratégias ligadas à expressão cultural pra

fomentar discussões e congregar as pessoas, então eu queria saber se é possível entender as *arpilleras* a partir também do conceito de mística, que é presente em outros movimentos. Ou se ele está mais ligado a essa construção da memória social do povo, ou se é um pouco dos dois. Como é tua percepção sobre isso?

Louise: A gente costuma dizer assim, de que... Quando eu me entendo como camponesa, eu costumo dizer assim: que a gente cuida da terra, e a terra cuida da gente. Acredito que a mística seja isso, sabe? E de que a *arpillera* cumpre sim um papel na mística do povo, na mística das mulheres, sobretudo, porque coloca a gente num lugar de criar e de costurar esperança. E faz com que a gente se coloque como indivíduo no processo de costura, mas também como coletivo no processo de construção de memória. Porque uma *arpillera* nunca vai ser só minha, uma *arpillera* sempre vai ser nossa. Sempre vai ser de um coletivo ou sempre vai ser de histórias que eu vivi no coletivo. Então acredito sim que, nesse processo, de que a gente não pode perder a mística e, sobretudo, nesses tempos a de esperança, sabe? Não sei se eu posso dizer assim, a mística de esperança, mas a mística quando a gente diz de que a gente precisa reconhecer o que já foi e traçar caminhos possíveis, porque senão a gente acha que o possível é o impossível e talvez essa seja uma das chaves motoras para a gente seguir na marcha, para a gente acreditar que a gente pode, de que a gente tem o direito e que a gente vai conquistar o que a gente quer.

Aline: Antes tu estavas comentando sobre algumas outras experiências no Brasil com as *arpilleras*, um pouco antes do MAB, e eu queria saber se outros movimentos sociais, se tu sabes disso, se outros movimentos sociais ligados à Via Campesina ou a outros movimentos de afetados por represas, o MAR, se já trabalhavam com essa técnica específica das *arpilleras*, para também nesse uso da mística de mobilizar outras discussões. Se tu sabes algo sobre isso, se conheces, se tem outros trabalhos em outros países da América Latina também, além do Chile, com a técnica das *arpilleras*.

Louise: Olha, eu não consigo te dizer de certeza, mas salvo engano na Bolívia tem alguma coisa também, porque teve uma companheira que veio uma vez fazer uma exposição na Bienal em São Paulo, que nós contribuímos, não com as *arpilleras*, mas com outras entrevistas, enfim, que ela nos comentava alguma coisa sobre, sabe? Mas eu não consigo te dizer de certeza, mas depois que o MAB começou a trabalhar com as *arpilleras* no Brasil, outras organizações, como a Marcha Mundial das Mulheres, também teve trabalhos com as

arpilleras. Antes eu não lembro, antes eu só lembro assim, numa exposição aqui, outra lá, ou com as mulheres ali no interior de São Paulo, de exposição, coisas bem pontuais, sabe? E que todas têm a Esther no meio [risos].

Aline: E tu lembras o nome dessa companheira boliviana? Para que eu possa pesquisar depois ou se quiser me mandar depois no WhatsApp...

Louise: Pois é, eu acho que ela não trabalha com *arpillera*, ela deve ter comentado alguma coisa. O nome dela é Carolina Caycedo, porque ela fez uma... Ela trabalha com essa questão de violação de direitos humanos, relacionada às artes plásticas, às artes, enfim, e eu dei uma entrevista para ela que ela usou na Bienal, eu lembro da exposição dela, que teve redes de pesca, uma coisa assim, e ela trabalha um pouco, traz essa coisa da violação dos direitos humanos com a construção de barragens, com a preservação dos rios, das florestas nas artes plásticas. Bem bonito o trabalho dela, bem interessante.

Aline: Fiquei curiosa, vou atrás depois. E me conta um pouco, Louise, me fala sobre esse entendimento do MAB de que as *arpilleras* são então uma metodologia de educação popular feminista, me fala um pouco sobre isso.

Louise: Acho que um pouco assim, claro, tem outras companheiras que tem mais domínio do que eu para falar das coisas [risos], a gente só fala... Mas primeiro que na essência das *arpilleras* quem começou e quem costurou foram as mulheres, no Movimento dos Atingidos por Barragens têm sido as mulheres, mas não é só as mulheres que podem fazer, porém o espaço de costurar sempre foi das mulheres. Então, nesse sentido, a *arpillera* consegue ser subversiva, de colocar o trabalho dito como doméstico e de gênero feminino como uma ferramenta de discussão política na mão das mulheres, através das linhas, das agulhas e dos tecidos, né? Acho que isso é subverter, subverter a ordem do sistema dado que deveria ser função da mulher. E aí, a *arpillera* como metodologia, porque ela cria o espaço, ela cria o espaço de ser o lugar onde tem troca de conhecimentos, aonde uma ensina a outra a costurar, mas também ao mesmo tempo, diz assim, as experiências que eu tive, nós fazendo as *arpilleras*, acho que fica mais fácil. Nós fazendo as *arpilleras* lá no interior de São Paulo, teve uma das *arpilleras* que a gente fez que foi para a exposição nacional, uma que tem um fundo branco. Aí, você tá costurando ali, vamos supor, com um grupo de cinco ou seis mulheres fazendo uma *arpillera*. Ao mesmo tempo em que eu estou ali aprendendo sobre as

coisas daquela comunidade, “ah, mas por que não tem ônibus na minha comunidade”, que nem lá, eram os quilombos, por que não tem transporte público para os quilombos, por que não tem assistência técnica para os quilombos? Você vai colocando essas dificuldades, mas esses direitos negados das populações quilombolas na costura, na *arpillera*, mas ao mesmo tempo você também tá, “olha, tal chá é bom pra isso, tal coisa eu fiz, tal coisa, tal planta usei pra colocar na minha ferida e sarou”, então esses saberes e essas trocas conseguem ser muito afetivos na construção das *arpilleras*, né? Talvez e ao mesmo tempo você tá falando da violação dos direitos humanos e ao mesmo tempo você está emancipando aquelas mulheres. Ao mesmo tempo você está colocando a agulha como ferramenta de poder na mão daquelas mulheres. Acho que é esse o sentimento que o MAB sempre quis fazer e que tá conseguindo fazer com as *arpilleras*. E, mais que isso, as *arpilleras* trouxeram uma visibilidade externa pra mulher na política dentro do MAB e para fora do MAB, isso é importante assim. Teve algumas *arpilleras* que a Dani já foi lá pra Europa, não sei se ela te comentou, para levar as *arpilleras*, para mostrar o trabalho, então teve esse olhar externo, porque também, muitas vezes em muitas organizações, quando a mulher consegue ocupar esse espaço na política, também é o espaço privado da organização, é o espaço interno da organização e a *arpillera* tomou um patamar de dar visibilidade, de colocar as mulheres atingidas por barragens num espaço externo da organização, de dizer, “olha, o MAB não é construído só por homem”, eu acho que rompeu essa barreira, que a gente diz assim, é que nem quando a gente coloca a questão do cuidado, tem uma amiga minha fazendo doutorado e ela fala sobre o cuidado das mulheres no movimento. Primeiro a mulher tem que romper o cuidado da família, o cuidar só da família. E aí quando é assentada, ela rompe com o cuidado do coletivo e passa a ser mais amplo aí do movimento, e a *arpillera* também tem esse processo, assim, de que você primeiro rompe com o seu individualismo e também com aquele negócio, “ah, mas eu tenho que saber costurar, ah, mas eu faço sempre isso sozinha”, e depois você perpassa pra um estágio maior do que a sua própria organização. A *arpillera* no MAB se transformou, vamos supor, numa mística pra outras mulheres que não são do movimento. Porque você olha a *arpillera* e você diz: “Sério? Eu posso fazer isso!” Porque é uma coisa fácil, digamos assim, e, ao mesmo tempo, é uma coisa carregada de política, carregada de... É aquilo, é um documento, né? Mas que você pode olhar e não, isso aí é um artesanato, isso aí eu posso fazer. Tá, mas e o contexto histórico? E como que foi feito, né?

Aline: E das *arpilleras* que já foram produzidas pelo MAB, tem alguma que mais te marcou? Ou alguma oficina, alguma situação que mais te marcou nesse processo?

Louise: Tem uma que foi feito lá de Belo Monte, que fala sobre a exploração sexual, que tá na... Eu acho que tá naquele catálogo ela, né? Aquela eu acho que foi uma das mais impactantes assim, porque, afinal de contas, é um problema que a gente encontra em todo território nacional, né? Só que ver isso materializado na *arpillera*, feito por aquelas mulheres que convivem com isso no dia a dia nas suas comunidades foi uma coisa... Eu lembro na época, assim, foi uma coisa bem fora do que a gente já tinha visto nas outras *arpilleras*, mesmo que é um problema que tem em todas as regiões, foi só lá que apareceu na época.

Aline: E essa problemática da prostituição também é discutida em outros espaços do MAB?

Louise: É, porque é aquilo, eu acho que o movimento ainda tem muito que... Porque são temas sensíveis, são temas delicados de se discutir. Tanto entre só as mulheres, que dirá na organização toda, mas são temas importantes, porque são violações dos direitos humanos e, nas comunidades atingidas por barragens, o pacote de desenvolvimento, os prostíbulo estão junto. E isso aconteceu na comunidade que eu cresci e me criei e isso acontece até hoje nas comunidades, vem a empresa construir a barragem, vem o prostíbulo junto. Não é à toa que em Belo Monte teve o cartãozinho para os empregados, né? Os vales-prostíbulo, isso acontece em todo lugar, talvez um pouco de formas diferentes, mas os prostíbulos sempre estão junto. Porque são milhares de homens que vêm de todas as regiões do Brasil, então é o pacote pronto já, sabe? E é um problema que as comunidades enfrentam, que nem, quando a barragem veio na comunidade que eu me criei, eu tinha 6, 7 anos, só que as meninas que eram um pouco mais velhas, todo mundo ficou muito preocupado, porque acontece muito nas comunidades dessas meninas engravidarem e depois a barragem termina de ser construída e os homens vão embora, e os filhos ficam, sem apoio, sem nada. Não foi só em uma comunidade nem em duas, e é esse o desenvolvimento e ninguém pediu pra se queria ou não, né? Acho que essa é a violação mais cruel, que ninguém te pede, eles simplesmente vêm e fazem, e trazem a barragem, e trazem as máquinas, e trazem os trabalhadores e a tua vida não interessa, né?

Aline: E nesse processo de produção das *arpilleras* para trazer esses debates com as mulheres, qual é a tua percepção sobre o impacto entre elas assim, tu já tinhas comentado um pouco sobre essa questão do empoderamento, né...

Louise: Eu acredito que, por exemplo, das vezes que eu pude participar das oficinas, sabe? O momento que você está sentada com as suas companheiras costurando é um momento em que você se sente à vontade de conversar. Claro que isto, você conversar sobre a sua vida também demora um tempo porque você tem que ter confiança, né? Mas como fazer a *arpillera* não é de um dia pro outro [risos], o ato de costura é um ato demorado e também reúne, não reúne 50 mulheres pra fazer uma *arpillera*, reúne 5 mulheres pra fazer uma *arpillera*, então também propicia um espaço que o ouvir e o falar sejam mais constantes. Porque se você tem 50 mulheres, uma vai falar, duas vão falar; se você está em 5 mulheres, as 5 vão falar e as 5 vão te escutar. Então esse espaço de fala e de escuta, sabe? Acho que isso também é importante na construção do espaço da mulher se sentir empoderada, da mulher ser empoderada, da mulher ser capaz, de ela perceber através desse momento de costurar a *arpillera* de que ela pode falar o que ela pensa e de que ela vai ser escutada. Esse é um movimento importante pra construção de consciência do sujeito social, você tem que se sentir parte do processo e nas reuniões amplas, onde está cheia de homens e mulheres, geralmente só os homens que falam. E a *arpillera* conseguiu fazer com que isso fosse possível em regiões... Claro, tem regiões do Brasil que historicamente são mais as mulheres que participam, mas isso não significa que são elas que decidem. Para o MAB foi bem importante assim, de conseguir utilizar a *arpillera* como uma ferramenta de empoderamento das mulheres no movimento.

Aline: E as mulheres da tua família em algum momento se envolveram também nesse processo das *arpilleras*, tiveram contato com essa construção, com a construção dessa metodologia?

Louise: Não. Não porque nos dias de hoje o movimento não está mais atuante na comunidade em que eu nasci e nem a comunidade também já... Porque já se passaram vinte e tantos anos da construção da barragem, né? E como é uma comunidade de ribeirinhos, não é um reassentamento, enfim, as condições foram ficando difíceis de manter a organização, aquela coisa de ter reuniões, de ter grupos de base, de participar das lutas, né? E aí com o tempo foi se afastando, tanto o movimento quanto a comunidade um do outro. E minha avó na época já era falecida, quando a gente começou esse processo das *arpilleras*, e minha mãe professora, né? Então 40 horas dando aula não sobra mais muito tempo para outras coisas, né?

Aline: Tu comentaste, um pouco antes da nossa gravação, e isso também apareceu aqui nas tuas respostas sobre esse ocupar espaços também como uma maneira de empoderamento, e aí

tanto nas exposições como também ocupar acadêmicos, e aí tu trouxeste um pouco da tua trajetória no mestrado. Me conta um pouco da tua pesquisa para a gente fechar a entrevista, me fala um pouco sobre a tua pesquisa na dissertação.

Louise: A minha pesquisa eu fiz o Mestrado Profissional em Educação na UERGS. Eu utilizei as *arpilleras* como a minha forma de fazer a pesquisa. Em vez de usar um questionário ou entrevista, eu fiz a pesquisa através das *arpilleras*. E fiz com quatro jovens sem-terra, porque... [ruído] Ai, desculpa, deixa eu só... Eu tô com o WhatsApp ligado no computador e minha mãe tá ligando.

Aline: Se quiser atender e depois a gente retoma, não tem problema, pode até fechar teu áudio.

Louise: Não, capaz, ela já... É que é isso, ela mora lá pra fora e aí estava chovendo muito e a gente fica muito preocupado porque lá em casa tem o rio perto, então a dimensão de quando chove na cidade e de quando chove no campo é diferente, né? Tá, então, na minha pesquisa eu usei a *arpillera* como a minha ferramenta, né? Para fazer a pesquisa. E naquele momento, hoje eu contribuo como educadora naquele Instituto de Educação José de Castro, na Escola do Movimento Sem Terra ali em Viamão e aí provoquei a gurizada, né? “Ó, quem sabe vocês não querem fazer” [risos] Só que nesses tempos de pandemia é muito mais complicado fazer pesquisa, né? E aí consegui que quatro jovens fizessem, na minha pesquisa eles são o Ocupar, o Resistir, o Produzir e o Conquistar, para fazer as *arpilleras*, e eles contaram nas *arpilleras* como que foi o processo de história deles na luta pela terra. São jovens de 18 a 20 anos que se desafiaram, mandei pra eles os kitzinhos, tipo, com uns retalhos que minha mãe me deu ali e tal, para ver o que poderia surgir e foram coisas bem interessantes assim. Primeiro de se utilizar da *arpillera* pra fazer isto, né, e eles relatando a história de vida pela luta pela terra a partir do olhar do jovem. Teve, na minha pesquisa eu não coloco isso, mas dos quatro teve um menino que fez, na minha pesquisa eu não coloco se é menino ou se é menina, eu só coloco que eles são Resistir, Ocupar, Produzir e Conquistar assim, sem artigo de “a” ou “o”, né? Mas foi muito interessante, porque eles conseguiram relatar, e esse é um outro debate dentro dos movimentos, pelo menos do MAB e do MST que eu tenho acompanhado, muito interessante, que é a voz da juventude para dentro da organização, o espaço que a juventude ocupa. E desde que eu entrei mais no dia a dia do MAB, a voz das mulheres jovens também são difíceis de serem escutadas, né? Que a *arpillera* coloca como um caminho possível, né? E a pesquisa

demonstrou assim, que eles relataram violações da questão da mineração, a mineração sendo mais uma violação de direitos humanos, mineração acontecendo dentro das áreas de assentamento; o caso da barragem de Brumadinho, o crime da Vale apareceu na pesquisa; a questão do acesso à escola, à educação do campo, um direito, de que como é difícil manter a escola e criar uma escola de acampamento e aí depois manter uma escola em área de assentamento ou numa comunidade rural, porque já tem poucas crianças e porque o município e o estado não se colocam como responsáveis de garantir esse direito à educação dos povos do campo, cada vez a gente vê menos escolas, né? Só que daí, é que nem eu, eu fiz o meu ensino médio tendo que ir todos os dias para a cidade, na época ainda tinha ônibus, mas eram 30 quilômetros pra ir e 30 quilômetros pra voltar, estrada de terra serra acima, serra abaixo, né? E os jovens até hoje colocam essas mesmas dificuldades, assim, de acesso à internet, de acesso à energia. Lá em Caemborá também, até hoje lá em casa onde nós, lá na casa da minha família não pega telefone celular, deu qualquer chavinha, se vai a luz. Então como essa garantia dos direitos básicos não é garantida para as populações do campo e isso apareceu muito fortemente, muito interessante na visão da gurizada e eles se sentiram parte do processo e isso foi bonito, eles olharam a apresentação, o início da apresentação juntinhos assim, aparecendo, se juntaram para olhar, então, eles estão lá na escola agora, aa *arpillera* possibilita com que os atores se sintam parte direta da tua pesquisa e isso foi importante assim [ruído]. Acho que um pouco é isso, assim, claro, tem vários desdobramentos, acho que eu não consegui fazer tudo que eu queria fazer, mas também não dá para fazer tudo que a gente quer fazer no mestrado, né? [risos] Eu não abordei as questões de gênero, não entrei na questão do papel da mulher, não quis me deter a isso, porque eu estava estudando a questão da violação dos direitos humanos e a educação do campo, então eu achei que seria muita coisa se eu pegasse, porque esse viés de gênero merece um estudo a parte, porque senão ia ficar só uma pincelada e nada mais.

Aline: Mas muito legal mesmo, tão bonito saber dessa tua pesquisa, já fiquei curiosa pra ler a dissertação, se quiser me mandar ou me mandar o link quando tiver no repositório, eu ficaria bem feliz de ler. E eu acho que a entrevista é isso, eu te agradeço pelo teu tempo e pelas informações preciosas da tua memória familiar, da tua memória dessa construção das *arpilleras*, eu te agradeço mesmo pela entrevista. Não sei se tu tens mais alguma coisa que tu queiras colocar sobre as *arpilleras*, sobre o teu processo de pesquisa, sobre a questão das barragens... Temos tempo ainda.

Louise: Não, só uma questão que eu vinha pensando durante o mestrado e aí até para te perguntar: as tuas referências, não sei se tu já paraste pra pensar, mas as tuas referências de pesquisa são todas da América Latina?

Aline: Muitas são, outras não. Tentando ainda formar esse quadro teórico agora... Porque uma coisa é o projeto que a gente faz para entrar e outra ele vai se transformando, né? Eu tô tentando agora, como foi um dado que apareceu muito nas entrevistas e nas minhas leituras essa questão da educação popular, tenho tentado trazer o Paulo Freire, a bell hooks pra discussão, bell hooks não é da América Latina, mas tentando trazer já o Paulo Freire, e aí, tentando trazer para discutir questões de subalternidade o Gramsci, que não é da América Latina, é europeu, e o Raymond Williams, mas tenho tentado trazer também a Marjorie Agosín, que é do Chile, e tem muitas autoras mulheres que estão também tratando das *arpilleras* e também nas dissertações e teses que já foram feitas. Mas aceito sugestões, é sempre importante.

Louise: Não, é que uma das coisas que eu cuidei bastante no mestrado foi não pegar nenhuma referência norte-americana ou europeia e por mais que... É aquilo [risos], a gente volta e meia se lembra do Gramsci, do Marx, desses mais clássicos, mas acho que é um desafio até pra gente conseguir provar para dentro da academia de que é possível fazer uma produção de conhecimento a partir dos olhares do sul, eu acho que esse é um debate bem interessante, de que a gente não precisa se referenciar a Marx para falar de Marx, então como que a gente vai construindo esses outros caminhos, né? Eu usei o Frantz Fanon, do Caribe, muito interessante...

Aline: Gosto muito. Eu li recentemente agora o livro dele, *Pele Negra, Máscaras Brancas*.

Louise: Eu li o *Condenados da Terra*, o Paulo Freire fala do Fanon num prefácio dele. Para falar sobre memória, memória social, eu achei uma escritora argentina muito interessante, a Elizabeth Jelin...

Aline: Vou anotar aqui.

Louise: Que ela coloca esse outro patamar de memória. Ela não discute, que nem o Le Goff fala de história e memória, ela discute a memória social construída individualmente, mas ela

tem a base coletiva, porque a memória não é só tua. Então para falar de movimento social, nossa, foi uma luva a Elizabeth Jelin, foi um achado que eu não conhecia, sabe?

Aline: Sabe que até isso é o bonito de fazer entrevista, por exemplo, quando eu fiz a entrevista também com a Tatiane, ela me falou da Safiotti, falou de outras autoras, assim, e acho que o próprio fazer da entrevista vai dando esse arcabouço teórico, a gente vai encontrando outros referenciais possíveis, né? Uma coisa que pra mim é importante, mais do que o lugar geográfico, de onde vem o autor, é também o referencial de classe, então para mim, no momento de concepção do projeto fazia muito sentido trazer tanto o Gramsci, que não vem de uma classe alta, no histórico da vida dele, o Williams também não, ele vem de uma família de ferroviários, então para mim esse outro dado também é importante. Mas claro, o dado geográfico é bem importante para pensar as concepções coletivas, de que a gente também é capaz produzir, teorizar e organizar esse saber que é nosso.

Louise: É, a Elizabeth Jelin trabalha muito a questão da memória social durante a época da ditadura na Argentina, né? Então ela é muito interessante, assim. Eu consegui a referência dela por uma tese de doutorado em História da UFRGS... Como é que é o nome da menina? Eu achei nas referências dela, que ela trabalhava sobre memória social por conta da ditadura no Brasil e aí ela pegou a Jelin como referência e foi o único livro que eu consegui sem pagar, sabe? Consegui em pdf o livro e foi muito interessante.

Aline: Importante, eu gosto muito de pdfs [risos] Nesses tempos de pandemia também que agora as bibliotecas da UFRGS estão fechadas já há dois anos e inclusive pensando questões de impostos com os livros, que agora teve toda uma discussão também, é dureza, é difícil pra quem precisa estudar, pesquisar...

Louise: É, porque às vezes tu nem conheces direito, daí tu vais comprar e tu nem vais usar. Então é um processo difícil esse negócio de ter livro.

Aline: Uma questão bem importante.

Louise: Não, mas acho que isso, assim, que como tu está escrevendo sobre a arte, a *arpillera* não é só uma arte... A *arpillera* perpassa essa questão.

Aline: É, a gente acaba tentando não perder de vista o objeto artístico para escrever, mas a gente está quase que usando aquilo para também trazer, o objeto pede as discussões, é a obra de arte, as *arpilleras*, ela pede essas discussões de classe, de gênero, questões ambientais, então a gente vai na arte também tentando fazer esse caminho interdisciplinar, transdisciplinar... Pra tentar compor as referências, a gente não está falando só de arte, a gente quer falar de outras coisas, né?

Louise: Claro que se pegar a *arpillera* e analisar só a estética dela, tem várias coisas para falar, que... Para terminar assim, que uma das coisas que a gente fez quando fez a exposição do Memorial da América Latina, nós observamos, além de ter em algumas peças esse tecido de cunho sentimental, esse tecido de alguma pessoa, de alguma referência de luta, as *arpilleras* do Nordeste eram muito mais coloridas, então, e as *arpilleras* do Sul eram muito mais em tons marrons, em tons azuis, não tinha muito esse... E acho que é um pouco isso também reflete um pouco do que é o povo que está costurando, que é isso daquela realidade, de como aquele povo consegue se identificar a partir daquela realidade, é interessante fazer essa análise também mais de aparência também, não sei, da própria estética, de como foi construída, né?

Aline: É, é que a estética não é só o aquela coisa imediata que o olho captura, são as outras coisas que depois a gente começa a pensar, né? E as discussões que aquilo vai trazer, que forma e conteúdo estão sempre juntas ali. No fim, isso é algo que até no meu trabalho de mediação aparece muito, que a gente está ali falando de alguma uma obra artística, mediando, e a gente acaba mediando a vida e falando de outras coisas, a partir daquilo a gente vai abrindo horizontes e falando de outras, né?

Louise: Sim, é. Falando nisso, a Violeta Parra, que fez algumas *arpilleras* de uma forma diferente também, não é como o MAB se apropriou, mas tem o museu da Violeta Parra, que tem o site e aí, não sei se tu já viste que tem uns links, eu não sei se abrem no YouTube ou se abrem na página do museu, deles explicando as *arpilleras*. É muito interessante esse processo assim, porque é isso, se não tem a história junto, tu não consegues entender a *arpillera* só de olhar, né?

Aline: Sim, e a Violeta, eu gosto muito dela, como ela é excepcional pra América Latina, e ela também coletou esse folclore do povo mapuche do Chile, tem um trabalho bem bonito, de contribuir para o resgate da memória do povo dela, nosso. É bem interessante assim.

Louise: Mas tá bem, acho que era isso.

Aline: Acha que é isso?

Louise: Que aí...

Aline: Vou interromper... Opa, pode falar.

Louise: Não, não, pode interromper, é que quando alguém pede da pesquisa e a gente está empolgada ainda dentro do processo do negócio, a gente fica, fica, fica e fala, fala, fala [risos].

Aline: Mas é importante, isso sempre contribui. Todas as entrevistas que eu fiz até agora, a Daiane trouxe muitos dados, muitas fontes, muitos referenciais e dados concretos do trabalho com as *arpilleras*, a Tatiane também trouxe referenciais mais feministas e a gente vai também...

Louise: É que é onde cada uma está mais inserida, né? [risos]

Aline: E é importante porque isso vai compondo, bom, tu passaste por esse processo, a pesquisa vai se construindo, então, é a partir também dessa troca com o outro, do ouvir, essa coisa do ouvir, através das entrevistas também, que a gente vai meio que pescando e coletando esses outros referenciais que são tão importantes, né? E também cada uma de vocês já é um referencial para mim nessas entrevistas. Te agradeço, Louise, acho que foi ótima tua fala aqui. Vou interromper a gravação então.

ENTREVISTA COM ESTHER VITAL GARCÍA CONTI, 39 ANOS, ESPANHOLA, COLABORADORA NA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)

03 de março de 2022 | Plataforma Jitsi

Aline: Esther, me conta um pouco de ti, do teu trabalho com as *arpilleras* e da tua relação também com o Brasil.

Esther: Bom, as *arpilleras* entraram na minha vida em 2008, quando eu estava morando na Irlanda, e eu estava fazendo meu trabalho de mestrado também, que na verdade era uma espécie de especialização que tinha o foco de trabalhar a ação internacional humanitária e, dentro desse mestrado, era um mestrado interuniversitário de uma rede de universidades da Europa, e então você podia escolher a especialização. E eu me especializei em sociedades em transição. E aí eu fui para Dublin, para fazer essa parte da especialização, porque me interessava ver, de alguma forma, no quanto a gente pode ter uma intervenção humanitária no conflito, mas como que a gente reconstrói o tecido social depois de um conflito. Então, lá em Dublin o mestrado era sobre sociedades divididas e, na Irlanda, teve um conflito recente, né? *The Troubles*¹⁴, e então eu estava bem interessada em trabalhar nesse contexto. Aí eu fiz um contato com um professor que eu tinha, que eu gostava muito dele, que chama Carlos Martin Beristain, hoje é membro da Comissão da Verdade lá na Colômbia, ele tem um trabalho muito incrível e aí ele me apresentou a uma amiga dele, que é a Roberta Bacic, que ela é... Bom, ela é chilena, ela viveu a ditadura no Chile, também ela foi relatora da Comissão da Verdade no Chile, e ela, na época da ditadura, acompanhou *arpilleristas*, fazendo *arpilleras*, grupos de *arpilleristas* e ajudou muito na distribuição das *arpilleras* e... Deixa eu fechar aqui a porta, porque senão eles vão nos atrapalhar.

Aline: Tranquilo.

Esther: Enfim, voltando [risos], então a Roberta, quando terminou o trabalho como relatora na Comissão, ela viajou para a Europa, foi trabalhar em Londres, numa instituição de direitos humanos e tal, mas ela tinha ficado muito com essa coisa de que durante a Comissão tinham

¹⁴ Conflito étnico-nacionalista na Irlanda do Norte, com raízes históricas, com uma série de revoltas que se estendeu de 1968 a 1998, envolvendo a maioria protestante (identificada com a Grã-Bretanha) e a minoria católica (identificada com a República Irlandesa).

testemunhas, pessoas que ficavam de fora, como se a Comissão não tivesse dado conta de recolher as vivências das comunidades. E aí, quando ela estava na Europa, ela começou a fazer contatos com instituições, pessoas que tinham comprado *arpilleras* na época e começou a fazer uma coleção. E então o Carlos me apresentou a Roberta e, quando eu fui conhecer ela, ela estava justo prestes a lançar a primeira exposição internacional de *arpilleras* em Derry, no lugar onde ela mora, na verdade, que é uma cidade pequena na Irlanda do Norte, que sofreu muito na época do conflito na Irlanda do Norte. E ela estava fazendo uma superexposição lá que tinha *arpilleras* chilenas, mas tinha também quilts, que são como colchas de tecido, tanto da parte do conflito das mulheres protestantes quanto das católicas, né? Então ela fez uma exposição incrível, colocando tudo isso junto, mas fazendo de alguma forma, ela conseguiu colocar as peças protestantes nos espaços católicos e as católicas nos espaços protestantes. Então ela começou um trabalho muito de interligar esses espaços sociais que não se dialogavam e criar esses espaços de encontro de refletir sobre a perda comum durante essa época. Então eu cheguei quando ela estava montando esse trabalho. E aí eu fiquei encantada. Então eu decidi fazer o meu trabalho sobre as *arpilleras*, sobre essa experiência que ela estava desenvolvendo na Irlanda do Norte, e aí eu mergulhei nesse universo e nunca mais saí dele [risos]. É um pouco assim como eu conheci as *arpilleras*. Aí, depois de eu terminar o mestrado, eu viajei para a Palestina, fiquei um tempo lá, contribuindo nos comitês de mulheres Palestinas, a gente teve inclusive algumas experiências com *arpilleras*, aí voltei pra Europa, a gente fez algumas experiências com população migrante, migrada, mas eu estava numa época lá que eu já tinha conhecido meu marido Giuliano, que eu conheci no tempo que eu conheci as *arpilleras*, eu falo que eu conheci na Irlanda os dois meus amores da vida, que é o Giuliano e as *arpilleras*, e a gente decidiu ir provar a sorte no Brasil, foi muito assim, só que eu tive a grande sorte de, com a mesma ONG [Mundubat] que eu tinha ido pra Palestina, ela tinha uns trabalhos pra encerrar no Brasil, aí ela me contratou. Então eu cheguei no Brasil para fazer um trabalho de assessoramento aos movimentos sociais, que tinham projetos pra encerrar com essa organização. E esses movimentos sociais eram Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MAB e a Marcha Mundial das Mulheres, então, tive a grande sorte de chegar no Brasil e entrar pela porta grande, porque tive, sei lá, a sorte de conhecer de perto esses movimentos sociais, que acho que são um privilégio muito grande. Então quando eu já cheguei no Brasil, esse contrato com essa ONG terminou e eu comecei a contribuir diretamente na Secretaria Nacional do MAB, na área de projetos mesmo, de gestão de projetos de cooperação internacional, e aí que começou essa ideia a se discutir... Eu já conhecia as mulheres do MAB, conheci o trabalho que elas desenvolvem e nessa época o

coletivo de mulheres estava meio se reestruturando, estava com uma proposta muito forte internamente de criar espaços de auto-organização próprios e começar mesmo a desenvolver um trabalho intencional com as mulheres, então foi assim que mais ou menos as coisas começaram a se alinhar, né?

Aline: E só pra deixar registrado, Esther, a tua primeira formação é em qual área?

Esther: Eu estudei psicologia na Universidade de Salamanca.

Aline: E o nome da ONG para a qual tu trabalhaste?

Esther: Mundubat se chama. É um nome euskera, porque é daqui da região do país Basco.

Aline: Você tinha mencionado a Roberta Bacic, e a Roberta fez uma exposição aqui no Brasil, *Arpilleras da Resistência Política Chilena*, que rodou várias cidades, você teve alguma participação nesse projeto?

Esther: Então, na primeira vez que chegou essa exposição no Memorial da Resistência de São Paulo, eu ajudei a Roberta a montar toda a parte educativa, então eu fiquei coordenando as oficinas, porque a Roberta, sempre que faz exposição, a exposição é um dispositivo de alguma forma para a gente poder fazer outro tipo de atividades, sejam oficinas, sejam seminários, seja o que for que cria esses nexos, né? Esses espaços de encontro entre a sociedade e as *arpilleras*, e a gente poder de alguma forma fazer essa formação de público, esse é um foco muito grande, assim, criar tecido social. É como se as *arpilleras* tecessem em vários planos. Então, precisamente foi lá nessas oficinas que a gente fez no marco dessa exposição, que no MAB a gente estava discutindo um projeto grande que a gente tinha de alguma forma, estava querendo colocar num edital da União Europeia e era um projeto de formação de defensoras de direitos humanos, só que a gente queria fazer um trabalho intencional e diferenciado com as mulheres, porque a gente já tinha feito, vamos falar, um trabalho de diagnóstico e um levantamento, de alguma forma, dos impactos, que as barragens têm específicos na vida das mulheres atingidas, mas a gente queria aprofundar de alguma forma e queria, nesse processo de aprofundamento, envolver as nossas bases, as nossas mulheres nas pontas para elas também de alguma forma não só fazer um processo de documentação, mas que esse processo deixasse um acúmulo político, um acúmulo de

organização. Então aí que eu propus, de alguma forma, trabalhar com as *arpilleras*, para fazer essa documentação das violações das mulheres e nessa época estava com essa exposição rolando e eu estava fazendo oficinas e aí eu convidei algumas das mulheres da coordenação nacional para participar dessas oficinas e ver a exposição, porque é muito diferente você falar do que são as *arpilleras* e outra coisa é as pessoas entenderem, vivenciar a experiência das *arpilleras*. Então, eu acho que esse foi o disparador, o momento no qual as mulheres do MAB realmente entenderam o que as *arpilleras* são, e não porque alguém vai lá e conta, mas porque elas vivenciam isso, e elas conseguem participar de fato, numa oficina onde se fazem *arpilleras* e se trabalha nesse marco também tão simbólico do Memorial da Resistência. A partir daí já foi meio que dado que a gente iria fazer *arpilleras* com as mulheres do MAB e esse edital viabilizou de alguma forma, tanto política como economicamente que isso acontecesse. Mas depois a Roberta, quando a exposição no Memorial da Resistência ganhou um outro edital, que foi o Edital da Comissão da Anistia, Marcas da Memória, para rodar pelo Brasil, aí ela não podia vir no Brasil, aí eu fiz a curadoria, fui essa existência da curadoria e aí foram muitas oficinas, foi montar desmontar exposição, nossa, foi muito intenso esse ano mesmo, com a exposição, foi muito rico e foi também, para mim, foi uma oportunidade também de vivenciar e ver o poder que têm as *arpilleras* chilenas e a relação que elas podem gerar até também no Brasil o quanto que elas eram bem acolhidas no contexto brasileiro e o quanto elas tinham esse poder de conversar sobre o passado no Brasil e não só no Chile, mas de entender como que essa ditadura, que muitas vezes as pessoas chegavam na exposição e falavam de “ditabranda”, né, mudavam totalmente a opinião depois de passar por essa experiência de ver as *arpilleras*, conhecer a história, e poder também de alguma forma experienciar a linguagem têxtil, fazer oficina, fazer *arpillera*.

Aline: Você comentou dessa experiência e montar, desmontar exposição, dessa das *arpilleras* chilenas, e eu queria saber quais foram assim os resultados desse projeto, por exemplo, você sabe dizer quantas pessoas visitaram a exposição depois que ela participou desse edital da Comissão da Anistia e passou por várias cidades, tem números de quantas pessoas chegaram a visitar essa exposição? Ou se teve algum retorno interessante do público, alguém que... Enfim, quais tuas percepções dos resultados?

Esther: Olha, bom, números teve, tem até um site¹⁵ que a gente criou onde tem todo esse processo de oficinas e tudo mais registrado, agora não posso falar assim de número fixo, mas teve muita articulação com grupos, movimentos, então, a partir desse processo muitas experiências nasceram assim, não só a do MAB, que eu acho a mais significativa, mas não só no Brasil acho que no nível mundial, a experiência do MAB é uma das mais significativas até por ser uma experiência estruturada dentro do movimento social, com um método de organização que já vinha anterior às próprias *arpilleras* e isso fez de alguma forma elas irradiar de uma forma e diferencial, eu acredito. Mas naquele processo teve um monte de grupos, em São Paulo teve muito trabalho que rodou, por exemplo, teve um livro de parte das caiçaras que aconteceu em Cananeia¹⁶, com uma companheira que estava fazendo um trabalho de documentação sobre parteiras tradicionais caiçaras, lembro porque ela participou. A partir também daí teve muitas oficinas que foram nos SESC's porque rodaram muitas oficinas nos SESC's também. Teve uma mulher que hoje faz parte do grupo de Linhas de Sampa, não sei se você conhece, que é mãe da Marina, que na época era da Secretaria também do MAB, ela trabalhava no campo da saúde mental e fez um projeto muito interessante com pessoas de saúde mental; teve também um grupo, que chama Cecília, era vinculada à universidade que está no Ibirapuera, meio ambiente, agora não lembro muito bem o nome, mas ela fez um trabalho que acho que até hoje ela trabalha com as *arpilleras*, com essas temáticas mais ambientais com público mais geral, teve uma mulher que era professora de História, que fez uma *arpillera* sobre a ditadura brasileira. Essa *arpillera* depois faz parte do acervo da Roberta Bacic e tem rodado em muitos lugares e hoje está exposta no México junto com uma das últimas exposições da Roberta, que era seguindo as pegadas dos desaparecidos; então assim, em Brasília veio um monte da Marcha Mundial, em Porto Alegre muitas oficinas, por exemplo, se você dar uma olhada lá, tem até uns grupos, tinha um grupo bem ativo lá em Porto Alegre que trabalhava com essas questões de memória; depois com o Núcleo da Memória, que é uma instituição de ex-presos políticos também se fez muito trabalho, até hoje a gente está com parcerias, enfim, é imensurável, acredito, o trabalho que teve as *arpilleras* na época e ainda continua se espalhando, né? O último trabalho que a gente fez, que foi de forma virtual, a gente fez com as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com MST, no acampamento Marielle Vive, tem uma rede de saúde mental de psicólogos que eu faço parte que acompanha o MST, e a partir daí a gente fez um plano pra trabalhar com as *arpilleras*, com grupos, com formadores. No início estava mais dirigido para os próprios

¹⁵ Disponível em: <https://arpillerasdaresistencia.wordpress.com/> Acesso em: 20 jul. 2023.

¹⁶ Ver nota 12.

psicólogos que fazem parte da rede que acompanha grupos do MST, mas acabou entrando muito na base e as mulheres do acampamento Marielle fizeram muitas *arpilleras*, aí na época que teve agora para desapropriar, elas ficaram bem firmes no bordado também, elas usaram as *arpilleras* como forma de resistência e continuam fazendo assim. A gente agora vai começar provavelmente um trabalho com as próprias dirigentes do MST pra trabalhar com as *arpilleras*, então acredito que o próprio MAB, depois virou um ator muito importante para espalhar a técnica e fez infinitas oficinas abertas pra sindicatos, pra mulheres da universidade, enfim. Difícil de colocar números ou de mensurar, agora, eu acredito que foi fundamental essa exposição, acredito que lá é o ponto de partida para o que a gente vive hoje com as *arpilleras* no Brasil, que é uma coisa que já está virando mais conhecida, né?

Aline: Esther, você estava comentando sobre as oficinas e, pelo que eu pesquisei, algumas mulheres no MAB participaram de uma oficina na Argentina com a Roberta, não é? Pra aprender a técnica da *arpillera*. Então, você pode me contar um pouco como foi essa experiência?

Esther: Então, isso foi também bem importante porque assim, quando a gente decidiu no MAB, assim, vamos fazer *arpilleras* com as mulheres, então a gente ganhou aquele edital, que na época a gente estava começando todo esse processo ainda e não é fácil de ganhar um edital da União Europeia e era um edital grande, e aí, quando a gente teve essa confirmação de que ia ter recurso para fazer as oficinas, mesmo que a gente já tinha decidido politicamente que ia fazer esse trabalho, a gente pensou numa metodologia que não... Uma das preocupações das mulheres do MAB era que não virasse um trabalho paralelo ao trabalho de educação popular que elas já estão fazendo. Elas queriam que o método do MAB, o método de formação que elas já tinham de alguma forma colocado em prática e que funciona com as comunidades e com os grupos de base e com tudo que eles trabalham fosse o núcleo do trabalho de formação com as *arpilleras*, elas não queriam despolitizar as *arpilleras*, elas queriam que as *arpilleras* fossem uma ferramenta pra fazer o trabalho de formação de base. Então a gente já pensou desde o início numa forma de trabalhar com as mulheres, a gente trabalha de uma forma de multiplicação, então a gente, de alguma forma, o movimento já identifica pessoas, dentro dos quadros do movimento que podem fazer essa função de multiplicar aquele conhecimento nas suas comunidades. Então, o primeiro que a gente fez foi criar uma espécie de grupo que iria primeiro conhecer de primeira mão a linguagem das *arpilleras* e, quando a gente foi começar o projeto, a Roberta estava levando uma coleção,

uma exposição de *arpilleras* para o Parque da Memória na Argentina e essa exposição tinha mais de cem peças e foi uma exposição muito, muito potente e o simbolismo de estar lá no Rio da Prata onde foram jogados os corpos, enfim, com todo esse simbolismo do Memorial aos mortos da ditadura na Argentina, e então a gente já tinha previsto no próprio projeto de fazer uma espécie de oficina de formação de formadoras. Com aquelas que depois multiplicariam a técnica nas regiões, mas aí a gente teve essa oportunidade de poder fazer essa viagem de ficar lá um tempo aprendendo e vivenciando, porque acredito que a *arpillera* é uma linguagem que precisa experimentar com todo o corpo e então a gente foi lá, a gente organizou essa viagem, foram onze companheiras que a gente conseguiu levar para a Argentina e ficamos lá durante três, quatro dias. A ideia foi assim: com a Roberta, a gente visitou a exposição, fez a oficina de *arpilleras* com ela e com duas artistas têxteis bem renomadas na Argentina, bom, depois eu te passo os nomes, porque são duas Anas¹⁷, mas os sobrenomes agora eu não vou saber falar direito, e a gente conversou muito com a Roberta, ela apresentou várias outras experiências ao redor do mundo da apropriação da *arpillera* pra fazer um processo, vamos dizer, de educação política em diversos assuntos. A gente viu a experiência da Colômbia, de Zimbábue, enfim, de vários lugares, e a gente teve essa sorte de poder dividir, e quais que seriam as expectativas, qual era a forma de trabalho do movimento, quais eram as problemáticas, né? E a Roberta apresentou vários exemplos, várias outras *arpilleras* que tinham sido criadas nesses outros contextos, falou muito dos processos de criação e a gente ficou pensando também em como estruturar as oficinas naquela época assim, foi criando uma espécie de corpo dentro do movimento que já estava se especializando nessa linguagem, que já estava praticando, mas não só como fazer, mas como fazer de uma forma que isso crie processos multiplicativos, né? E como adaptar isso para as mulheres, para as particularidades das mulheres atingidas, porque o MAB é um movimento que tem já umas particularidades, tanto históricas, quanto um método organizativo, quanto... Bom, uma dimensão muito maior que outros grupos que tinham feito *arpilleras*, que eram muito mais localizados. A gente estava pensando em fazer alguma coisa, assim, nacional, então, era pegar todos esses aprendizados e todas essas experiências que a Roberta carrega com ela e transportar pra realidade das mulheres atingidas. Mas a gente não finalizava só com essa oficina, essa era como se fosse criar um núcleo que atendesse, ia pegar essa coisa mais da técnica da *arpillera*, mas íamos fazer depois um encontro nacional de mulheres, aonde já participavam, não sei, umas 70, 80 mulheres, de todas as comunidades e aí sim que a gente

¹⁷ Ana Zlatkes e Mirta Zak

fez um processo de multiplicação junto com essas mulheres que viajaram à Argentina, a gente ficou na tarefa de pensar esse momento de multiplicação com o resto das companheiras e levar uma proposta de estruturação de oficina. Mas isso só foi fechado e estruturado no Encontro Nacional [da Coordenação] das Mulheres do MAB. E lá na Argentina nasceu a primeira *arpillera* do MAB que também faz parte do acervo da Roberta Bacic, hoje ela foi doada para a coleção Conflict Textiles e é interessante porque, se você entra no site da Roberta, não sei se você já entrou no site Conflict Textiles, você pode fazer pesquisa das peças e aí, se você bota ela, vai aparecer todas as exposições internacionais que participou, então, é interessante como essa ferramenta de procura do site da Roberta porque dá para seguir o caminho que a *arpillera* do MAB fez no nível internacional¹⁸. Estava já sem as mulheres atingidas, mas por conta própria a mensagem foi sendo levada para outro lugar. Mas assim só pra ligar. Depois nessa outra grande oficina, bom, oficina dentro do encontro nacional das mulheres, a gente já fez as *arpilleras* de uma forma bem direcionada porque a gente tinha, ou seja, o propósito de fazer *arpilleras* no MAB, em um primeiro momento, era fazer um mapa da violação de direitos específicos da mulher atingida e, como eu te falei, isso já não foi uma coisa nova com as *arpilleras*, isso já tinha sido feito antes no MAB, já tinha um levantamento de quais que seriam os eixos de violação que as mulheres atingidas identificavam, então todo o trabalho de documentação com as *arpilleras*, foi estruturado dentro desses eixos de violação que existiam: mulher e o mundo do trabalho, violência contra as mulheres, conexão com a terra, enfim, tinham vários eixos que a gente vinha trabalhando. Então a gente dividiu o grupo de umas 75 mulheres, por eixo, e cada grupo já fez uma primeira *arpillera* que tivesse a ver com essa temática, que eram *arpilleras* gerais, assim, que traziam muito o geral desse bloco, desse eixo de violação e de alguma forma já foram lá decididos ou consensuados os materiais que a gente iria trabalhar nas oficinas que faríamos depois nos locais, então foi um processo, de transpassar a técnica, mas também organizativo de identificar quais que seriam as mulheres que ficariam responsáveis por levar e por implementar as oficinas nas regiões, organizar as mulheres em cada lugar, chamar pra fazer e adaptar de alguma forma o que seria o currículo da oficina, ou a estrutura da oficina para cada realidade. Porque, sei lá, tem regiões aonde é mais fácil você fazer na comunidade e fazer com cada comunidade, outras é melhor fazer num lugar mais cêntrico e trazer as mulheres escolhidas para fazer, então, em cada lugar se fez conforme as especificidades do lugar. Mas a gente estruturou sim quais seriam esses eixos que a gente trabalharia em todos os lugares e a

¹⁸ Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/search-quilts2/fulltextiles1/?id=318> Acesso em: 20 jul. 2023.

gente elaborou também alguns materiais de formação, tanto apresentação de PowerPoint, mas não só da história, por exemplo, das *arpilleras* chilenas, quanto dos eixos da violação das mulheres, que a gente já tinha identificado, então, foi um trabalho bem rico assim, tinha essa referência de *arpilleras* do mundo, mas tinha muitas especificidades das violações das mulheres atingidas.

Aline: Você comentou que, na Argentina, a Roberta apresentou para esse primeiro grupo do MAB outras experiências com *arpilleras* pelo mundo, e você estava comentando desse processo multiplicativo do fazer da *arpillera*, então, você pode comentar um pouco sobre isso, assim, como que as *arpilleras* estão presentes em outros países, em outras regiões do mundo para além do Chile e do Brasil? Você já comentou um pouco da Irlanda, né? Mas têm outras experiências que rodam o mundo.

Esther: Tem muita coisa acontecendo. Acredito que já pouco depois da época da ditadura no Chile, o Peru foi um dos lugares aonde a técnica foi espalhada tem até uma rixinha de saber, que não sabe aonde começou antes, se foi no Peru ou no Chile, mas lá no Peru, na região de Ayacucho, por exemplo, tem um grupo de mulheres *arpilleristas*, que chama Mujeres Creativas, que elas, inclusive assim, a primeira *arpillera* que eu vi assim era peruana e era uma *arpillera* enorme, gigante, de um grupo de mulheres que tinham sido vítimas do conflito entre Sendero Luminoso e os paramilitares lá naquela região e tiveram que fugir da comunidade, ficar em Lima um tempo, lá nas favelas, e depois elas voltaram, conseguiram voltar pra comunidade, então fizeram uma *arpillera* que chama *Ontem e Hoje*¹⁹, que retrata um pouco o antes e o depois delas terem fugido pelo conflito, e essa *arpillera* foi um dos primeiros testemunhos têxteis que foram aceitados numa Comissão da Verdade, foi aceita na Comissão da Verdade do Peru e até hoje tem esse grupo de Mujeres Creativas em Lima²⁰ que fazem *arpilleras* lindíssimas sobre a realidade dos acampamentos lá em Lima, das próprias oficinas, e as *arpilleras* peruanas são... Tem a *arpillera* da dívida externa, tinha umas... E são visualmente e artisticamente as *arpilleras* peruanas são muito bem feitas, são muito lindas, são todas muito padronizadas, assim, e têm uma linguagem muito própria assim. E parece que chegaram lá no Peru, tem uma história de uma amiga da Roberta, que é a Guadalupe, que ela foi assassinada, foi desaparecida, mas ela foi, perdeu o marido, o companheiro dela no Peru,

¹⁹ Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/search-quilts2/fulltextiles1/?id=198> Acesso em: 20 jul. 2023.

²⁰ Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/search-quilts2/searchtextiles1/?quilter=TL,%20Mujeres%20Creativas%20Workshop> Acesso em: 20 jul. 2023.

ela foi se refugiar na casa da Roberta, fez umas *arpilleras* com as roupas das bonecas das filhas da Roberta, depois ela voltou pra Ayacucho e foi desaparecida. Essas *arpilleras*, de *Recuerdos de Guadalupe*²¹, ela tem na coleção, é uma das histórias que mais me impacta assim, enfim, das histórias que se vêm sabendo depois, dos tecidos, né? Mas, por exemplo, na Colômbia, a gente viu várias *arpilleras* também do processo da Colômbia que tem um grupo, que são mulheres que também tecem pelo conflito e tem várias *arpilleras* muito interessantes, depois tem as Bordadeiras pela Memória, porque, por exemplo, na Colômbia tem *arpilleristas*, mas tem também bordadeiras, que não são *arpilleristas*, mas trabalham com a costura toda essa parte das perdas do conflito. Na América Latina, no México²², agora, por exemplo, é a segunda vez que a Roberta vai com exposição e que também já teve muitas reverberações e agora estava tendo... Se você visitar o site, você vai ver, tem uma exposição mexicana sobre a violência de gênero contra as mulheres, que está sendo junto com essa exposição dos desaparecidos. Que eu conheço bem na Espanha teve muita reverberação as *arpilleras*, porque teve um grupo em Catalunha que eu principalmente acompanho, que elas participaram desde o começo, que a Roberta fez uma exposição, levou uma exposição pra Catalunha e lá começaram a fazer *arpilleras* num bairro, como se fosse a periferia grande de Barcelona, que é Badalona, é uma região de imigração, assim, é um bairro bem particular, com muito multicultural e que tem uma espécie de espaço cultural, educacional, que faz trabalho com as diferentes culturas que estão aí. E lá se criou um grupo de *arpilleristas*, primeiro fizeram um grupo que trabalharam histórias de migrantes espanholas que tinham se alocado lá, mas que eram do sul da Espanha e que tinham fugido da Guerra Civil [1936–1939]. Então eram mulheres muito velhas, muito idosas, mas que tinham todas essas histórias da Guerra Civil que ainda não tinham sido contadas. Então elas foram as primeiras *arpilleras* espanholas, assim, que são muito fortes as histórias que carregam, assim, da Guerra Civil. Tem a história das mulheres que cortavam, que deixavam carecas, davam ordem pra elas passearem na ditadura, enfim, têm umas histórias retratadas de uma forma muito simples, mas são visualmente muito fortes essas histórias. Mas esse grupo começou a se apropriar, aconteceu um pouco como o MAB, também se apropriou da linguagem da *arpillera* e foi fazer para muitas coisas, então elas têm uma produção muito forte, fizeram em escolas também contato lá nessa região e tem inclusive lá o Fórum de *Arpilleras* de Catalunha²³, que

²¹ Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/search-quilts2/fulltextiles1/?id=125> Acesso em: 20 jul. 2023.

²² Disponível em: <https://piedepagina.mx/tras-las-huellas-de-las-personas-desaparecidas-a-traves-de-la-fuerza-de-los-textiles/> Acesso em: 20 jul. 2023.

²³ Disponível em: <https://www.forumarpilleres.cat/> Acesso em: 20 jul. 2023.

foi um dos primeiros fóruns internacionais de *arpillera* que foi feito nessa região e tem muito trabalho lá, de vários grupos que trabalham. No país Basco também tem tido bastante trabalho; lá na Espanha, eu fiz um trabalho antes de ir para o Brasil com mulheres imigrantes, numa associação que chama Mujeres del Mundo Babel, mas também teve com as escolas, a gente fez o Segundo Fórum de *Arpilleras* que foi em São Sebastião, teve exposição no Museu de Guernica, no Museu de la Paz, então, lá nessa região teve também muito, muita proliferação de grupos que fizeram e tomaram isso. Na Irlanda do Norte hoje é uma das linguagens reconhecidas para trabalhar a questão do conflito, tanto no nível acadêmico quanto popular assim, a Roberta continua fazendo dois, três, quatro exposições por ano e muito trabalho, de todos os tipos, é lá onde o arquivo, na Universidade de Ulster, é onde se hospeda o arquivo das *arpilleras* da Roberta; mas na Europa tem na Alemanha, tem na Suécia, tem na Suíça, é que assim, é tantos grupos espalhados que não tem como falar. Tem uma experiência muito interessante, por exemplo, na África do Sul, que tem muitas *arpilleras* fazendo, teve também em Zimbábue, foi um grupo, assim, bem particular, que é um grupo bem pequeno, mas olha, para você ver a diferença, foi um dos grupos que acho que as mulheres do MAB mais se impactaram, porque é um grupo que uma amiga da Roberta estava fazendo um trabalho lá em Zimbábue, com uma ONG, alguma coisa assim, e ela trabalha com refugiados, assim, na África, não sei muito bem qual que é a ONG, nada mais, mas sei que essa comunidade tinha tido que fugir da sua, tiveram que deixar as casas, porque queimaram, a polícia chegou e queimou a comunidade²⁴ assim, e então elas fizeram uma *arpillera* registrando esse momento, mas uma *arpillera* enorme assim, umas bonecas grandes, e elas não tinham nada, não tinham sapato, nem mesa, fizeram mesmo com o que tinham assim, com a própria roupa, alguma teve que cortar a roupa própria para fazer e a *arpillera* é muito impactante e também é um grupo que até hoje trabalha com essa linguagem para denunciar e para continuar batalhando a reparação do que elas sofreram. Mas assim, tem um trabalho no Japão, por exemplo, que é bem interessante, porque tem um museu no Japão que recebeu uma caixa de *arpilleras* chilenas da época da ditadura, aí chamaram a Roberta para catalogar e fazer todo esse trabalho, então ela foi, levou também mais uma exposição, fizeram aquela exposição, e aí teve muito grupo que fez e então, bom, dá para ficar cansada de tanta experiência que tem.

²⁴ Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/search-quilts2/fulltextiles1/?id=276> Acesso em: 20 jul. 2023.

Aline: Você comentou agora, deu vários exemplos de *arpilleras* marcantes pra ti e eu queria perguntar assim, nesse processo todo, desde 2008, desse teu contato com as *arpilleras*, tem alguma peça ou algumas peças que mais te marcaram assim, que você conseguiria mencionar?

Esther: Bom, agora eu estou, a gente vai lançar agora um filme que a gente fez de animação em stop-motion sobre uma desaparecida política brasileira e eu acho que aquelas *arpilleras* que inspiraram muito o filme me marcam até hoje, né? Tem uma *arpillerista* em concreto, que chama Violeta Morales, que já morreu, uma *arpillerista* chilena, que ela tem feito muitas *arpilleras*, mas assim, eu gosto muito, a maioria das *arpilleras* eram anônimas, né? Mas esta mulher, que desapareceu o irmão dela e ela fez várias *arpilleras*. Tem, não sei se você já percebeu, mas têm alguns temas que nas *arpilleras* se repetem, mas têm várias *arpilleras* sobre essa temática, sei lá, a *Cueca Sola*, ou *¿Donde Están los Desaparecidos?*, enfim, ela tem praticamente todas essas registradas, feitas por ela, mas ela tem especificamente uma *arpillera* que chama *Sala de Tortura*²⁵, que é uma *arpillera* que ela fez depois de entrevistar sobreviventes da tortura no Chile e sempre me impactou sobremaneira essa *arpillera*, me impactou muito, porque ela é só em preto e branco, tem umas silhuetas, é uma forma de entender a vulnerabilidade da vida humana e de retratar essa desumanização da pessoa, de uma forma muito simples, mas muito contundente, assim. Então não só essa *arpillera*, mas várias *arpilleras* da Violeta Morales que eu gosto assim, que me impactam. E outra *arpillerista* que eu gosto muito é a Victoria Diaz Caro, ela é viva, eu conheço ela, ela é uma mulher que eu conheci lá no segundo encontro de arte têxtil e resistência no Chile, antes da pandemia começar, e ela tem também várias *arpilleras* da coleção no acervo da Roberta, mas também tá no Museu da Memória, tem várias, das duas *arpilleristas* que eu estou te falando, e ela tem várias, eu acho que ela desenvolveu uma estética própria dentro da *arpillera*, então, consigo reconhecer assim uma *arpillera* que é da Victoria Diaz²⁶, eu vejo a *arpillera* e já sei que é dela. Ela tem várias, tem do *Retorno dos Exilados*, tem árvore da vida, tem uma super *arpillera* que conta toda a história do pai dela. Tem uma que ficou exposta agora no SESC, porque fizeram uma exposição bem interessante e trouxeram cinco *arpilleras* do Museu da Memória, que a marcha das mulheres, que pra mim é muito simbólica, que tem todas as mulheres com os cartazes dos desaparecidos. Mas também têm me tocado muito *arpilleras* que são, essas são assim, que como artista têxtil você fica muito impressionado, mas tem, as

²⁵ Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/search-quilts2/fulltextiles1/?id=16> Acesso em: 20 jul. 2023.

²⁶ Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/search-quilts2/searchtextiles1/?quilter=Victoria%20Diaz%20Caro> Acesso em: 20 jul. 2023.

vezes, nas *arpilleras* anônimas que, aparentemente, são feitas sem muita técnica e de uma forma muito... Até quase infantil, eu diria, não sei, é muito simples na forma de se fazer, porque você consegue enxergar a falta de recurso da pessoa que fez, inclusive com a escrita de falta de ortografia, mas que me impactam profundamente e que não sei os nomes das autoras, mas tem uma que a Roberta me contou, que é acho que pela história que tem atrás, ela me contou que foi a primeira *arpillera* que ela comprou, é uma *arpillera* muito simples, que chama *No Tenemos Acceso a los Bienes Públicos*²⁷, se você procurar no acervo dela você acha, mas assim, ela é a típica *arpillera* muito simples, fala do ministério da educação, e fala com “s” no stand, e é só as coisas com um “x” assim, cruzado, é simples, mas é tão clara a mensagem, fica tão explícito, fica tão forte, fica tão contundente, fica tão óbvio o lugar da onde vem essa mensagem, que eu acho que o poder de comunicação de impacto é tanto e tão grande quanto de uma *arpillera* muito bem elaborada. Não sei se conseguir responder [risos].

Aline: Conseguiu sim, e eu queria perguntar qual é a tua percepção sobre o impacto das *arpilleras* na vida das mulheres, nessas zonas de conflito ou tanto na questão, entre as mulheres do MAB, né, enfim, sobreviventes da ditadura, no Chile, qual tua percepção sobre o impacto nessas pessoas?

Esther: Bom, eu acho assim, eu acho que a *arpillera* tem um poder muito forte de nos conectar com experiências universais humanas. E a principal conexão que a gente estabelece é com a experiência da vulnerabilidade da vida e eu acho que as *arpilleras* são uma linguagem pró-vida, mas porque elas nos mostram o quanto a vida é vulnerável. Então acredito que o grande poder delas é nos conectar desde algum lugar muito íntimo de cada pessoa que se aproxima, seja mulher, homem ou o que for, a essa experiência da vulnerabilidade da vida. E ela o faz de uma forma muito particular, porque o tecido, a materialidade da *arpillera*, e a própria simplicidade da *arpillera* faz com que você consiga se aproximar dessas experiências de sofrimento e de vulnerabilidade da vida, de uma forma segura. Você consegue acessar a isso, mas de uma forma segura, sem que isso te desguarde, então, ao invés de te desguardar, te atrai, e te faz entrar na história e querer saber mais sobre isso. Isso por um lado. Depois eu acredito que tem uma outra coisa: a linguagem verbal é uma linguagem que o ser humano desenvolveu que ela é muito rica, mas ao mesmo tempo ela é muito explícita e ela é muito... É como... Deixa pouco espaço para você conter mensagens, por exemplo, contraditórias. Na

²⁷ Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/search-quilts2/fulltextiles1/?id=29> Acesso em: 20 jul. 2023.

linguagem verbal você fala o branco e preto, mas você não fala uma coisa no meio, não sei como explicar, senão você tem que dar muita volta. Na *arpillera* não. A *arpillera* tem várias camadas de significado. Assim como tem várias camadas de tecido, o significado, o sentido da *arpillera* se constrói também em camadas, então, tem camadas que são mais óbvias e mais aparentes, mas tem camadas que são mais subjetivas e mais profundas. E acredito que isso combina muito pra falar de experiências complexas, como as que vivenciam as mulheres do MAB, por exemplo, porque você consegue colocar no mesmo pano uma contradição, e, ao mesmo tempo em que você explicita essa contradição, te ajuda a ir profundo para ter uma compreensão maior naquele momento que você está apresentando, então, acredito que essa linguagem mais simbólica, mais metafórica, com esse cuidado de não fugir o foco político que ela contém e, claro, desvincular do seu lugar, propicia isso, que as mulheres conseguem elaborar de alguma forma discursos mais genuínos. No caso das mulheres, quando você dá uma linguagem que não é essa linguagem verbal e que não é uma linguagem da fala, porque a gente historicamente tem tido dificuldade de se colocar para falar, os espaços também são fechados, né? Então dá uma possibilidade de elaborar mensagens que não estão tão contaminados pelo mainstream, né, pela narrativa oficial, pelo que a gente foi ensinada quando era pequena, como a sociedade quer que a gente avalie e interprete, então, eu acredito que dá essa possibilidade a *arpillera*, porque, primeiro, você não trabalha no tecido de uma forma linear. Você tem uma ideia, você começa a fazer, mas a *arpillera* toma conta, toma o protagonismo do processo, como se você virasse uma própria observadora do teu próprio discurso na hora em que você está fazendo e então vai ganhando sentido conforme você vai fazendo. Uma coisa muito mais experiencial, não uma coisa tão racional, então, ao envolver de alguma forma a pessoa, com seu corpo físico, com sua cabeça, com sua ideia, sua ideologia, com aquela proposta, com aquela mensagem que ela quer transmitir, mas também com o coração, com o sentimento, de como você traz sente essa experiência, você consegue até dizer as coisas, não só de outra forma, mas você consegue dizer mais. Eu não sei se consigo expressar bem isso. Então acredito que, nesse processo de trabalho com as mulheres, que têm dificuldade de elaboração de discurso verbal, assim, escrito, oral, é um poder muito grande, até pela familiaridade que todo mundo tem com a costura. Eu acredito que sai coisas bem interessantes, que antes não tinham saído. Não sei se respondi, Aline [risos].

Aline: Respondeu, e eu queria te agradecer, Esther, pela tua disponibilidade em conceder essa entrevista e eu pergunto se tu tens algo mais a colocar sobre as *arpilleras* e sobre esse processo que tu já vem trabalhando aí há um tempo, outras percepções...

Esther: Não sei, eu acredito assim, que... Bom, tem no nível particular esse filme que a gente vai lançar agora, acredito que final desse mês, começo do próximo mês, mas, por exemplo, meu propósito no filme é trazer a *arpillera* como uma linguagem documental, então, acredito que é fundamental assim, acho que a importância da *arpillera* é que faz de uma forma muito, é inquestionável o quanto que a *arpillera* é uma linguagem, quanto que a costura é uma linguagem e o quanto que essa linguagem tem sido inferiorizada, subordinada, em todos os campos do saber. Então acredito que dentro dessa ecologia de saber, que fala Boaventura de Sousa Santos, dessa coisa do lugar de fala, que se fala tanto agora no Brasil, né, *arpillera* é um discurso que tem um lugar de fala, já na estética contém esse lugar de fala e é muito importante que esses lugares de fala sejam contemplados. Então o fato de já trabalhar com essa linguagem, de você priorizar essa linguagem, acredito que é muito importante, então acredito que a tua, que o teu trabalho vai ser importante, vai crescer esse campo e também gostaria de te parabenizar por estar nessa empreitada e, sei lá, pra qualquer coisa que precisar, estamos aqui. E é isso. A luta é pela linguagem também, por outras formas de dizer.

CARTAS DE ANUÊNCIA

A U T O R I Z A Ç Ã O

Eu, Daiane Hohn, abaixo assinada, autorizo Aline Alessandra Zimmer da Paz Pereira, mestranda do Programa Pós-Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a utilizar as informações por mim prestadas em entrevista como fonte de pesquisa em sua Dissertação de Mestrado, bem como a publicar a transcrição da entrevista nos anexos do trabalho e em eventuais divulgações do estudo.

Local e data:

São Paulo, 19 de outubro de 2021.



Assinatura da entrevistada



Instituto de Artes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS

A U T O R I Z A Ç Ã O

Eu, Tatiane Paulino, abaixo assinada, autorizo Aline Alessandra Zimmer da Paz Pereira, mestranda do Programa Pós-Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a utilizar as informações por mim prestadas em entrevista como fonte de pesquisa em sua Dissertação de Mestrado, bem como a publicar a transcrição da entrevista nos anexos do trabalho e em eventuais divulgações do estudo.

Local e data:

Brachim, 12 de dezembro de 2021.

Assinatura da entrevistada



Instituto de Artes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS

AUTORIZAÇÃO

Eu, Lucielle de Sousa Viana, abaixo assinada, autorizo Aline Alessandra Zimmer da Paz Pereira, mestranda do Programa Pós-Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a utilizar as informações por mim prestadas em entrevista como fonte de pesquisa em sua Dissertação de Mestrado, bem como a publicar a transcrição da entrevista nos anexos do trabalho e em eventuais divulgações do estudo.

Local e data:

Itaituba, 24 de janeiro de 2021.

Lucielle de Sousa Viana

Assinatura da entrevistada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS

AUTORIZAÇÃO

Eu, Louise Löbler, abaixo assinada, autorizo Aline Alessandra Zimmer da Paz Pereira, mestranda do Programa Pós-Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a utilizar as informações por mim prestadas em entrevista como fonte de pesquisa em sua Dissertação de Mestrado, bem como a publicar a transcrição da entrevista nos anexos do trabalho e em eventuais divulgações do estudo.

Local e data:

....., 28 de fevereiro de 2022.

Louise Löbler

Assinatura da entrevistada

AUTORIZAÇÃO

Eu, Esther Vital Garcia Conti, abaixo assinada, autorizo Aline Alessandra Zimmer da Paz Pereira, mestranda do Programa Pós-Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a utilizar as informações por mim prestadas em entrevista como fonte de pesquisa em sua Dissertação de Mestrado, bem como a publicar a transcrição da entrevista nos anexos do trabalho e em eventuais divulgações do estudo.

Local e data:

..... Artajona, 03 de março de 2022.

Assinatura da entrevistada

Esther Vital